



Heloísa Vilhena de Araújo

Nascida em São Paulo, em 15 de fevereiro de 1940, a embaixadora Heloísa Vilhena de Araújo ingressou na carreira diplomática em 1962. Serviu nos consulados-gerais em Paris e Roma, e nas embaixadas em Moscou, Londres, Lima e Santiago.

No Brasil, ela atuou na Secretaria de Cultura da Presidência da República de 1991 a 1992, e no Ministério da Educação de 1993 a 1999 e de 2001 a 2002. Posteriormente assumiu a direção do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da FUNAG de 2002 a 2005.

Professora do Instituto Rio Branco, ela foi paraninfa da turma de formandos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1986.

A embaixadora é uma grande especialista na obra de Guimarães Rosa. Obteve doutorado em Literatura Brasileira pelo King's College, Universidade de Londres (1980), com uma tese sobre a obra de Guimarães Rosa, e publicou os seguintes livros sobre a obra do renomado escritor e diplomata:

Guimarães Rosa: Diplomata, FUNAG, 1987;

A Raiz da Alma, EDUSP, 1992;

O Roteiro de Deus, Mandarim/Siciliano, 1996;

O Espelho, Mandarim/Siciliano, 1998;

As Três Graças, Mandarim/Siciliano, 2001; e

Palavra e Tempo, Mandarim/Siciliano, 2001.

Este livro foi publicado originalmente em 1987, para marcar o vigésimo aniversário da morte de João Guimarães Rosa (1908-1967), como homenagem do Ministério das Relações Exteriores e da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) à memória desse tão singular diplomata brasileiro, que é considerado um dos maiores escritores nacionais. A autora, embaixadora Heloísa Vilhena de Araújo, já havia estudado profundamente a obra de Guimarães Rosa para sua tese de doutorado em Literatura Brasileira pelo King's College de Londres. Para esta obra, ela realizou ampla pesquisa nos arquivos do Itamaraty e junto a pessoas que conheceram e serviram com o diplomata.

O resultado dessa inédita pesquisa, uma das primeiras obras publicadas pela FUNAG, preencheu importante lacuna no conhecimento sobre Guimarães Rosa. Embora as análises de sua obra literária já fossem abundantes, não havia, até então, exame sobre este relevante aspecto de sua vida: a sua carreira diplomática, iniciada em 1934 e encerrada com sua morte, em 19 de novembro de 1967.

A autora analisa a carreira diplomática de Guimarães Rosa, assim como sua obra literária, a partir da atitude do homem justo, tal como descrita por Platão na *República*, no *Sofista* e no *Político*. Esse fio condutor platônico por vezes é enriquecido por outras posturas filosóficas e culturais, como o cristianismo, na análise da vida e da carreira diplomática de Guimarães Rosa. Essa rica análise não resulta em um estudo estritamente historiográfico, mas em uma tentativa mais profunda de empatia e de compreensão de uma personalidade complexa.

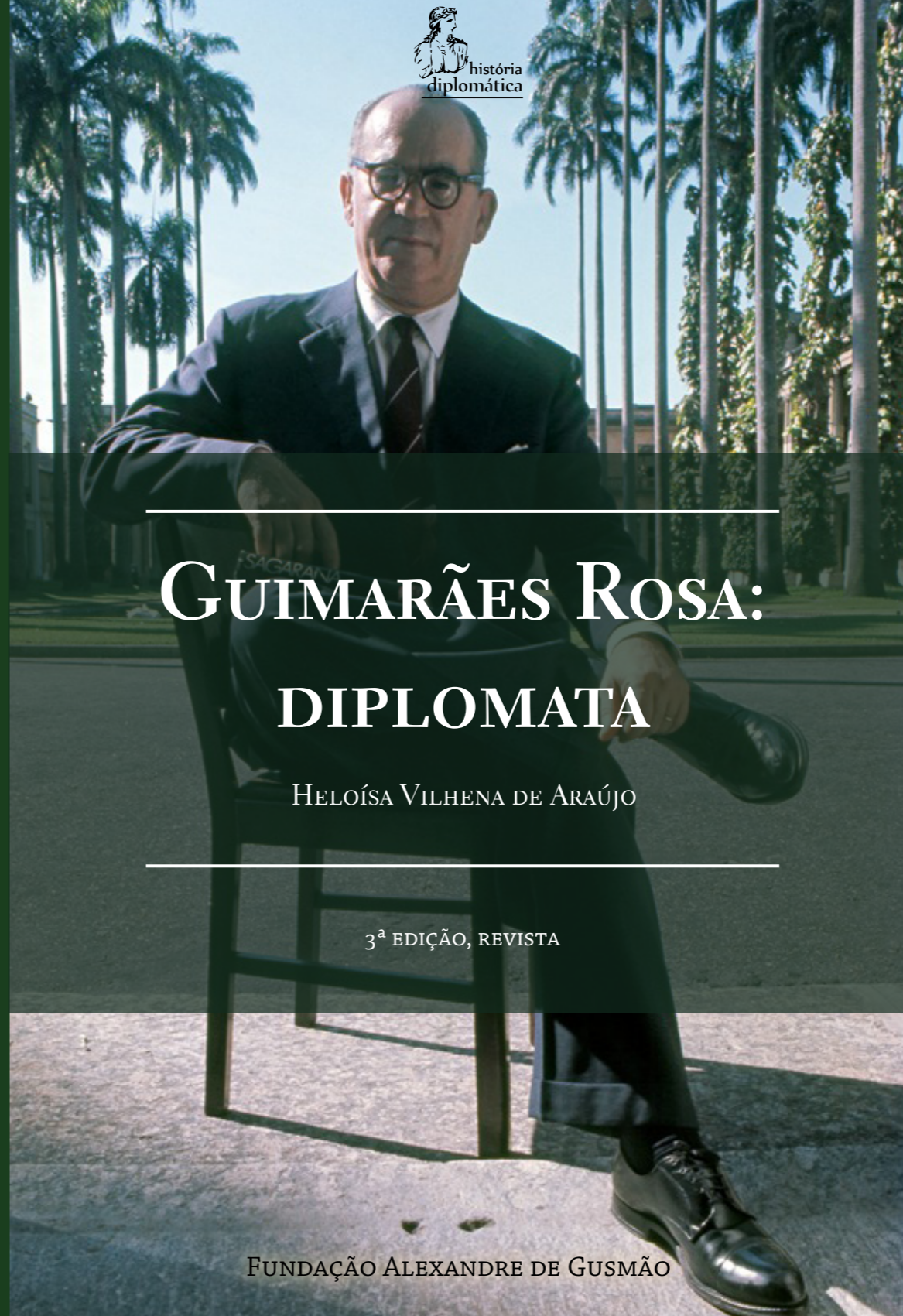
Nesta terceira edição da importante obra da embaixadora Heloísa Vilhena de Araújo, revisada com base no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, foi acrescentado, após os anexos, um caderno de fotografias do escritor e diplomata Guimarães Rosa.



Heloísa Vilhena de Araújo

GUIMARÃES ROSA:
DIPLOMATA

FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

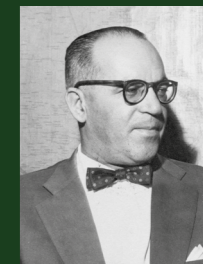


GUIMARÃES ROSA: DIPLOMATA

HELOÍSA VILHENA DE ARAÚJO

3ª EDIÇÃO, REVISTA

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



João Guimarães Rosa, escritor e diplomata, nasceu em Cordisburgo (MG) em 27 de junho de 1908.

Formado na Faculdade de Medicina de Minas Gerais em 1930, Guimarães Rosa foi aprovado no concurso para o Itamaraty em 1934. Durante sua carreira diplomática, foi cônsul em Hamburgo (1938-42); secretário na Embaixada em Bogotá (1942-44); chefe de gabinete do ministro João Neves da Fontoura (1946); primeiro-secretário e conselheiro na Embaixada em Paris (1948-51); secretário da Delegação do Brasil à Conferência da Paz, em Paris (1948); representante do Brasil na Sessão Extraordinária da Conferência da UNESCO, em Paris (1948); delegado do Brasil na IV Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris (1949). Em 1951, voltou ao Brasil e foi nomeado novamente chefe de gabinete do ministro João Neves da Fontoura; depois chefe da Divisão de Orçamento (1953) e promovido a ministro de primeira classe. Em 1962, assumiu a chefia do Serviço de Demarcação de Fronteiras e, em 1966, um ano antes da sua morte, recebeu a condecoração da Ordem do Rio Branco.

É considerado um dos maiores escritos brasileiros de todos os tempos. Entre suas obras destacam-se *Sagarana* (1946) e *Grande sertão: veredas*. Recebeu, em 1961, pelo conjunto de sua obra, o prêmio “Machado de Assis”. Em 1963, foi eleito, por unanimidade, membro da Academia Brasileira de Letras.

Guimarães Rosa faleceu na cidade do Rio de Janeiro de 19 de novembro de 1967, vítima de enfarte.

GUIMARÃES ROSA: DIPLOMATA

HELOÍSA VILHENA DE ARAÚJO

3ª EDIÇÃO, REVISTA



GUIMARÃES ROSA:
DIPLOMATA

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

A FUNAG, com sede em Brasília, conta em sua estrutura com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e com o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, este último no Rio de Janeiro.

Heloísa Vilhena de Araújo

GUIMARÃES ROSA: DIPLOMATA

3ª edição, revista



Brasília – 2020

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Telefones: (61) 2030-9117/9128
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Acauã Lucas Leotta
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Higor Francisco Gomes
Rafaela de Sousa Medeiros
Rogério Farias

Revisão:

Luiz Antônio Gusmão
Roberto Goidanich

Projeto Gráfico:

Daniela Barbosa

Programação Visual e Diagramação:

Denivon Cordeiro de Carvalho

Capa:

Foto de David Zingg, Instituto Moreira Salles

1ª edição: 1987

2ª edição: 2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A663 Araújo, Heloísa Vilhena de

Guimarães Rosa: diplomata / Heloísa Vilhena de Araújo. 3. ed. rev. - Brasília:

FUNAG, 2020.

268 p. - (Coleção História Diplomática)

ISBN 978-85-7631-837-8

1. História Diplomática - Brasil. 2. Guimarães Rosa. II. Título.

CDU 327(81)

CDD 327.81

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

Bibliotecária responsável: Raimunda Lima Evangelista, CRB-1/3382

De qualquer modo, o que entendemos e amamos num trabalho é uma existência humana... [...] Pois, quando compreendemos o passado, o que compreendemos é a personalidade humana e é através da personalidade humana que compreendemos tudo o mais. E compreender uma existência humana significa redescobri-la em nossa própria experiência potencial.

Erich Auerbach, *A língua literária e seu público*

[...] só é possível o que em homem se vê, o que por homem passa.

Guimarães Rosa, *Grande sertão: veredas*

AGRADECIMENTOS

É com prazer que agradeço os depoimentos do ministro Arthur Gouvêa Portella, chefe do Serviço de Demarcação de Fronteiras do Itamaraty, e do senhor tenente Raymundo Alberto Faria de Araújo, encarregado do Arquivo do mesmo Serviço, ambos companheiros de trabalho do embaixador João Guimarães Rosa durante muitos anos.

Sem a colaboração e a orientação da senhora Maria Augusta de Camargos Rocha, chefe do Serviço de Publicações do Itamaraty entre 1961 e 1971, que generosamente colocou à minha disposição os documentos funcionais, separados pelo próprio embaixador Guimarães Rosa, não teria sido possível realizar o presente estudo nos moldes em que foi feito. Agradeço, igualmente, as valiosas indicações fornecidas pela senhora Aracy Moebius de Carvalho, esposa do embaixador Guimarães Rosa. À sua filha, Vilma, agradeço a oferta de seu livro, *Relembraimentos: João Guimarães Rosa, meu pai*.

Devo ao embaixador Sérgio Paulo Rouanet e ao secretário Gerson Machado Pires Filho comentários pertinentes e esclarecedores sobre o texto da primeira versão deste estudo.

É com satisfação que menciono a prestimosa colaboração que tive do ministro Flávio Moreira Sapha, chefe do Arquivo do

Itamaraty, e dos funcionários senhor Jorge R. Teixeira, do Arquivo de Confidenciais; senhoras Nadyr Duarte Ferreira e Esther Guitmann e senhores Luiz Augusto Soares da Silva e Carlos de Souza, do Arquivo Histórico do Itamaraty.

Recebi, igualmente, valiosa ajuda do secretário Nilo Barroso Neto, da Secretaria de Relações com o Congresso do Itamaraty e dos senhores Heyderne Coelho e Lusinaldo Maurício, da Sinopse da Câmara dos Deputados.

As fotografias do embaixador João Guimarães Rosa foram fornecidas amavelmente pela senhora Luzia Féo, do Serviço Fotográfico do Itamaraty.

À Fundação Alexandre de Gusmão e a seu presidente, embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, agradeço a confiança em mim depositada, na realização deste projeto de seu programa de recuperação da memória do MRE, bem como o apoio que me dispensaram.

Brasília, 1987

SUMÁRIO

PARTE I	
INTRODUÇÃO	11
PARTE II	
FILOLOGIA E HERMENÊUTICA	15
PARTE III	
ETERNIDADE E HISTÓRIA	35
PARTE IV	
JUSTIÇA E DIREITO	53
PARTE V	
FORMAÇÃO E TÉCNICA	55
PARTE VI	
CONSTRUÇÃO E CRÍTICA	59
PARTE VII	
O DIPLOMATA E O HOMEM	65
PARTE VIII	
CONCLUSÃO: NACIONAL E INTERNACIONAL	69
BIBLIOGRAFIA	73
ANEXOS	77
<i>MEMORANDUM</i> PARA O EMBAIXADOR DO BRASIL EM BERLIM.....	79
RELATÓRIO DA VISITA AO <i>CENTRE D'ESSAI D'ALESMES</i> ..	101

NOTA Nº 92, DE 25 DE MARÇO DE 1966 DA EMBAIXADA DO BRASIL EM ASSUNÇÃO	125
RELATÓRIO POLÍTICO DA EMBAIXADA EM PARIS	183
<i>MEMORANDUM</i> SOBRE CORREÇÃO LINGUÍSTICA	213
NOTAS PARA O PROGRAMA DO CONCURSO DE PROVAS DO IRBR	219
<i>MEMORANDUM</i> DA DIVISÃO DO ORÇAMENTO E DA SECRETARIA DO IRBR.....	233
TROCA DE CORRESPONDÊNCIA COM JORGE KIRCHHOFER CABRAL	241
CADERNO DE FOTOS	247

PARTE I

INTRODUÇÃO

Passados vinte anos da morte de João Guimarães Rosa, a literatura crítica relativa à sua obra literária é considerável. Nada foi feito, entretanto, sobre outro aspecto de sua atividade – a carreira de diplomata. A linguagem e a criação literária de Guimarães Rosa estão amplamente estudadas, conquanto ainda não se tenha esgotado o manancial que sua obra representa para a crítica. Longe disso. A redação e a atuação diplomática de Guimarães Rosa, entretanto, esperam sua vez.

Tendo em vista o 20º aniversário de sua morte, em 1987, e pensando em começar a preencher essa lacuna nos estudos sobre a vida e a obra de Guimarães Rosa – homenagem que o Itamaraty deseja prestar à memória de um de seus mais singulares diplomatas – o presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, encomendou pesquisa nos arquivos da Casa e junto a pessoas que conheceram e serviram com o embaixador Guimarães Rosa, o que resultou na presente monografia.

Logo na leitura inicial dos primeiros documentos – entre eles, aqueles que o próprio embaixador Guimarães Rosa entregou a Maria Augusta de Camargos Rocha, então chefe do Serviço de Publicações do Itamaraty, para reunir, pensando em utilizá-los posteriormente¹ – salta à vista uma atitude básica diante da vida e do trabalho, que mantém estreita relação com traços marcantes de sua obra literária. Refiro-me a uma atitude platônica – a atitude do

1 Em anexo à presente obra.

homem justo, conforme descrita por Platão na *República*, no *Sofista* e no *Político*.

É claro que a obra literária de Guimarães Rosa suporta interpretações de outras perspectivas que não a platônica e foi estudada, com resultados fecundos, de vários pontos de vista. Pode-se notar, por exemplo, um nítido tomismo de Riobaldo, na sua apreciação do Bem e do Mal, em *Grande sertão: veredas*. As próprias epígrafes utilizadas por Guimarães Rosa em seus livros – de Plotino, Ruysbroeck, Sextus Empíricus, Sêneca, Tolstói e Schopenhauer² – indicam outros pontos de vista de onde estudar sua obra.

O fio condutor platônico, entretanto, a par de surgir com insistência ao longo de toda a obra – desde *Sagarana* (1946) até *Tutameia* (1967) – pareceu-me reger, igualmente, extravasando o plano literário, sua vida e sua atuação em outras áreas, como a medicina e a diplomacia.

Assim, não excluindo interpretações possíveis de outros pontos de vista, a interpretação “platônica”, em sentido lato, da vida e da obra de Guimarães Rosa permitiu, em vista do material pesquisado, esclarecer maior número de áreas de sua personalidade, fornecendo, ao mesmo tempo, um arcabouço que sustenta e integra a atividade multifacetada do autor, em vários níveis de sua existência.

Eu, quando escrevo um livro, vou fazendo como se o estivesse “traduzindo”, de algum alto original, existente alhures, no mundo astral ou no “plano das ideias”, dos arquétipos, por exemplo. Nunca sei se estou acertando ou falhando nessas “traduções”.³

2 As epígrafes de Plotino e Ruysbroeck estão em *Corpo de baile*; as demais, em *Tutameia*.

3 GUIMARÃES ROSA, *Correspondência com o tradutor italiano*, p. 63-64.

O presente estudo seguirá, nessas circunstâncias, o fio condutor do platonismo, que surgiu, não só do exame da obra literária⁴, mas também do material encontrado nos arquivos do Itamaraty. Tentar-se-á remediar, na medida do possível, a simplificação inevitável, decorrente da escolha de um tal fio condutor, indicando os momentos em que o platonismo é modificado – alargado, estreitado, ultrapassado –, enriquecido por contribuições de outras posturas filosóficas e culturais – como o cristianismo, por exemplo –, transformado numa existência concreta: a de João Guimarães Rosa.

4 Temas platônicos, tais como o modelo (*paradigma*) e o reflexo (*eikon*), a viagem (*períodos*), a natureza da alma e da memória, a pauta da ação humana, foram estudados em outros ensaios intitulados “O direito e o avesso” [*Letras de Hoje*, v. 20, n. 1, p. 43-58, 1985], “*Mnemosyne*”, “Pégaso” e “*Collegium trilingue*”.

PARTE II

FILOLOGIA E HERMENÊUTICA

... um diplomata é um sonhador, e por isso pude exercer bem essa profissão. O diplomata acredita que pode remediar o que os políticos arruinaram. [...] e também por isso mesmo gosto muito de ser diplomata. [...] Mas eu jamais poderia ser político com toda essa constante charlatanice da realidade.⁵

O bem-estar do homem depende do descobrimento do soro contra a varíola e as picadas de cobras, mas também depende de que ele devolva à palavra seu sentido original. Meditando sobre a palavra, ele se descobre a si mesmo. Com isso repete o processo da criação.⁶

Queria libertar o homem desse peso (do tempo), devolver-lhe a vida em sua forma original. Legítima literatura deve ser vida. [...] A literatura tem de ser vida! O escritor deve ser o que ele escreve.⁷

1

Em sua entrevista a Günter Lorenz, em Gênova, em janeiro de 1965, Guimarães Rosa deixou clara a unidade de atitude – a integridade de postura – que o regia em todos os aspectos de sua vida. Essa atitude una, unificadora de sua personalidade, é a atitude do restaurador: do restaurador da originalidade e frescor

5 COUTINHO, *Guimarães Rosa*, p. 77.

6 *Ibid.*, p. 83.

7 *Ibid.*, p. 84.

da vida e do mundo – “Somente renovando a língua é que se pode renovar o mundo”⁸.

Esta atitude básica, fundamental, integradora – do restaurador – é o que parece explicar tanto a sua profissão de médico – de restaurador da saúde do corpo, de quem descobre o “soro contra a varíola e as picadas de cobras” –, quanto de escritor – de restaurador da saúde da alma, pois “o escritor, o bom escritor, é um arquiteto da alma”⁹ e “a língua é o espelho da existência, mas também da alma”¹⁰ –, quanto de diplomata – de remediador do “que os políticos arruinaram”¹¹.

Com efeito, Guimarães Rosa diz, ainda na mesma entrevista a Lorenz:

Mas quero ainda ressaltar que credo e poética são uma mesma coisa. Não deve haver nenhuma diferença entre homens e escritores; essa é apenas uma maldita invenção dos cientistas, que querem fazer deles duas pessoas totalmente distintas. Acho isso ridículo. A vida deve fazer justiça à obra, e a obra, à vida. [...] Outras regras que não sejam este credo, esta poética e este compromisso, não existem para mim, não as reconheço. Estas são as leis de minha vida, de meu trabalho, de minha responsabilidade.¹²

8 COUTINHO, *Guimarães Rosa*, p. 88.

9 *Ibid.*, p. 76. A imagem de Deus como arquiteto do mundo, a ser imitado pelo homem, vem de Platão e ressurge nos inícios do Iluminismo, com os deístas.

10 *Ibid.*, p. 88.

11 PLATÃO, *Fedro* 270, B-C; *Político* 293, A-E: em que ocorre a imagem do médico, comparado ao político, ao retórico, na restauração da saúde do corpo e da alma, respectivamente.

12 COUTINHO, *op. cit.*, p. 74.

Para Guimarães Rosa, portanto, não há diferença entre sua obra e sua vida e tudo se une e se orienta para um objetivo único: a restauração da linguagem.

Minha língua, espero que por este sermão você tenha notado, é a arma com a qual defendo a dignidade do homem.

Somente renovando a língua é que se pode renovar o mundo. Devemos conservar o sentido da vida, devolver-lhe esse sentido, vivendo com a língua.

Deus era a palavra e a palavra estava com Deus. Este é um problema demasiado sério para ser largado nas mãos de uns poucos ignorantes com vontade de fazer experiências. O que chamamos hoje linguagem corrente expressa apenas clichês e não ideias; por isso está morta, e o que está morto não pode engendrar ideias.¹³

A linguagem restaurada significa restauração da vida individual, interna e externa, e, portanto, também em comunidade. É uma ética, um compromisso. A linguagem, para Guimarães Rosa, é vida que engendra ideias, sentido, mundo.

Tal atitude de renovação, de volta à origem, de busca de um ideal de saúde, beleza, ordem e unidade – de busca do perfeito – é facilmente reconhecível: é a atitude platônica daquele que se deixa guiar, em todas as circunstâncias, pela contemplação do modelo único, unificador, do Bem. Este paradigma é o *logos*, no seu duplo sentido de “palavra” e “razão”¹⁴.

Ao ter sua vida orientada por este ideal único, o homem torna-se, igualmente, uno: um indivíduo – uma personalidade unificada,

13 COUTINHO, *Guimarães Rosa*, p. 87-88.

14 O discurso de posse de Guimarães Rosa na Academia Brasileira de Letras intitulou-se “O verbo e o logos”.

integrada, íntegra. Disperso pelos sentidos do corpo, o homem recolhe-se numa alma singular, numa vida específica. Adquire uma identidade, um nome, uma fala própria.

Esta é a atitude do *homem justo* de Platão, o homem dotado de virtude (*areté*)¹⁵ e de pensamento (*phronesis*)¹⁶, guiado pela inteligência (*noûs*)¹⁷ e pela razão (*lógos*)¹⁸ na aquisição do conhecimento (*episteme*)¹⁹: o homem cuja alma está ordenada – *kosmiai*²⁰ – e integrada sob o princípio da razão²¹. Esta é a atitude do homem aristocrático²², do filósofo²³, do “filólogo”²⁴, que, tanto na vida privada, quanto na vida pública, se deixa guiar pelo modelo divino do Bem – pelo *órganon* da palavra (*lógos*)²⁵ – que tem em sua alma.

O Estado, “cujo estabelecimento encontra-se no ideal” (*lógos*), “não pode ser encontrado em lugar algum na terra”. Entretanto, “talvez exista uma pauta (*parádeigma*) desse Estado no céu para aquele que deseja contemplá-la e, nessa contemplação, constituir-se seu cidadão”²⁶.

15 PLATÃO, *Republic*, IX, 585, C; 586, A.

16 *Ibid.*, IX, 582, A a D; 586, A.

17 *Ibid.*, IX, 585, C.

18 *Ibid.*, IX, 582, A; 586, D-E.

19 *Ibid.*, IX, 585, C; 586, D.

20 *Ibid.*, VI, 500, C-D; IX, 587, B.

21 *Ibid.*, VI, 500, C-D; IX, 582, A; IX, 591, B-E.

22 *Ibid.*, VIII, 544, E; IV, 445, D.

23 *Ibid.*, IX, 581, B; 582, E.

24 *Ibid.*, IX, 582, E: “amigo da palavra”.

25 *Ibid.*, IX, 582, D.

26 *Ibid.*, IX, 592, A-B.

Werner Jaeger diz:

O homem justo do Estado platônico não é, por isso, o cidadão ideal do Estado efetivo, qualquer que seja sua constituição. Esse homem é, necessariamente, como o próprio Platão compreendeu claramente, um intruso nesse Estado. Disposto sempre a entregar-se totalmente à causa do Estado ideal, em que tem cravada a vista e que responde a seus próprios postulados morais, vive retraído no Estado da realidade; o que não quer dizer que eluda o cumprimento de seus deveres como membro de uma comunidade social. Pelo contrário, esforçar-se-á por cumpri-los da maneira mais pontual, ao realizar “sua própria obra”, no pleno sentido da palavra.²⁷

Assim, homem justo – inteiro, íntegro –, Guimarães Rosa cumpre seu compromisso ético da maneira mais pontual e aplicada, no mundo diário, sem tirar a vista do modelo ideal a que aspira, com o sentido de transformar este mundo, ao realizar “sua obra própria”, ao tentar devolvê-lo à sua pureza original. Como a alma platônica que, tal o deus marinho Glauco, emerge das águas coberta de algas e impurezas que não permitem perceber sua natureza original²⁸, o mundo também está escondido por impurezas que velam seu modelo, o *lógos*. O mundo é linguagem original, viva, a linguagem que diz a verdade, que tem sentido²⁹.

É, portanto, assim, como ele próprio disse a Günter Lorenz, que Guimarães Rosa se situa na vida, em todos os seus níveis: o homem justo, que procura restaurar sua vida, sua alma, seu

27 JAEGER, *Paideia*, p. 762.

28 PLATÃO, *Republic*, X, 611, C-D.

29 Em *Tutameia*, Guimarães Rosa indica uma maneira privilegiada de quebrar o peso da linguagem morta e de devolver-lhe vida, sentido: o cômico, as anedotas, especialmente as anedotas de abstração (GUIMARÃES ROSA, *Tutameia*, p. 3-5). Ainda em *Tutameia*, no seu quarto prefácio, Zito expõe para Guimarães Rosa esta teoria platônica da alma e do mundo encobertos pelas impurezas (*Ibid.* p. 165).

mundo e, por meio disso, restaurar, igualmente, a comunidade, ao entregar-lhe uma linguagem (*lógos*) renovada, original, viva, cheia de sentido, una, que estimula o pensamento e as ideias (*lógos*), na criação de um mundo³⁰.

Será, portanto, igualmente a partir dessa atitude básica, claramente indicada por ele próprio, que se examinará a atuação de Guimarães Rosa como diplomata, ao longo de 33 anos de carreira.

2

a) Aspecto moral.

1) Caráter:

De legítima expressão da mais nobre formação moral.

2) Capacidade de ação:

Destacada, nítida, sempre presente, servida por um raciocínio rápido e seguro em que apoia decisões de profunda afirmação moral.

[...]

b) Competência profissional.

1) Inteligência:

Ficam-lhe creditadas as melhores e mais altas provas de invulgar competência profissional nas múltiplas missões de responsabilidade que lhe são conferidas, às

30 Em *Sagarana*, no conto “São Marcos”, há uma descrição do poder criador da linguagem (GUIMARÃES ROSA, *Sagarana*, p. 235-236). Por outro lado, os aspectos cristãos da relação de Guimarães Rosa com a palavra – o Verbo – e com a criação de um mundo, foram examinados no ensaio intitulado “A questão dos universais”.

quais honra sempre, por um desempenho de elevado tirocínio e brilhante padrão de cumprimento.

[...]

c) Zelo profissional.

Creriosamente respeitador dos menores detalhes do dever, corresponde com uma dignidade que caracteriza todas as suas ações, a um verdadeiro culto de suas incumbências profissionais.³¹

Estes são alguns dados da folha de serviço do embaixador João Guimarães Rosa, anexa ao aviso SDF/48, de 22 de julho de 1965, ao ministro da Guerra, encontrado em seu maço pessoal, e em que o ministro Vasco Leitão da Cunha propõe seu nome para receber a Ordem do Mérito Militar.

Tais dados são, para quem os lê desprevenidamente e pela primeira vez, relativamente abstratos. Deixam ver uma pessoa aparentemente idealizada, sem contornos pessoais que a identifiquem mais concretamente. Estamos diante de um excelente profissional, de um diplomata cumpridor e responsável, mas não sabemos como, de que forma, Guimarães Rosa preencheu, na sua especificidade, estes qualificativos abstratos e que não fogem à estereotipia.

O que surge, a uma primeira aproximação, como uma série de clichês convencionais, nestes dados, é, entretanto, na verdade, a expressão concreta da atitude ética fundamental de Guimarães Rosa, de seu comportamento na vida. Seus colegas, que redigiram tal folha de serviço, certamente sem o conhecimento claro dos pressupostos platônicos que orientaram, consciente e inconscientemente, a sua existência, expressaram fielmente,

31 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Aviso SDF/48, 22/07/1965.

apesar disso, tais pressupostos, ao observar sua atuação na vida e na carreira de diplomata. Assim, sua existência, em geral, e seu comportamento profissional como diplomata, em particular, foram, ao que tudo indica, expressão viva de sua concepção do mundo, tradução, em termos concretos e específicos, do paradigma que trazia em sua alma. Essa fidelidade ao modelo na vida prática é o que permitiu a seus colegas expressarem o primeiro a partir da observação da segunda.

As palavras abstratas da folha de serviço adquirem, assim, vida e sentido, ao serem articuladas às palavras do próprio Guimarães Rosa a Lorenz, no que se refere a si mesmo e a seu compromisso ético. Por outro lado, vêm confirmar a tradução, na sua existência concreta, do ideal afirmado por ele na entrevista em questão.

A vida de Guimarães Rosa é, portanto, linguagem. Esta, mesmo sob sua forma de correspondência oficial, espelha a sua alma, o paradigma que aí está e que orienta a sua vida: a aplicada e constante busca da *paideia* (do cultivo da pessoa própria)³² a inteligência, a beleza da forma, a criação de sentido, de mundo.

3

... Eu sou aquele que levo as palavras de meu pai através do ar.³³

João Guimarães Rosa é, portanto, como vimos, o “filólogo” platônico – o amigo da palavra. Nessa função, é, igualmente, o

32 Em carta escrita à sua prima Lenice, em 19/10/1966, diz: “A melhor colaboração que a juventude pode dar para melhorar a situação atual da sociedade? A meu ver, é estudar, aprender, aplicar-se à disciplina e à paciência; e, principalmente, não pensar, por enquanto, em querer melhorar a situação atual da sociedade. Mas procurar, apenas, melhorar a si mesma” (GUIMARÃES ROSA, *Vicente*, p. 174).

33 OVÍDIO, *Metamorphoses*, II, p. 43-744.

“hermeneuta”³⁴, cuja vida traduz o modelo do Bem. Seu deus tutelar é, portanto, Hermes, tradutor e mensageiro³⁵. Conhecedor da mitologia grega³⁶, Guimarães Rosa sabe que Hermes é o deus da palavra e da diplomacia.

Segundo a etimologia um tanto fantasiosa do *Cratilo*, Hermes é o deus ligado à fala: é o deus da tradução, da hermenêutica, e o mensageiro dos deuses. É o deus da significação. O próprio Hermes diz a Aglauros: “eu sou aquele que levo as palavras de meu pai através do ar.” Apolodoro, em sua *Biblioteca*³⁷, diz: “E Zeus designou-o arauto seu e dos deuses infernais”, ao passo que Ovídio, nos *Fasti*³⁸, dirige-se a Hermes da seguinte forma: “Tu, árbitro da paz e da guerra para os deuses superiores e inferiores [...] tu, por meio de cuja instrução a língua aprende a discorrer elegantemente...”

Hermes é, assim, um deus eminentemente ligado às palavras, como transmissor (arauto, profeta, mensageiro) e como intérprete, que busca ou esconde o verdadeiro sentido contido nelas³⁹. Ao vincular-se à linguagem, Hermes vincula-se ao âmbito das relações sociais, da comunicação entre as pessoas. Além do mais, não se limita à sociedade dos deuses, mas inclui, igualmente, a dos homens. Com efeito, Hermes frequenta o mundo humano e tece as relações da sociedade humana: é ele, por exemplo, quem guia Príamo até a tenda de Aquiles, quando o velho rei de Troia vai suplicar a devolução do corpo de Heitor. Homero diz de Hermes,

34 PLATÃO, *Cratylus*, 407-E, 408-A.

35 *Ibid.*, 407-E.

36 SPERBER, *Caos e cosmos*. Leituras de Guimarães Rosa, p. 169, 178, 185.

37 APOLODORO, *The Library*, III, x, 2.

38 OVÍDIO, *Fasti*, V, p. 665-668.

39 Em *Grande sertão: veredas*, o Hermógenes – o filho de Hermes –, encarnação do Mal, sobressai pela ambiguidade, por velar e indicar a verdade, ao mesmo tempo.

nesta ocasião: “já que tu aprecias acima de tudo acompanhar um mortal”⁴⁰.

Em seu artigo “*Hestia-Hermès: sur l’expression religieuse de l’espace et du mouvement chez les Grecs*”, Vernant deixa claro que Hermes é um deus que pertence, muito intimamente, ao mundo humano:

“Ao contrário dos deuses distantes que vivem no Além, Hermes é um deus familiar, que frequenta este mundo. Vivendo entre os homens em termos de intimidade, ele introduz a presença divina no coração do mundo humano.”⁴¹

E Vernant confirma o fato de que o mundo tecido por Hermes, na sua atividade de intermediário, é o mundo social:

Em todos os lugares em que os homens, deixando suas moradas privadas, reúnem-se para trocar (tanto para a discussão quanto para o comércio), como na agora, ou para competir, como no estádio, Hermes está presente [...] Ele é a testemunha de acordos, tréguas e juramentos entre oponentes; ele é o arauto, mensageiro e embaixador no exterior.⁴²

Como mediador, Hermes é o colocado nos limites das cidades, nas portas das casas e nos túmulos, fronteira entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos.

Unidos em Hermes – na hermenêutica⁴³ – estão as ligações de Guimarães Rosa com a palavra e com a diplomacia.

40 HOMERO, *Iliada*, XXIV, p. 334-335, (citado em VERNANT, *Myth and Thought among the Greeks*, p. 129).

41 VERNANT, *op. cit.*, p. 129.

42 *Ibid.*, p. 129.

43 É possível identificar, na obra literária rosiana, uma forte linha gnóstica, ligada ao neoplatonismo e ao

4

Como Vossa Excelência terá ocasião de verificar, este trabalho demonstra tanto mais a capacidade e o atilamento do Senhor Guimarães Rosa quanto ele não pode estar intimamente familiarizado com os negócios políticos, não havendo ainda servido em uma missão diplomática.⁴⁴

Lotado no Consulado do Brasil em Hamburgo desde 1938⁴⁵, os serviços provisórios de João Guimarães Rosa foram solicitados à Secretaria de Estado pelo embaixador em Berlim, em 1940, não sem o protesto do cônsul-geral, que considerava a sua presença no consulado-geral indispensável (Telegrama nº 11, de 21 de maio de 1940, do Consulado em Hamburgo).

Mais tarde, em 1941, em viagem a Lisboa e Madri, como correio diplomático, o jovem cônsul teve ocasião de observar a situação política nos dois países visitados, o que relatou em *memorandum*, ao voltar a Berlim. É a esse *memorandum* que o embaixador na capital alemã, Cyro de Freitas Valle, se refere no ofício citado em epígrafe, que o encaminhou à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Já então o embaixador Freitas Valle pôde notar a sua capacidade de observação, de síntese e de exposição e, meses depois, pedia a remoção de Guimarães Rosa de Hamburgo para Berlim (Ofício nº

hermetismo, tal como expressos em Plotino e Apuleu. A obra desses autores constava da biblioteca de Guimarães Rosa (SPERBER, *Caos e cosmos: leituras de Guimarães Rosa*, p. 191 e 161).

44 Ofício, reservado, nº 129, de 21/06/1941, da Embaixada do Brasil em Berlim.

45 O exame de entrada para a carreira de diplomata, em que ficou classificado em segundo lugar, foi relatado, em alguns de seus pontos, pelo tio de Guimarães Rosa, Vicente Guimarães, em seu livro *Joãozinho: a infância de João Guimarães Rosa*, p. 92-95.

170, de 12/08/1941, e Telegramas n^{os} 332 e 425, de 30/08/1941 e de 19/11/1941, respectivamente)⁴⁶.

Com efeito, em poucos parágrafos do *memorandum*, fica clara a situação política específica de cada um dos países observados: marcam-se as diferenças de neutralidade de um e de outro. Portugal, neutro, mas com a tradicional simpatia da população pela Inglaterra, apesar da inclinação pessoal de Salazar pelas Potências do Eixo; a Espanha, neutra, mas com o ativismo da Falange em prol de uma entrada do país no Eixo e a moderação política de Franco – nessa particular situação magistralmente resumida na expressão:

A circunstância de estarem os dois países mais ou menos comprometidos, quando mais não seja teoricamente – Portugal pela plurissecular aliança com a Inglaterra, a Espanha pelos seus vínculos com as Potências do Eixo, ajuda-nos a compreender o inteligente afã com que os seus governantes se apertam as destras, uma vez que cada um deles dá a mão esquerda a um dos dois grupos beligerantes.

A aproximação entre as duas neutralidades compensa, pois, as tendências internas – de diferente colorido político – de alinhamento com uma das partes em conflito, numa tentativa de ambos os governantes de manterem seus países neutros.

A partir dessas posições básicas, definidas precisa e concisamente, Guimarães Rosa torna compreensíveis inúmeros detalhes e natureza política, econômica e psicológica, bem como atitudes ligadas ao relacionamento bilateral de Portugal e Espanha com terceiros países, que agrega à sua informação. Colocados dentro das linhas fundamentais que configuravam, então, a política

46 Exemplo de trabalho de análise política de Guimarães Rosa são os “Meses políticos” de agosto a novembro de 1948, elaborados quando era chefe do setor político da Embaixada em Paris (em anexo, um dos referidos “meses”).

interna e externa de cada um dos países observados, tais detalhes e atitudes adquirem sentido e contribuem para a formação de um quadro vivo, articulado e significativo, a partir do qual é possível identificar tendências, possibilidades abertas e limites da atuação de cada país.

Do mesmo teor de observação, precisão, articulação e clareza é o relatório, redigido por Guimarães Rosa, quando estava lotado na Embaixada em Paris, em 1949, relativo à visita que fez, por determinação do embaixador Carlos Martins, ao *Centre d'Essai d'Alesmes*, da *Equipe de Coordination Sociale des Migrations Françaises*, em Puy-Lacroix, Creuse, “a fim de colher informações que pudessem ser de utilidade ou interesse dos órgãos técnicos brasileiros competentes para a efetivação do projeto da ida para o Brasil de um grupo de lavradores franceses”⁴⁷.

Em meio dia que passou no Centro de Alesmes, Guimarães Rosa recolheu um número impressionante de informações, de vários tipos, organizadas posteriormente em seu relatório de 25 páginas: antecedentes do projeto de emigração; estatuto legal; possível atitude do Governo francês a respeito do projeto; personalidade das pessoas encarregadas de sua execução; personalidades dos sete jovens agricultores integrantes do grupo experimental, sua origem, religião, grau de instrução; relacionamento dos sete; estado em que o Centro se encontrava quando tomado em mãos pelos jovens; qualidade do terreno e do equipamento com que contaram; animais existentes; realizações do grupo em oito meses de cultivo do Centro; expectativas no que se refere à eventual instalação no Brasil; recursos com que contava o grupo para iniciar sua vida no Brasil:

Mas, não hesito em afirmar, a Equipe dos Sete está provando ser digna de confiança. Nestes oito meses, já realizaram alguma coisa, e vê-se que trabalham com

47 Remetido à Secretaria de Estado com o ofício nº 86, de 10/05/1949.

seriedade e alegria. Reconstituíram a vedação de todo o perímetro da fazenda, inclusive levantando uma cerca de arame eletrificada, de 3 quilômetros, para separar o pasto das plantações; abriram 600 metros de estrada simples, para automóveis; fizeram novamente habitável uma das três casas de residência, onde se alojam e tem sua cozinha; restauraram os estábulos, reconstruíram o galinheiro, arranjaram um chiqueiro; colheram e armazenaram todo o feno nativo, que, durante o inverno, e até hoje, está servindo para alimentar seus animais domésticos; recuperaram o pomar; plantaram uma boa horta, e mesmo um jardim; cortaram e transportaram grande quantidade de lenha; noutra das arruinadas casas de residência, acomodaram uma garagem e montaram uma pequena carpintaria, onde dois deles (Savidan e Vitel) trabalham, quando podem, tendo feito eles mesmos quase todos os rústicos móveis de que se servem, inclusive a vasta mesa, roceira, de refeições, as cadeiras, os tamboretos, e os bancos muitíssimo parecidos com os que são usados no interior do Brasil. E, finalmente, já têm amanhados, para as plantações deste ano, 15 hectares de terra: com centeio, aveia, trigo, batatas e plantas forrageiras. Revela notar, entretanto, que se acham em plena tarefa de arroteamento e aração, muita coisa já estando semeada, mas outras, como o trigo, por exemplo só devendo ser dadas à terra daqui a mês ou mês e meio, quando eles esperam ter prontos talvez mais outros tantos hectares.⁴⁸

48 É claro o entusiasmo que Guimarães Rosa sente pelo grupo dos sete jovens agricultores. A esse respeito, é curioso notar, nesse parágrafo citado, a recorrência de verbos que indicam *restauração*: realizar, reconstituir, restaurar, reconstruir, arranjar, recuperar, acomodar, montar. Seu entusiasmo pelo grupo pode ter-se originado na verificação desse trabalho construtivo dos jovens.

O quadro que emerge do relatório é completo, fornecendo às autoridades brasileiras os elementos necessários para uma conveniente avaliação do projeto francês de emigração. Já no parágrafo 13 do relatório estava nitidamente estabelecido que tipo de imigração o Brasil poderia esperar da França: “De prático, tudo o que fica dito visa apenas a mostrar que não é descabida, como à primeira consideração poderia parecer, a ideia de vir o Brasil a receber um muito *reduzido* contingente de bons imigrantes franceses”⁴⁹.

Nas suas poucas páginas, ainda há ocasião para evocar, em linguagem cheia de sentido, por meio de uma série de traços concretos justapostos, a natureza campesina e a autêntica vocação agrícola dos sete:

Para neles descobrir os autênticos rapazes do campo, por educação, e natural tendência, basta surpreender a segurança e o gosto com que atuam, até nos gestos instintivos, naquela paisagem campesina, entre velhas faias, onde as pegas fazem ninhos e cantam os tordos e tentilhões. Há um jeito, sábio e amoroso, de revolver na mão a terra da gleba arada; de tocaiar as toupeiras, que alongam o morrete de suas galerias pelos canteiros da horta; de armar engenhosos espantalhos para defesa da sementeira, estacando manipaços ou pendurando um pintarroxo morto, que se balança ao vento e escarmenta os demais pintarroxos atrevidos; de recobrir com grades de ocasião os viveiros de hortaliças; de improvisar interessantes portas rústicas, de armação de madeira recheada com hastes verdes de giestas; de pagar com

49 Em expedientes posteriores, a Embaixada em Paris informou à Secretaria de Estado: (1) a transformação da *Equipe de Coordination Sociale des Migrations Françaises* no *Syndicat Alfem*, após exclusão do coordenador da equipe, senhor Judéaux de Barre, cuja personalidade Guimarães Rosa tão bem retratara (Ofício nº 210, de 14/11/1949); e (2) a comunicação do *Quai d'Orsay* de que não poderia apoiar o projeto de emigração, nem mesmo moralmente (Ofício, reservado, nº 41, de 15/02/1950).

um carinho o cavalo de charrua ou o boi de carreta, ou escolher nomes afetivos para os animais domésticos; de recolher as ovelhas quando o vento aperta; de zelar pela fonte supridora de boa água; e de comparar, com os seus próprios, a altura e o colorido novo dos campos de centeio dos vizinhos.⁵⁰

A linguagem, utilizada no relatório do diplomata, não difere muito, em certos trechos, da linguagem do escritor, nessa época da vida de Guimarães Rosa. Em 1949, fazia pouco, havia sido publicado *Sagarana* (1946), onde lemos trechos muito próximos daquele citado acima. É a mesma pintura impressionista de um quadro, a partir de uma série de detalhes concretos, dando-nos uma atmosfera particular, uma “alma”:

Estava em redor de nós uma brisa fria, sem direção e muito barulhenta, mas que era uma delícia deixar vir aos pulmões. E a vista se dilatara: léguas e léguas batidas, de todos os lados: colinas redondas, circinadas, contornadas por fitas de caminhos e serpentina de trilhas de gado; convas tufadas de mato musgoso; cotilédones de outeiros verde-crisoberilo; casas de arraiais, igrejinhas branquejando; desbarrancados vermelhos; restingas de córregos; píncaros azuis, marcando no horizonte uma rosa-dos-ventos; e mais pedreiras, tabuleiros, canhões, canhadas, tremembés e itambés chãs e rechãs.⁵¹

50 Pensamos nas histórias de *Sagarana*, em especial em “O burrinho pedrês”, o Sete-de-Ouros – que lhe deve ter ecoado nos sete rapazes do grupo experimental –, em que descreve, com amor e atenção, a vida rural no Brasil. Agora, como em todas as ocasiões, Guimarães Rosa busca a origem, a sua origem campesina, a sua infância de menino do interior de Minas Gerais. Busca reviver as primeiras experiências, cheias de sentido e vida, recobertas pela rotina da vida adulta.

51 GUIMARÃES ROSA, *Sagarana*, p. 174.

5

Nos dicionários as palavras “demarcação” e “demarcar” cobrem faixa mais ou menos larga de significados. Mas, quando se assina um ajuste de limites – e foi o caso do Tratado de 1872 – cria-se uma Comissão Mista, para o fim específico de transportar para o terreno a linha estipulada. Fixa-se a divisória, a demarcação executa o tratado. É uma operação definitiva, de valor jurídico e alcance político, com efeitos permanentes. Uma tal demarcação, uma vez aprovada pelos dois países, não mais poderá ser cancelada unilateralmente. Plantam-se os *marcos principais*, ou de 1ª ordem, assinalando-se os *pontos notáveis*, e que não deixam dúvida quanto à raia que extrema os dois países. Tais pontos são descritos nas Atas, nas quais se consignam e registram suas coordenadas geográficas, e exarados nas Plantas e Cartas. Isto se chama *demarcar*.⁵²

Outra é a linguagem empregada, 17 anos depois do relatório de Alesmes, na nota acima, redigida por Guimarães Rosa, relativa a problema de fronteira com o Paraguai, e que deu fim às dúvidas paraguaias no que se referia à fronteira comum. Uma vez resolvidas essas dúvidas, o caminho estava aberto para a utilização conjunta do rio Paraná e para a construção da hidrelétrica binacional de Itaipu:

O Brasil está, como sempre esteve, disposto a encetar conversações em torno de tão importante questão, e a promover, em conjunto com o Paraguai, os planos necessários à utilização prática, não só do enorme

52 Nota nº 92, de 25 de março de 1966, da Embaixada em Assunção à chancelaria paraguaia reproduzida, em anexo, na p. 125.

potencial energético decorrente do Salto de Sete Quedas, como de todas as possibilidades que oferecem, à agricultura e à navegação, as águas do Paraná; de tal sorte que esse grande rio, ao invés de oferecer aos dois países razões de litígio e desavença, seja entre eles um elo de união, como sempre desejaram os anteriores Governos do Brasil, e firmemente deseja o atual.⁵³

A nota merece ser lida na íntegra, pela clareza e pertinência da argumentação, pela dignidade do tom, pelo respeito em que tem seu destinatário, o Governo paraguaio. Aqui, em linguagem de estilo diverso, não mais impressionista, Guimarães Rosa restaura as relações entre Brasil e Paraguai, no sentido da harmonia e aproveitamento em conjunto dos recursos naturais comuns a ambos os países: “de tal sorte que esse grande rio, ao invés de oferecer aos dois países razões de litígio ou desavença, seja entre eles um elo de união...” Trabalho de hermenêutica.

Sua linguagem literária, dessa mesma época, também sofreu modificações, em relação ao estilo do final dos anos 1940, de *Sagarana*. Estamos, em 1966, às vésperas da publicação de *Tutameia* (1967), em que a linguagem se mostrará hermética, difícil, às vezes dura, distante, portanto, da clareza que caracteriza a linguagem diplomática, como exemplificada na nota nº 92. Leiamos um trecho do conto “Reminiscção”:

Divulgue-se a Drá: cor de folha seca escura, estafermiça, abexigada, feita feito fritura queimada, ximbé-ximbeva; primeiro sinisga de magra, depois gorda de odre, sempre própria a figura do feio fora-da-lei. Medonha

53 Nota nº 92, de 25 de março de 1966, da Embaixada em Assunção à chancelaria paraguaia reproduzida, em anexo, na p. 125.

e má; não enganava pela cara. Olhar muito para uma ponta de faca, faz mal.⁵⁴

A obra literária de Guimarães Rosa é, agora, fechada, “sem janelas nem portas”, como a casa do herói do conto “Curtamão”⁵⁵. Só entrará no sentido da obra quem fizer um esforço próprio de construção – de construção da própria casa, da própria alma: quem for também um restaurador da linguagem, um filólogo, um hermeneuta.

Nos últimos anos da vida de Guimarães Rosa notamos, assim, um distanciamento entre a linguagem profissional e a linguagem literária, a partir de uma proximidade muito grande, verificada nos anos 1940. A primeira torna-se cada vez mais clara, mais precisa, mais objetiva; a segunda, cada vez mais hermética, mais obscura, mais subjetiva⁵⁶. As duas, entretanto, estão empregadas, como vimos, num sentido de restauração: de restauração das relações entre o Brasil e o Paraguai, no primeiro caso; das relações entre a alma do escritor e do leitor, no segundo. Os objetos sobre os quais falam – e que constroem nesse falar – as duas linguagens são diversos e, na sua diversidade, pedem nomes diferentes: estilos diferentes.

54 GUIMARÃES ROSA, *Tutameia*, p. 81.

55 *Ibid.*, p. 37.

56 O *subjetivo*, aqui, é um *objetivo* diferente do objetivo externo da linguagem profissional: é um objetivo interno, que exprime o objeto interno por excelência, a alma. “A criação da minha obra corresponde a uma depuração, à procura de um ideal [...] Esse ideal, essa procura, dentro de si próprio, aliás, permite-me às vezes um contato com qualquer coisa de ...[ininteligível na gravação da entrevista] comum a todos os homens. Paradoxalmente, o contato com os outros raramente se consegue quando se é extrovertido” (Guimarães Rosa, entrevista não publicada a Fernando Camacho, abril de 1966). Em *Tutameia*, há um deslocamento do platonismo para dar lugar ao tratamento da linguagem a partir de perspectivas estóica (os *lekta*, os não existentes) e epicurista (a declinação das sílabas, o *clinamen* dos *estoikeia*, na formação do mundo). Essas perspectivas foram examinadas em ensaio intitulado “As epígrafes de João Guimarães Rosa” e conferem ao objetivo interno – à alma – natureza diversa daquela estabelecida pelo platonismo. Nestes últimos casos, a alma adquire uma certa materialidade e articula-se mais estreitamente ao corpo, não sendo possível uma distinção nítida entre corpo e alma, tal como encontrada em Platão. Guimarães Rosa procura falar o ponto de articulação entre objeto interno e objeto externo: o ponto psicossomático.

Podemos, portanto, concluir: (1) que a *vida* profissional de Guimarães Rosa correspondeu – encarnou, na prática – à atitude ideal, platônica, que localizamos em sua entrevista a Lorenz, visto que seus colegas foram levados a expressá-la a partir da observação de sua atuação profissional; e (2) que a *linguagem* profissional de Guimarães Rosa também espelhou esse ideal, como se pode observar tanto no relatório sobre o Centro Experimental de Alesmes, quanto na nota nº 92 ao governo paraguaio, sem se confundir com a linguagem literária, apesar de as duas refletirem uma mesma atitude. Em níveis diferentes de sua existência e em relação a objetos diferentes, a linguagem de Guimarães Rosa, ao mesmo tempo em que mantém as diferenças, mantém, igualmente, a atitude básica ideal do restaurador, do construtor de sentido. Os diferentes níveis da experiência de Guimarães Rosa não são, assim, confundidos numa unidade indefinida, inespecífica, mística, que apaga as diferenças. Ao contrário, ao manter a integridade de sua personalidade, Guimarães Rosa, por isso mesmo, reflete fielmente o “modelo” ideal, ao refletir a riqueza de suas várias “cópias”, que formam o mundo.

“A literatura tem que ser vida! O escritor deve ser o que ele escreve.”

O escritor, portanto – de minutas diplomáticas ou de literatura –, é aquilo que escreve. A partir da unidade fundamental de sua personalidade, o escritor desabrocha numa riqueza de aspectos diversos: sua alma não é algo monolítico, monótono, opaco; a verdadeira unidade de ser implica a diversidade de aspectos articulados artisticamente num mundo significativo, num *kósmos*. Guimarães Rosa é um tal *kósmos*⁵⁷.

57 Ainda no que se refere à linguagem, ver o *memorandum* de 26 de janeiro de 1945, escrito por Guimarães Rosa sobre ponto de correção linguística, em anexo, na p. 111.

PARTE III

ETERNIDADE E HISTÓRIA

[...] um diplomata é um sonhador, e por isso pude exercer bem essa profissão [...] eu jamais poderia ser político com toda essa constante charlatanice da realidade. O curioso no caso é que os políticos estão sempre falando de lógica, razão, realidade e outras coisas no gênero e ao mesmo tempo vão praticando os atos mais irracionais que se possam imaginar. Talvez eu seja um político, mas desses que só jogam xadrez quando podem fazê-lo a favor do homem. Ao contrário dos “legítimos” políticos, acredito no homem e lhe desejo um futuro. Sou escritor e penso em eternidades. O político pensa apenas em minutos. Eu penso na ressurreição do homem. [...] considero o idioma como uma metáfora da sinceridade.⁵⁸

1

Ao perseguirmos a especificidade da atuação de João Guimarães Rosa como diplomata, deparamos, de imediato, este desligamento, que ele expressivamente opera, entre o diplomata e o político. Desligamento problemático, porquanto a carreira de diplomata é, em essência, uma atividade política.

Como e por que Guimarães Rosa opera essa separação?

58 COUTINHO, *Guimarães Rosa*, p. 77-78.

Como consegue fazê-lo, tendo estado em situações – cônsul em Hamburgo de 1938 a 1942 – em que a totalidade da vida, em seus aspectos privados e públicos, estava dominada pelo político? O próprio Guimarães Rosa descreve esse domínio avassalador do político na Alemanha nazista, em seu conto “O mau humor de Wotan”⁵⁹. Nesse conto, fica claro o totalitarismo, a tirania da política na vida da Alemanha, penetrando os rincões mais escondidos da vida da população. É a esse totalitarismo que ele se refere quando diz a Lorenz, que lhe perguntara sobre sua atividade em Hamburgo em favor dos judeus perseguidos pelo nazismo, “eu, o homem do sertão, não posso presenciar injustiças”⁶⁰. A tirania do político é, para ele, injustiça.

Ainda aqui encontramos a concepção platônica da justiça – harmonia dos elementos naturais de um todo, sem excesso de nenhum sobre os outros, sem tirania de um sobre os outros⁶¹. Nessas condições, a atividade de Guimarães Rosa no consulado-geral em Hamburgo, em favor dos judeus perseguidos, seria um exemplo, não de ação política, pois ação política era o nazismo, mas sim de ação diplomática. Nesse caso específico, portanto, é possível compreender como e por que Guimarães Rosa separa diplomacia e política: em condições em que nada escapava ao totalitarismo da política, era preciso desvincular-se dela, custasse o que custasse, abrir uma brecha no seu muro espesso e sufocante, na injustiça – na *húbris* – da política, que se manifestava, precisamente, nesse totalitarismo, nesta ocupação de todo o espaço vital do homem. Essa parece ter sido a razão da necessidade de se operar a separação entre diplomacia e política: razão de justiça.

59 GUIMARÃES ROSA, *Ave, palavra*, p. 3-12.

60 COUTINHO, *Guimarães Rosa*, p. 77.

61 PLATÃO, *Republic*, IV, 444, C-D; IX, 576, D.

E, como se faz isso, nesse caso específico da Alemanha nazista? Se toda a realidade está saturada pela política, como acontecia na Alemanha de 1938, poder-se-ia pensar que um desligamento da política acarretaria um desligamento da realidade. E somos tentados a pensar assim, quando lemos as palavras de Guimarães Rosa a Lorenz: “um diplomata é um sonhador, e por isso eu pude exercer bem essa profissão.” O diplomata, diante do totalitarismo político, só poderia escapar, fugindo para o sonho. Mas, que sonho é esse que permite uma ação positiva, corajosa⁶², real, efetiva, em favor de perseguidos, contra as injustiças?

Aqui, invertem-se, portanto, os conceitos: na verdade, a realidade foi a ação diplomática de Guimarães Rosa, ao salvar vidas; o sonho – o pesadelo – foi o nazismo totalitário.

A separação entre diplomacia e política é feita, portanto, no sentido do contato estreito com a realidade, com a razão: “O curioso no caso é que os políticos estão sempre falando de lógica, razão, realidade e outras coisas no gênero e ao mesmo tempo vão praticando os atos mais irracionais que se possam imaginar.” A separação é feita com os olhos fixos no paradigma da justiça, do bem, com a finalidade de restaurar o homem: “Sou escritor e penso em eternidades. O político pensa apenas em minutos. Eu penso na ressurreição do homem.”

Voltamos a encontrar, pois, o homem justo platônico, que se separa do sofista: Sócrates opondo-se a Trasímaco⁶³ e a Calicles, o filósofo diferenciando-se do sofista e do retórico⁶⁴, a palavra

62 Outro exemplo de coragem que merece ser assinalado: “O cônsul-geral J. A. de Souza Ribeiro e o cônsul Guimarães Rosa, com risco, penetraram no edifício sinistrado do consulado-geral, imediatamente depois de saberem dos bombardeios, a fim de recolher as coisas essenciais do arquivo, quando ainda não haviam sido retiradas da imediação, nas proximidades do mesmo, duas bombas de tempo” (telegrama nº 141, de 14/05/1941, da Embaixada em Berlim).

63 PLATÃO, *Republic*.

64 *Idem*, *Gorgias*.

verdadeira afastando-se da palavra ocultadora, mentirosa⁶⁵, o conhecimento (*episteme*) delimitando-se em relação à opinião (*dóksa*)⁶⁶.

O homem justo, detentor de *episteme*, fala o verdadeiramente real.

Suas palavras correspondem à realidade, ao essencial⁶⁷.

É assim que, em reunião dos embaixadores brasileiros nos países amazônicos, realizada em Manaus, em 1967, e um dos primeiros passos que levaram à assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (1978), Guimarães Rosa, em sua intervenção, chama a atenção para o essencial: traz para o ponto que importa as alocações de seus colegas, que tendiam a se dispersar e a fracionar-se em problemas estanques de cada país amazônico, e não a recair sobre o problema da cooperação entre esses vários países:

[As intervenções,] por sua vez, seria desejável e mesmo necessário que, desde já, transcendessem o aspecto de meras monografias corográficas isoladas e encarnassem, em sua dinâmica e atualidade o tema “interamazônico” – isto é, especificamente tendo em vista, à luz das peculiaridades de cada país, a concepção de uma *planejada ação* valorizadora, mediante esforços comuns conjugados, das diversas *Amazônias*. O que precisamos já agora saber, examinar, estudar, avaliar – e mesmo prever – são as possibilidades, a natureza e o grau do interesse, o sentido de prioridade ou urgência,

65 Este é o problema básico, que sustenta o texto de *Grande sertão: veredas*: o diabo, o “Ocultador” (p. 188), e suas relações com Deus, “a verdadeira lâmpada de Deus, a lisa e real verdade” (p. 260) – o verdadeiro e o falso, Deodorina e suas relações com Diadorim.

66 PLATÃO, *Republic*, VII, 534, A a E: V, 480.

67 *Ibid.*, VII, 532, B.

ou ainda as limitações ou restrições, oferecidas pelos países a uma ativa e imediata política amazônica, coordenada, associativa. Como pensam e sentem, ou virão proximamente a sentir e pensar a esse respeito, o Governo e o povo colombianos? [...] Quais são, pois, no momento, a atitude, a disposição, o verdadeiro interesse, o nível de necessidade e a possibilidade de meios, o sentimento mais ou menos geral, da Colômbia, em relação a uma política amazônica? Do Peru? Do Equador? Da Venezuela? Da Bolívia?⁶⁸

Uma vez chamada a atenção de todos para o essencial, Guimarães Rosa passa a articular as informações isoladas de seus colegas:

E assim é que, em apressado sumário, a título de colaboração, alinhado, em tal sentido, o que pude depreender das exposições anteriores dos meus colegas. O primeiro fato que ressalta, à simples vista do mapa, é que as vantagens – e, portanto, a necessidade ou urgência de uma política, conjunta ou não, de valorização amazônica, seriase [sic] curiosamente, de modo decrescente, segundo um arco, do sul para o nordeste, de país em país. Vejam-se: BOLÍVIA. País encarcerado, mediterrâneo, terá uma saída para o Atlântico, pelo Purús. Além disso, dada a prática inviabilidade, para a agricultura e a pecuária, de sua parte mais densamente povoada, o Altiplano, necessita religá-lo à Bolívia amazônica, ao Beni. É, pois, um país que, em rigor, terá de dedicar ao empreendimento em causa o maior interesse e toda ajuda diplomática.

68 GUIMARÃES ROSA, João. Debates após a exposição do embaixador em Bogotá, senhor Jorge Carvalho e Silva (16/01/1966). In: *Anais da Reunião de Manaus dos Embaixadores do Brasil nos Países Amazônicos*. Segunda Fase. Confidencial. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1967.

PERU. País do Pacífico, terá interesse em apoiar um programa que lhe ganhe o rio Amazonas e uma saída atlântica. Além disso, já agora, tem procurado realizar a integração de sua Amazônia, de modo a poder transferir para Leste suas culturas agrícolas até aqui concentradas no litoral, mal irrigado, do Pacífico. Tem feito já alguma coisa, em tal sentido. EQUADOR. Obedece à mesma aspiração ou necessidade atlântica; senão que, ainda mais, por prementes motivações políticas, muito óbvias. Visando a aproveitar de modo prático e eficaz as possibilidades de uma ligação fluvial que o leve de fato à Amazônia brasileira, também já vem agindo, assim como na tentativa de distribuir melhor sua população, deslocando-a para Leste. COLÔMBIA. Já aqui a situação muda muito. O interesse colombiano por uma real valorização amazônica não poderá ter por enquanto a mesma inevitabilidade, nem um natural sentido prioritário ou de urgência. Decorre isto de: 1) ser um país privilegiado, servido ao mesmo tempo pelo Pacífico e pelo Atlântico (Mar das Antilhas); 2) ter, do lado do Pacífico, regiões ainda pouco povoadas e não valorizadas, como o Chocó, por exemplo, e ricas em ouro, carvão e outros produtos, devendo, portanto, seu desenvolvimento merecer preferencial atenção. O interesse da Colômbia em seus territórios amazônicos parece ainda secundário, e de natureza por ora apenas política – de simples e vigilante afirmação de presença – no Putumayo, em Leticia. VENEZUELA. Seu interesse “amazônico”, como aliás tem demonstrado, é inferior, e mínimo. Dispõe do Atlântico, e não necessita, por ora, de expandir-se

comercialmente para a Amazônia⁶⁹. Penso, s.m.j., que a meditação e a utilização diplomática destes dados poderá ser, por exemplo, um ponto de partida para a efetivação de nossa política interamazônica.⁷⁰

O “sonhador” tem, como se percebe, os pés firmemente postos no concreto e os olhos, na realidade: na geografia, na história, na finalidade da reunião de Manaus.

2

E agora o que houve em Hamburgo é preciso acrescentar mais alguma coisa. Eu, o homem do sertão, não posso presenciar injustiças. No sertão, num caso desses imediatamente a gente saca o revólver, e lá isso não era possível. Precisamente por isso idealizei um estratagema diplomático, e não foi assim tão perigoso. E agora me ocupo de problemas de limites de fronteiras e por isso vivo muito mais limitado.⁷¹

Há que fazer a diferença entre a separação entre diplomacia e política, praticada em Hamburgo, no exterior – fora do Brasil – e em momento de totalitarismo interno e externo na Alemanha nazista, daquela praticada mais tarde, no Brasil, em período de democracia (em boa parte) e paz – o período dos governos Kubitschek,

69 Os resultados do Primeiro Encontro Setorial Técnico dos países do Tratado de Cooperação Amazônica, realizado em Lima, em setembro de 1981, confirmaram as posições dos países, tal como acima descritas por Guimarães Rosa em 1967.

70 GUIMARÃES ROSA, João. *op. cit.*, 1967.

71 COUTINHO, *Guimarães Rosa*, p. 77.

Quadros, Goulart e Castello Branco (1956 a 1967). Exatamente em 1956, Guimarães Rosa começou seu longo período de chefia da Divisão de Fronteiras do Itamaraty, que terminaria, em 1967, com a sua morte. Esses onze anos na Divisão de Fronteiras (mais tarde denominada Serviço de Demarcação de Fronteiras), representam também, de um certo modo, um desligamento da política: “... e por isso vivo muito mais limitado.”

Em Hamburgo, em 1938-42, o desligamento da política, como vimos, significara, paradoxalmente, um ato político em seu mais alto grau de refinamento: com ele, a política encontra seus limites e vira-se contra si mesma.

Nos anos de democracia no Brasil, o desligamento da política, consubstanciado no “exílio fronteiriço” de Guimarães Rosa, significou, também, um encontro dos limites da política – dessa vez, não tão dramático: não um voltar-se contra a política, acuado, por impossibilidade de vislumbrar qualquer outro campo livre, interno ou externo, do totalitarismo político, mas algo menos radical, um remediar paciente, em ponto pequeno, de desgastes políticos localizados, acumulados ao longo da história, com nossos vizinhos. Esta atuação, persistente e insistente, de paciente conserto de desentendimentos concretos e específicos, originados da história de nossas relações políticas com os países limítrofes – este dar as costas, de certa forma, às graves turbulências da política interna⁷², especialmente no período 1960 a 1967, incluindo a ruptura de 1964 – significou, a par da natural orientação para a área de sua competência profissional – as relações exteriores –, a fidelidade a uma linha mais profunda e constante dos interesses do Brasil, como se verá adiante, e a escolha de um campo de ação

72 Uma desilusão irônica e bem-humorada com a política dos “coronéis” do interior transparece no conto “A volta do marido pródigo” (GUIMARÃES ROSA, *Sagarana*, p. 69-116). É preciso lembrar ainda, a esse propósito, o trecho de seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 1967, em que, falando da atuação política de seu antecessor na cadeira nº 2, João Neves da Fontoura, diz ter ele conspirado “a pronta reconstitucionalização de um Brasil renovado na ordem democrática...”.

em que a política deixava poros para a atuação da diplomacia, tal como Guimarães Rosa a entendia. O autoritarismo político interno após 1964 não apresentou, por razões que não cabe examinar aqui, uma face externa igualmente autoritária. Nos limites de um Brasil autoritário havia, ainda, poros para outros ares – para o diálogo diplomático, para a vigência do direito, para a harmonização de vontades divergentes⁷³.

Entre 1956 e 1967, os problemas de fronteiras já tinham perdido a importância de primeiro plano que tinham tido para o país, no período que vai da Independência até a morte do barão do Rio Branco. Entretanto, no âmbito da orientação dos governos brasileiros, especialmente após a II Guerra Mundial, nos planos interno e externo – e esta é a constante, assinalada acima, a que obedeceram os governos de Kubitschek a Castello Branco, no período mencionado – as fronteiras adquiriram outro tipo de importância: a solução satisfatória dos problemas de limites tornou-se requisito para que se pudesse aproveitar economicamente as áreas fronteiriças e utilizar os recursos naturais aí existentes, muitas vezes compartilhados com os países vizinhos⁷⁴.

Tal foi o caso do aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, em conjunto com o Paraguai, na região de Sete Quedas⁷⁵. A adequada

73 “... embora eu ache que um escritor de maneira geral deveria se abster de política, peço-lhe que interprete isto mais no sentido da não participação nas ninharias do dia a dia político. As grandes responsabilidades que um escritor assume são, sem dúvida, outra coisa...” (COUTINHO, *Guimarães Rosa*, p. 63). Creio que essa posição poderia valer também para a atuação de Guimarães Rosa como diplomata, tendo em vista a extraordinária unidade e integridade de sua pessoa.

74 *Memorandum DF/25*, de 30 de julho de 1958.

75 “Pois, você sabe que sou aqui o chefe do Serviço de Demarcação de Fronteiras; e deve ter acompanhado nos jornais o palpitante caso de divergência com o Paraguai, o assunto de Sete Quedas. Imagine, pois, o que sucedeu, de junho do ano passado até julho deste. Foi uma absurda e terrível época, de trabalho sem parar, de discussões, de reuniões, de responsabilidades. Várias vezes, tive de trabalhar aqui no Itamaraty até as 5 horas da manhã... e comparecer no outro dia já às 9, para reuniões que duravam o dia inteiro. Tudo isso, sob a circunstância de ser, entre os 80 milhões de brasileiros, o que é pago para cuidar do assunto, debaixo do peso dele. E com a saúde – como Você

solução do problema, levantado pelo Paraguai, no que se referia à linha de fronteira na região, como exposta na nota nº 92, de 1966, acima citada, do embaixador do Brasil em Assunção ao chanceler paraguaio, aplainou o terreno para a construção de Itaipu.

Com a Bolívia, as notas reversais sobre limites, de março de 1958, fizeram parte de um conjunto de mais de trinta acordos de natureza econômica, comercial e técnica entre os dois países.

É nessa preparação do terreno para o estabelecimento de relações construtivas com nossos vizinhos que a Divisão de Fronteiras empenhou-se durante a chefia de Guimarães Rosa. É constante o trabalho da Divisão, paciente, minucioso, rigoroso, na resolução das controvérsias, na manutenção dos marcos, na sua densificação, na correção dos traçados dos mapas.

A propósito da ordem da Presidência da República, de fevereiro de 1957, que, considerando a necessidade de reduzir o déficit orçamentário, fixou em 50% a redução a se fazer na dotação relativa a “expedições científicas: caracterização de fronteiras”, que constava da despesa do Itamaraty e custeava os serviços das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites – a 1ª e 2ª Divisões –, Guimarães Rosa descreve o trabalho dessas duas divisões, solicitando isentar de corte a referida verba. Esta descrição permite-nos avaliar o trabalho cuidadoso, paciente e difícil, levado a cabo sob a orientação do Itamaraty, nas nossas fronteiras:

Não preciso de dizer a Vossa Excelência que bem as sabe, a grave importância dos trabalhos de demarcação e caracterização das fronteiras, a delicadeza das condições em que se programam e executam, sua significação para

sabe. E com o visceral ‘medo de errar’, a necessidade compulsiva de cuidar de todos os detalhes, a lentidão meticulosa do mineiro da roça, de terra onde os galos cantam de dia. Assim, fiquei fora e longe de tudo o mais, nem me lembrava que eu era Guimarães Rosa, não respondi às cartas das editoras estrangeiras, perdi dinheiro, sacrifiquei interessantes oportunidades, adoeci mais, soterrei-me.” (GUIMARÃES ROSA, *Correspondência com o tradutor italiano*, p. 123-124).

o resguardo da integridade e segurança nacionais [...] cumpre-me apenas reunir e aqui expor as razões que estão a reclamar, no momento, sua inadiabilidade.

Conforme é, não menos, do conhecimento de Vossa Excelência, as Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites operam conjuntamente com suas congêneres estrangeiras, com elas compondo as “Comissões Mistas”, cujos trabalhos de campo se definem e ajustam, com regular antecedência, em periódicas reuniões, realizadas alternadamente no Rio de Janeiro, Belém ou Corumbá, ou nas respectivas capitais dos outros países. De compromissos dessa ordem resulta estar presentemente a Primeira Divisão em ação de campanha na fronteira com a Venezuela – tendo completado, há dias, na cordilheira Pacaraima, o trecho que vai do monte Roraima às nascentes do rio Surumu, e devendo desde já deslocar-se para a Serra Parima, onde aguarda a expedição venezuelana –, e atenta, ao mesmo tempo, na fronteira com a Guiana Francesa, no Alto Oiapoque, à caracterização dos formadores do rio, dando cumprimento a uma tarefa que, desde o Laudo Arbitral de 1900, estava por se fazer, e que somente no ano passado pôde ter início; e dispondo-se ainda a ir, em agosto, quando começa a curta estação climática favorável, à fronteira brasileiro-colombiana, proceder ao balizamento do trecho entre o marco do igarapé Santo Antônio e o que assinala o extremo Sul da geodésica que vem do Japurá. Poderíamos, sem prejuízos, de várias espécies, além de flagrante desprestígio, sustar em meio à sua execução o cumprimento desses ajustes, sob razão de uma economia diminuta?

Dispensamo-me de fazer ressaltar os aspectos penosos, que são o normal nesses trabalhos expedicionários, em regiões inóspitas, com a dificuldade das vias de acesso e os problemas que vão, desde o prévio recrutamento de mateiros e outros elementos, até ao obrigatório e rigoroso acondicionamento especial de mantimentos, instrumentos, enfim de todo o material indispensável [...].

Estava-se, porém, nesse extremo, quando ainda nos sobreveio, da Embaixada em Bogotá, a comunicação de que o Governo da Colômbia aceitara, agora, a proposta brasileira, apresentada em 1955, sobre o trecho, a que já me referi, que vai, de marco a marco, do igarapé Santo Antônio ao ponto Sul da geodésica Apapóris- -Tabatinga, e pedia empenhadamente que, além da troca de notas, o respectivo balizamento se fizesse, ainda este ano, aproveitando a estação propícia. Evidentemente, não poderia o Itamaraty, no caso, recuar, negar ou procrastinar [...].

Quanto à Segunda Divisão, que demarca no momento com a Bolívia e o Paraguai, a situação não é menos afítiva. Como Vossa Excelência sabe, estava combinada para este mês, aqui no Rio de Janeiro, a reunião da Comissão Mista, com a vinda de uma delegação técnica boliviana. Da maior importância são os temas que compõem a agenda dessa reunião – os casos de Jacadigo, do Cerrinho de São Matias e do Verde-Turvo – cuja solução permitirá apressarmos a demarcação de tão longa linha de limites, antes que outros casos perniciosos se configurem, inclusive por motivo do já

comprovado incremento da instalação de propriedades nos espaços lindeiros.

A Segunda Divisão, por exemplo, carece de adquirir veículos de trabalho – porquanto, dos 9 caminhões comerciais (dos quais 5 com mais de dez anos de serviço, em estradas péssimas) com que contava, 3 já estão em total descalabro e 3 incapazes de suportar o trabalho de nova campanha, em região cada vez mais difícil – onde nem mesmo há estradas – na Serra do Maracaju, fronteira Brasil-Paraguai...⁷⁶

O “sonhador” tem olhos para a realidade, nos seus mínimos detalhes, para a avaliação correta das situações e para a previsão das necessidades futuras.

Além de precisos, esses olhos veem a realidade, muitas vezes, com humor, como no caso do *memorandum*, pessoal, de 28 de agosto de 1963, dirigido ao chefe do Departamento de Administração, solicitando funcionário para o Serviço de Demarcação de Fronteiras⁷⁷:

Compadre,

Às vezes, também, a gente tem sorte. O Serviço de Demarcação de Fronteiras. O Itamaraty. Corro a Você.

1. ANTÔNIO PEREIRA DE ALMEIDA é bom brasileiro, moço ainda (possivelmente 40 e poucos, como nós), miúdo, limpo, enxuto, inédito. Inteligente, polido, discreto, disciplinado perfeitamente sem arestas – própria digna e oriental imagem da disciplina.

76 *Memorandum* DF/21, de 10 de abril de 1957.

77 Agradeço ao senhor Raymundo Alberto Faria de Araújo, encarregado do Arquivo do Serviço de Demarcação de Fronteiras, a cópia do presente *memorandum*.

Gostando de servir, não olhando o tempo. Não é uma *rara avis*? E utilmente competente. Tem curso de contador-arquivista-datilógrafo. Bate à máquina, rápido e certo. (Não é ele quem está datilografando isto aqui, mas, sim, eu, mesmo, com um dedo só.) Dotado de espírito de iniciativa. Vive todas as suas responsabilidades de acordo com o normativo de uma filosofia: positiva, autêntica. Continuo.

2. Pois esse ímpar elemento pertencia, até o mês passado, às fileiras ativas militares, no posto de primeiro-sargento: 25 anos no Exército. Serviu, por exemplo, 4 anos e tanto, na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Depois, em 1958, foi requisitado para servir na COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES – 1ª Divisão, onde trabalhou até agora. Porque, agora, a 25 de julho, foi reformado, normalmente, no Exército, no posto de 1º tenente.

3. Então, bem, a história foi que, justo para julho, quando nossa querida e prestimosa Dona Albertina teve de entrar em férias – e nós não queríamos importunar Você com o pedido de alguém que a substituísse – lembramo-nos do Almeida. A C.B.D.L., sem egoísmo, não-lo cedeu. E a experiência foi ótima, graças a Deus.

4. Agora, porém, o tenente Almeida, forro, sadio e capaz, vai voltar para casa – isto é, irá, facilmente, empregar sua atividade em qualquer ramo civil, em algum escritório, ganhando bom dinheiro que lhe arredonde o orçamento. Pode e merece.

5. Mas, se ele é assim, como não desejar conservá-lo conosco? Como não cumprir o dever de tentar captá-lo para este nosso Serviço de Demarcação de Fronteiras, tão sério e importante para o Brasil e no Itamaraty (v. o Barão do Rio Branco), se bem que tão pouco considerado, tido quase como marginal e anódino? É o que estou fazendo. É o que Você, Compadre, poderá fazer.

6. A ideia foi só minha, a inspiração, instantânea e espontânea. (Raras vezes tenho sido tão patriota e inteligente.) Assim foi que, primeiro, pedi ao tenente Almeida que continuasse “por enquanto” conosco, mesmo quando Albertina regressou. (Precisaremos sempre dela, é claro; queremos os dois!) Ele, simpaticamente, concordou. Está, por iniciativa própria, limpando e reorganizando o nosso velho arquivo. A seguir, teremos para ele outras e mais relevantes incumbências. Se Deus quiser.

7. Deus, entre nós, se chama o D.A. Com ele contamos?

8. Porque, nesse mundo do relativo e da necessidade, como conservá-lo sem lhe oferecer uma certa gratificação financeira – que não será escandalosa, mas não pode ser mesquinha?

9. Obrigado, Compadre. Nossas fronteiras, desguarnecidas, precisadas, te agradecem.

10. E, posso afirmar a Você: a sugestão é certa, justa, impessoal, viva, oportuna, simpática, ditada tão-somente pela dedicação à causa do Brasil e ao prestígio

do Itamaraty, pelo nosso modesto espírito público,
enfim. Obrigado.

Atenciosa e esperançosamente.

O compadre

Guimarães Rosa

3

A coisada que a gente vê, é errada [...] Acho que... O
borrado sujo, o sr. larga na estrada, em indústrias
escritas isso não se lavora. As atrapalhadas, o sr. exara
dado desconto, só para preceito, conserto e castigo,
essas revolias, frenesias...⁷⁸

Se descreves o mundo tal qual é, não haverá em tuas
palavras senão muitas mentiras e nenhuma verdade.⁷⁹

Não é o caso inteirado em si, mas a sobrecoisa, a outra
coisa.⁸⁰

Pontaria, o senhor concorde, é um talento todo na ideia.
O menos é no olho, compasso.⁸¹

78 GUIMARÃES ROSA, *Tutameia*, p. 164-165.

79 Tolstói, citado em epígrafe a *Tutameia*.

80 GUIMARÃES ROSA, *Grande sertão: veredas*, p. 152.

81 *Ibid.*, p. 125.

Como ficou claro pela transcrição da sua intervenção na Reunião dos embaixadores brasileiros da área amazônica, em Manaus, em 1967, Guimarães Rosa, tendo na mira da ideia a finalidade do encontro e os dados geográficos, históricos, econômicos e políticos (e mesmo culturais: a expressão usada pelos colombianos – “abrasilerarse” –, que menciona, no sentido de “sedento de terras”), apresentados por seus colegas, articula-os de maneira significativa, fornecendo-lhes um quadro claro de tendências, que permitem a orientação da política brasileira na região.

No âmbito da história, portanto, em contraste com a eternidade, Guimarães Rosa toma em consideração “a coisada que a gente vê”, “as atrapalhadas”, os fatos, os dados, o “mundo tal qual é”. Mas não se detém aí: articula-os, com seu “talento todo na ideia”, a fim de fazê-los falar, a fim de fazê-los mostrar seu significado: “a sobrecoisa, a outra coisa.”

A história, para Guimarães Rosa, não são os fatos; ou melhor, são os fatos declinados, conjugados, em articulação significativa. A história é linguagem, é articulação mental, lógica; é, portanto, alma, espírito. A história é *kósmos*.

A realidade do “sonhador” – do diplomata – é a história: a história como meditação inteligente sobre os fatos.

Paradoxalmente, pois, ao tentar libertar o homem do tempo⁸², convertendo seu olhar para o paradigma do eterno, Guimarães Rosa insere-o firmemente no tempo, na história: faz dele o criador do tempo, o construtor da história.

82 “Conforme o sentido, dizia que em *Grande sertão* eu havia liberado a vida, o homem, *von der Last der Zeitlichkeit befreit*. É exatamente isso que eu quero conseguir. Queria libertar o homem desse peso, devolver-lhe a vida em sua forma original” (COUTINHO, *Guimarães Rosa*, p. 84).

PARTE IV

JUSTIÇA E DIREITO

Aliás, o princípio jurídico básico é que o regulador geral, no assunto, é a vontade dos Estados, expressa ou tácita, que pode até no Tratado dar caráter principal ou definitivo aos trabalhos da Comissão Mista que ele criou – como fez o Tratado de 1872, nos artigos 2º, 3º, com a Comissão Demarcadora de 1872.⁸³

Como se viu, o conceito de justiça de Guimarães Rosa seria o conceito platônico da harmoniosa composição das partes de um todo, segundo sua natureza original, saudável, não corrompida, em que cada parte teria sua participação indispensável e devida⁸⁴.

A partir desse paradigma de justiça, Guimarães Rosa baseia o direito na composição harmoniosa da vontade das partes envolvidas em uma questão. Tal composição elimina das relações de direito o uso da força, da violência, da imposição da vontade de uma parte sobre a outra. Ainda aqui, Guimarães Rosa foge da tirania de um só, foge da redução da multiplicidade de vozes a um tom monocorde, preferindo a harmonia de tons diversos. No parágrafo 99 da nota nº 92, citada acima, este ponto fica claro, no que se refere aos acordos de limites com o Paraguai: “Segundo é pacífico em direito internacional, a demarcação feita pela Comissão Mista e aprovada pelos governos respectivos é definitiva e imodificável, a não ser mediante novo e mútuo acordo entre os mesmos”.

83 Nota nº 92, de 25 de março de 1966, da Embaixada do Brasil em Assunção, parágrafo 104.

84 PLATÃO, *Republic*, IV, 434, C-D; 441, C a E; 444, C a E.

Isso não quer dizer que Guimarães Rosa não visse diferença entre o ideal de justiça e o direito, como codificado e aplicado na prática. Ao comentar, no *memorandum* DF/49, de 15 de abril de 1966, o relatório referente aos trabalhos da XVIIª Sessão da Comissão de Direito Internacional, realizada em Mônaco, em janeiro do mesmo ano, ressalta a atuação do embaixador Gilberto Amado, defendendo as fórmulas e teses aptas a melhor servir a paz e a boa convivência internacional – e que de modo feliz coincidem com os pontos de vista que devem ser os do Brasil: o respeito às obrigações convencionais, à intangibilidade dos tratados, o reforço do princípio e regra *pacta sunt servanda*. Fala dos pontos de vista que *devem* ser os do Brasil em matéria de direito internacional e que, por uma feliz coincidência, que não é de obrigação, o *são*, nessa sessão da Comissão de Direito Internacional. Exulta quando o direito tende para o ideal de justiça⁸⁵.

Essa orientação básica em direção à harmonia e ao diálogo⁸⁶ nas relações internacionais não significa, entretanto, complacência e passividade, e não exclui, ao contrário, exige, atividade e firmeza nas negociações. A nota nº 92 da Embaixada em Assunção à Chancelaria paraguaia é um modelo de firmeza, destituída de qualquer uso de força ou violência, e que tem constantemente o governo paraguaio em respeito.

85 “[...] reafirmando ao mundo que a política brasileira jamais foi de cega porfia, mas de ativa harmonia e justiça” (Palavras de agradecimento, ao ser condecorado com a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, em 2 de dezembro de 1966). PLATÃO, *Teeteto*, 175, E; 176, A a E; 177 C-D; 179, A/*Político*, 294, B.

86 “No seu dia a dia, porém, sem aparato [o lago do Itamaraty] rende o quadro certo e apropriado à Casa diplomática. Porque de sua face, como aos lagos é eternamente comum, vem indeteriorável placidez, que é reprovação a todo movimento desmesurado ou supérfluo. Também, uma vez, em 1935, e acaso associado à lembrança de outro lago, forneceu imagem imediata a um dos mais desvencilhados espíritos que jamais nos visitaram: Salvador de Madariaga. Que concluindo, ali, no auditório da Biblioteca, memorável conferência sobre ‘Genebra’ – *id est* a Sociedade das Nações ou qualquer organização que se proponha realizar alguma harmonia entre os povos – comparou que a mesma seria, na vida internacional, o que a água é na paisagem: mais luz, por reflexão, e o calmo equilíbrio da horizontalidade” (O lago do Itamaraty. In: GUIMARÃES ROSA, *Ave, Palavra*, p. 182-183).

PARTE V

FORMAÇÃO E TÉCNICA

Quando se introduziu no programa do Vestibular a prova de Cultura Geral, o que se teve em mira foi um processo de apreciar, no julgamento dos candidatos ao Instituto, também os conhecimentos – científicos, artísticos, eruditos, ilustrativos, etc. – adquiridos seja mediante aprofundamento extraordinário nas matérias dos Cursos Ginásial e Colegial, seja em cursos outros, seja extracurricular e autodidaticamente, através de leituras e outros meios de informação e enriquecimento do espírito; mas conhecimentos suplementares ou complementares, transcendentais da rotina escolar, bem assimilados e sedimentados, contribuindo eficazmente para a formação do candidato, e resultantes de curiosidade intelectual e capacidade mental, do gosto pela indagação objetiva ou especulativa, de vocação cultural e consciência humanística.

Na regulamentação da prova – já que o objetivo da mesma devia ser a aferição do saber gratuito e da cultura de informação, básica, variada e pragmaticamente utilizável – procurava-se evitar tudo o que tendesse a induzir ou facilitar aos candidatos o estudo utilitário, para exame, as leituras apressadas, adrede feitas, a memorização artificial interessada.⁸⁷

87 Notas para o Programa do Concurso de Provas – parte de Cultura Geral, ao Diretor do Instituto Rio Branco, 1952.

Chamado a colaborar no preparo das provas para o Concurso de Provas do Instituto Rio Branco, em 1952, Guimarães Rosa apresentou ao Diretor do Instituto as notas, acima citadas, relativas ao exame de Cultura Geral. Tal exame, como entendido por Guimarães Rosa, tinha como finalidade avaliar os conhecimentos, adquiridos gratuitamente, e que teriam contribuído para a “formação da personalidade do candidato”, revelando “curiosidade intelectual”, bem como “vocação cultural e consciência humanística”. Isto  , a prova de Cultura Geral teria, no fundo, a finalidade de avaliar a capacidade de pensar – de analisar e associar imaginativamente – do candidato:

[...] o exame de Cultura Geral deverá permitir sejam levadas em conta as afirma es de erudi o em quaisquer ramos do saber humano, prestando-se além disso a medir, de cada examinando, não são o cabedal de informa es, mas também, tanto quanto possível, a coordena o das mesmas e sua dinâmica capacidade associativa – convém que as disserta es se deem sobre temas de caráter geral, que permitam, pela variedade de seus aspectos, o máximo de ila es, associa es e ilustra es, num tratamento revelador da pluralidade de conhecimento do candidato. Para tanto – e também porque   Cultura inerem as condi es de medita o e calma – a prova deverá ser de dura o suficientemente longa, num mínimo de tempo de 5 horas.⁸⁸

Ainda mais uma vez encontramos uma concep o claramente platônica do valor do exercício do pensamento para a forma o – para a *paidea* – da personalidade do homem justo⁸⁹: aquele

88 Notas para o Programa do Concurso de Provas – parte de Cultura Geral, ao Diretor do Instituto Rio Branco, 1952.

89 PLATÃO, *Teeteto*, 186, C; *Republic*, VI, 511, B; *Republic*, VII, 534, B.

que ultrapassa o mero saber técnico – a *tékhnē*⁹⁰ – para atingir o verdadeiro conhecimento – a *episteme* –, o saber das articulações lógicas, o saber das articulações essenciais. Sem esse saber, o conhecimento técnico torna-se rotineiro, limitado, repetitivo, sem perspectivas. Ao contrário, a verdadeira *episteme* abre perspectivas significativas, permite prever, imaginar caminhos alternativos, soluções inéditas. Esse saber é, segundo Guimarães Rosa, adquirido desinteressadamente, pelo puro prazer de pensar: “o gosto pela indagação objetiva ou especulativa.”

O que se quer avaliar num candidato à diplomacia é, portanto, nesse caso, a capacidade de pensar, a capacidade de reproduzir, na sua esfera de trabalho, o modelo do pensamento, do *lógos*, essência do espírito humano.

Assim, a realidade propriamente humana – histórica, que é, como vimos, para Guimarães Rosa, o campo da atividade diplomática – é a realidade pensada, os fatos concretos articulados pelo pensamento numa totalidade significativa. O diplomata – o “sonhador” – busca, nessas condições “criar” a realidade, fazer a história, por meio do pensar os fatos. Por isso é que Guimarães Rosa se preocupa, na formação do diplomata, com o desenvolvimento dessa capacidade de pensar, o que não é a mesma coisa que o simples raciocínio técnico, limitado a um campo do conhecimento. Pensar, para ele, inclui a imaginação, o que não é a mesma coisa que a simples fantasia, fabulação relativamente independente dos fatos concretos. Pensar é a utilização da imaginação na articulação desses fatos, da imaginação que leva em consideração o concreto, que depende dele e que lhe dá sentido⁹¹. É construir.

90 JAEGER, *Paideia*, p. 515.

91 “Pontaria, o senhor concorde, é um talento todo na ideia. O menos é no olho, compasso.” (GUIMARÃES ROSA, *Grande sertão: veredas*, p. 125).

Pensar, para Guimarães Rosa, não é “o estudo utilitário, para exame, as leituras apressadas, adrede feitas, a memorização artificial interessada”. É “saber gratuito” que, entretanto, é “pragmaticamente utilizável”: ultrapassa tanto o pensamento mecânico, puramente técnico, quanto o pensamento fantasioso, inutilizável na vida real.

PARTE VI

CONSTRUÇÃO E CRÍTICA

Vossa Excelência, que tem perfeita ciência da gravidade do assunto, conhece, não menos, o ponto-de-vista da Divisão de Fronteiras: que sempre foi contrária, não só a soluções ao modo das cometidas [...], mas também – tanto por escrito [...] quanto nas reuniões havidas a tal respeito – contrária mesmo à aceitação [...]⁹²

O fato de a postura básica de Guimarães Rosa, até aqui assinalada, ser aquela do restaurador, do construtor, torna necessário fugir do perigo de idealizar sua atuação, isentando-a de qualquer agressividade. Ao restaurar, Guimarães Rosa destrói: uma coisa não pode ser feita sem a outra.

Como foi possível verificar no que se refere ao seu conceito de justiça, a restauração, para Guimarães Rosa, exige mesmo uma destruição: não uma destruição cega e violenta⁹³, mas uma refutação ponderada e racionada, expressa com firmeza: “Vossa Excelência, que tem perfeita ciência da gravidade do assunto, conhece, não menos...” Na verdade, é a ação cega e violenta que é refutada – destruída, desarmada – pelo exercício do pensamento. O pensar desliga a ação do imediatismo, torna-a objetiva, desvincula-a do emocionalismo subjetivo e do fanatismo. Com isso, não se quer

92 *Memorandum DF/30-A*, de 11 de setembro de 1958.

93 “Ao que, naquele tempo, eu não sabia pensar com poder. Aprendendo eu estava? Não sabia pensar com poder – por isso matava.” (GUIMARÃES ROSA, *Grande sertão: veredas*, p. 262).

dizer que a desligue do sentimento, mas sim do instinto cego⁹⁴, por um lado, e da idealização⁹⁵, por outro. A ação de Guimarães Rosa é uma constante desconstrução tanto do intempestivo e do violento, quanto da tentação de hipostasiar ideias, da abstração. Assim, não tenta forçar a realidade num leito de Procusto, em nome de um ideal abstrato de perfeição, inatingível, mas faz espaço para a admissão de imperfeições e falhas, que procura remediar com justiça.

Com efeito, quando chefe do Serviço de Documentação do Itamaraty, tendo sido levada a efeito uma revisão do inventário das obras e impressos da Biblioteca, emprestados às Divisões, comprovou-se “a falta de muitos livros, cujo paradeiro era ignorado”. Ao propor medidas para evitar novas perdas, em *memorandum* de 2 de agosto de 1945, ao chefe da Administração, Guimarães Rosa indica que, em troca de ideias com o ex-chefe do Serviço e com o chefe da Biblioteca, examinara

detidamente o assunto, chegando à conclusão de que, em vista da extrema dificuldade – e mesmo impossibilidade – encontrada para uma exata determinação da responsabilidade funcional relativa ao extravio das publicações, a cobrança, além de precária nos seus resultados práticos, iria redundar, na maioria dos casos, em sanção assaz injusta.

E continua:

Com efeito, quase sempre a retirada dos volumes da Biblioteca e a correspondente assinatura dos recibos foram executadas por funcionários de menor

94 “A personalidade do escritor, ao escrever, é sempre seu maior obstáculo, já que deve trabalhar como um cientista e segundo as leis da ciência; ela o faz perder seu equilíbrio, torna-o subjetivo quando deveria buscar a objetividade. A personalidade é preciso encarcerá-la no momento de escrever.” (COUTINHO, *Guimarães Rosa*, p. 89).

95 “Querer o bem com demasiada força, de incerto jeito, poderá já estar sendo se querendo o mal, por principiar” (GUIMARÃES ROSA, *Grande sertão: veredas*, p. 16).

graduação, em obediência a ordens dos seus superiores e como irrelevante pormenor de rotina quotidiana, cujas circunstâncias, depois de decorrido tanto tempo, estarão naturalmente apagadas na memória daqueles. Por outro lado, considerando as frequentes sucessões e mudanças de dirigentes das Divisões e Serviços da Secretaria de Estado, e a falta de quaisquer normas ou dispositivos regulamentares que previssessem, até agora, a passagem do inventário dos livros em serviço nas mesmas, repugna à equidade culpar do sumiço dos volumes os chefes que assinaram os respectivos recibos de retirada. Tanto mais que, seja dito, à Biblioteca competia, durante todo esse tempo (muitos dos recibos datam de dez, doze, treze anos!), ter cuidado da fiscalização das retiradas dos livros e posto em prática outras providências de controle.

Em consequência, prevaleceram na mencionada troca de ideias, os alvitres de:

I - suspender a execução de medidas em andamento visando à indenização, pelos signatários dos respectivos recibos, das importâncias correspondentes aos preços dos livros desaparecidos;

II - encarregar-se a Biblioteca de zelar diligentemente, doravante, pelo rigoroso cumprimento do disposto nos arts. 1 e 2, Seção II, Livro XII, da Consolidação das Instruções de Serviço;

III - nesse sentido, preparar a Biblioteca um modelo especial de “termo” ou “recibo de inventário”, ficando a iniciativa de obter, por ocasião de mudança de chefia, seja o mesmo assinado pelos chefes das Divisões e

Serviços depositários de volumes, por empréstimo em caráter permanente.

Assim, ao submeter à sua alta apreciação as sugestões acima, que a meu ver darão a melhor solução ao assunto, para elas muito agradeceria a aprovação de Vossa Excelência.

Também em relação ao seu platonismo (talvez como seríamos tentados a pensar), não se verifica idealização: Guimarães Rosa é Guimarães Rosa e não Platão – não é pura cópia, não idealiza o mestre:

Tudo, portanto, o que em compensação vale é que as coisas não são em si tão simples, se bem que ilusórias. “O erro não existe: pois enganar-se seria pensar ou dizer o que não é, isto é: não pensar nada, não dizer nada” proclama genial Protágoras; nisto, Platão é do contra, querendo que o erro seja coisa positiva; aqui, porém, sejamos amigos de Platão, mas ainda mais amigos da verdade; pela qual, aliás, diga-se, luta-se ainda e muito, no pensamento grego.⁹⁶

Guimarães Rosa, como Riobaldo, pode dizer: “[...] eu toda a minha vida pensei por mim, forro, sou nascido diferente. Eu sou é eu mesmo. Diverjo de todo o mundo... Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa”⁹⁷. E, também: “[...] para pensar longe, sou cão mestre – o senhor solte em minha frente ideia ligeira, e eu rastreio essa por fundo de todos os matos, amém”⁹⁸.

96 GUIMARÃES ROSA, *Tutameia*, p. 7-8. Aqui, Guimarães Rosa coloca-se do lado do sofista contra Platão; busca a verdade antes de tudo.

97 *Idem*, *Grande sertão: veredas*, p. 15.

98 *Ibid.*

Paradoxalmente pois, o platônico trabalha para desidealizar a realidade. É justamente esse tipo de “agressividade” que exerce Guimarães Rosa em seu trabalho de pensar. É esse tipo de afirmação e firmeza que pode ser observado na sua intervenção durante a reunião dos embaixadores da área amazônica, em Manaus (1967), quando critica a orientação que vinham tomando os trabalhos: o tratamento da cooperação amazônica multilateral, assunto precípua da reunião, perdia-se na atenção dada a cada país da região separadamente. Qualquer outro tipo de agressividade está ausente da atuação de Guimarães Rosa, conforme documentada em seus expedientes funcionais⁹⁹, no seu maço pessoal e na lembrança de seus colegas e colaboradores.

E o que ele diz a respeito do que entende por boa crítica literária pode-se aplicar, igualmente, penso, no presente contexto:

Uma crítica tal como eu a desejo deixaria de ser crítica no sentido próprio, tanto faz se julga o autor positiva ou negativamente. Deve ser um diálogo entre o intérprete e o autor, uma conversa entre iguais que apenas se servem de meios diferentes. Ela exerce uma função literária indispensável. Em essência, deve ser produtiva e coprodutiva, mesmo no ataque e até no aniquilamento se fosse necessário.¹⁰⁰

99 Ver, por exemplo, os *memoranda*: 1) de 31 de março de 1954, para o Chefe do DA, escrito quando Guimarães Rosa era Chefe da Divisão de Orçamento; e 2) de 2 de junho de 1947, ao Diretor do IRBr, quando era Chefe da Secretaria do Instituto – ambos em anexo.

100 COUTINHO, *Guimarães Rosa*, p. 76.

Na sua obra literária, a propósito, a desconstrução do ideal – a obtenção do “pensar direito” – se faz de várias maneiras: trágica, em *Grande sertão: veredas*, e cômica, em *Tutameia*, principalmente¹⁰¹.

101 Em *Grande sertão: veredas*, a desconstrução é feita – como no “O espelho” (GUIMARÃES ROSA, *Primeiras estórias*) – em primeiro lugar, no que se refere à pessoa própria: Riobaldo controla-se e não cede à tentação de abusar de seu poder de chefe, de exercer esse poder tiranicamente: “Segurei meus cornos. Assim retido, sosseguei – e melhor” (p. 345); “Pensar mal é fácil, porque esta vida é embrejada. A gente vive, eu acho, é mesmo para se desiludir e desmisturar” (p. 114).

Em *Tutameia*, a desconstrução é feita por meio do humor, do nonsense. “Entendem os filósofos que nosso conflito essencial e drama talvez único seja mesmo o estar-no-mundo. Chico, o herói, não perquiria tanto. Deixava de interpretar as séries de símbolos que são essa nossa vida de aquê-m-túmulo, tampouco pretendendo ele próprio representar de símbolo; menos, ainda, se exibir sob farsa. De sobra afligia-o a corriqueira problemática quotidiana, a qual tentava, sempre que possível, converter em irrealdade. Isto, a pifar, virar e andar, de bar a bar” (p. 101).

PARTE VII

O DIPLOMATA E O HOMEM

Cumpra-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência – e o faço com pena – de que concedi hoje o desligamento, de suas obrigações no Serviço de Demarcação de Fronteiras, ao Secretário William Agel de Mello, designado para as funções de Vice-Cônsul em Barcelona. Bom caráter, exato cumpridor de seus deveres, inteligente e sensível, estudioso, há continuar a bem servir esta Casa, estou certo.

nos seus assentamentos pessoais este reconhecimento do seu primeiro Chefe.

Atenciosamente,

(João Guimarães Rosa)

Chefe do serviço de Demarcação de Fronteiras.¹⁰²

Nesse elogio a seu colega mais moço, que partia para uma primeira estada no exterior, transparece o afeto genuíno do chefe, dito de maneira simples e, por isso mesmo, autêntica.

Essa simplicidade de ser, nas suas relações humanas, é igualmente perceptível no *memorandum* DF/19, de 18 de fevereiro de 1966, em que comunica, ao chefe da Divisão de Comunicações, a escala de plantão do Carnaval no Serviço de Demarcação de Fronteiras:

dia 21 – Secretário William Agel de Mello

dia 22 – Secretário William Agel de Mello

dia 23 – Embaixador João Guimarães Rosa

102 *Memorandum* DF/79, de 1º de agosto de 1966.

Além da simplicidade e humanidade de suas atitudes, deve-se assinalar, ainda, um real desligamento no que se refere à posse de bens materiais e vantagens, o que nos lembra, mais uma vez, o homem justo.

Ao tomar posse como chefe da Divisão de Fronteiras, em março de 1956, a sua declaração de bens e valores resumia-se a Cr\$ 900.000,00. Na sua entrevista a Günter Lorenz, afirmou:

[...] não me envergonho em admitir que *Grande sertão* me rendeu um montão de dinheiro. Não me interessa o dinheiro: venho de um mundo onde ele não adianta muito; lá se necessita de pão, armas, cavalos, e ainda se pratica o comércio de troca. Naturalmente, não fico infeliz, quando tenho dinheiro suficiente para viver como quero. Mas não nego esse fato. A esse respeito, quero dizer uma coisa: enquanto eu escrevia *Grande sertão*, minha mulher sofreu muito porque nessa época eu estava casado com o livro. Por isso dediquei-o a ela, para lhe agradecer sua compreensão e paciência. Você sabe que tenho uma mulher maravilhosa. Como sou um fanático da sinceridade linguística, isto significou para mim que lhe dei o livro de presente, e portanto todo o dinheiro ganho com esse romance pertence a ela, somente a ela, e pode fazer o que quiser com ele. Não necessito dele, tenho meus vencimentos; uma verdadeira mulher sempre sabe encontrar utilidade para o dinheiro, tanto no sertão como no Rio.¹⁰³

De acordo com depoimento do ministro Arthur Gouvêa Portella, que serviu com Guimarães Rosa na Divisão de Fronteiras e substituiu-o na chefia, após sua morte, seu chefe não usava o carro

103 COUTINHO, *Guimarães Rosa*, p. 78-79.

oficial a que tinha direito. Só no último ano de sua vida passou a usá-lo, nas idas e vindas do Itamaraty, por insistência do então chefe do DA, embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Fazia suas minutas à máquina; muitas vezes ia pessoalmente entregá-las quando havia urgência, dispensando o contínuo; evitava fazer expedientes para assuntos que podia resolver oralmente sem prejuízo para a documentação do arquivo. Nos momentos de muito trabalho, “esquecia de ir para casa”, nas palavras do senhor tenente Raymundo Alberto Faria de Araújo, encarregado do arquivo do Serviço de Demarcação de Fronteiras: na redação da nota nº 92 à chancelaria paraguaia, por exemplo, Guimarães Rosa e o senhor Faria de Araújo passaram dois dias e uma noite no Itamaraty.

Nos momentos de tensão, inclusive quando foi chefe do Gabinete do ministro João Neves da Fontoura (em 1946 e, mais tarde, de 1951 a 1953), notava-se, segundo o ministro Portella, o “seu poder de repor a verdade, naturalmente, sem pressões”. É ainda o ministro Portella que relata episódio que se teria passado durante um de seus períodos na chefia do Gabinete: o ministro Neves da Fontoura voltara de despacho no Catete, declarando que tinha se desentendido com o presidente e que pediria demissão imediatamente; Guimarães Rosa concordou com tudo, mas chamou-lhe a atenção para o fato de que havia muitos assuntos pendentes nas suas gavetas, que o ministro teria que pôr em dia antes de demitir-se, e acrescentou que não levariam mais do que uma semana para limpar tudo; então, poderia deixar o cargo. Uma semana depois, o ministro já estava calmo e a demissão fora esquecida.

Sua preocupação com a linguagem era constante: “As palavras foram feitas para a gente não se entender” e “escrever bem é muito fácil ou impossível”, dizia ao ministro Portella¹⁰⁴.

104 Ainda a respeito da linguagem, ver a troca de correspondência que manteve com Jorge Kirchofer Cabral, cônsul em Frankfurt, quando estava em Hamburgo (em anexo, na p. 237).

PARTE VIII

CONCLUSÃO: NACIONAL E INTERNACIONAL

[...] queria acrescentar que também configuram meu mundo a diplomacia, o trato com cavalos, vacas, religiões e idiomas.¹⁰⁵

Para um bom platônico, como João Guimarães Rosa, a alma é um *kósmos*, que integra harmoniosamente aspectos variados de níveis variados de existência. Segundo essa perspectiva, a diplomacia aparece como um dos aspectos de sua existência, harmoniosamente articulado a outros – “o trato com cavalos, vacas, religiões e idiomas” – como foi possível verificar ao longo do presente estudo. Nem a diplomacia nem qualquer outra atividade dominou tiranicamente a vida de Guimarães Rosa. A literatura, que mais poderia aproximar-se de um tal domínio, também não o fez por significar para ele mais do que o estritamente literário e estético – a composição de romances e contos –, estendendo seu significado para incluir uma atitude ética, uma teoria do conhecimento, uma meditação metafísica e uma conversão religiosa¹⁰⁶.

Dentro desse *kósmos*, a diplomacia teve função e importância insubstituíveis, na formação e integração de sua personalidade:

Mas logo, e eu quase diria que por sorte, minha carreira profissional começou a ocupar meu tempo. Viajei pelo mundo, conheci muita coisa, aprendi idiomas, recebi tudo isso em mim; mas de escrever simplesmente não

105 COUTINHO, *Guimarães Rosa*, p. 67.

106 Na sua complexa atitude em relação à arte, Guimarães Rosa separa-se da posição platônica, tal como tradicionalmente interpretada, no que se refere à *mimesis*.

me ocupava mais. Assim se passaram quase dez anos, até eu poder me dedicar novamente à literatura (...) Principalmente, descobri que a poesia profissional, tal como se deve manejá-la na elaboração de poemas, pode ser a morte da poesia verdadeira. Por isso, retornei à “saga”, à lenda, ao conto simples, pois quem escreve esses assuntos é a vida e não a lei das regras chamadas poéticas.¹⁰⁷

Guimarães Rosa não seria Guimarães Rosa se não tivesse sido diplomata: ele é, na verdade, o resultado de várias experiências de vida e não um substrato, já pronto, sobre o qual se desenrolam tais experiências¹⁰⁸.

Nesse “resultado”, que é João Guimarães Rosa, como vimos, destaca-se fortemente o platonismo. Nessas condições, poder-se-ia perguntar o que se destacaria nele de especificamente brasileiro.

A diplomacia, segundo suas próprias palavras, contribuiu para torná-lo, sem sombra de dúvida, um cosmopolita. Mas há que pensar também nos “cavalos e vacas” do interior de Minas Gerais – do sertão – que, ainda segundo ele, compõem seu mundo:

Nós sertanejos somos muito diferentes da gente temperamental do Rio ou Bahia, que não pode ficar quieta nem um minuto. Somos tipos especulativos, a quem o simples fato de meditar causa prazer.¹⁰⁹

107 COUTINHO, *Guimarães Rosa*, p. 70.

108 “...as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas — mas elas vão sempre mudando” (GUIMARÃES ROSA, *Grande sertão: veredas*, p. 20-21).

109 COUTINHO, *op. cit.*, p. 79.

Acho que Goethe foi, em resumo, o único grande poeta da literatura mundial que não escrevia para o dia, mas para o infinito. Era um sertanejo.¹¹⁰

A “brasilidade” de Guimarães Rosa, como se verifica pelas citações acima, é, ao mesmo tempo, rigorosamente determinada, específica – o sertanejo de Minas Gerais –, e não paroquial, escapando ao provincialismo, pois Goethe também foi um sertanejo¹¹¹. Com efeito, a “brasilidade” de Guimarães Rosa é feita predominantemente de Europa – e é encontrada, não no aspecto puramente regionalista, no sentido estreito, de sua vida e obra, mas sim numa maneira de comportar-se no mundo, num estado de espírito, em que a mente e o coração estão intimamente unidos, integrados, harmonizados:

Você sabe que nós, latino-americanos, nos sentimos muito ligados à Europa. Para mim, Cordisburgo foi sempre uma Europa em miniatura. Amamos a Europa como, por exemplo, se ama uma avó (...). Por nós e conosco talvez a Europa tenha um futuro não só no campo econômico, não só no campo político, mas também como fator de poder espiritual. No final das contas, somos parentes espirituais: avó e netos (...). Se a Europa morresse, com ela morreria um pedaço de nós.¹¹²

Para compreender a “brasilidade” é importante antes de tudo aprender a reconhecer que a sabedoria é algo

110 COUTINHO, *Guimarães Rosa*, p. 85.

111 “O sertão está em toda a parte (...) ... sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar” (GUIMARÃES ROSA, *Grande sertão: veredas*, p. 9 e 22).

112 COUTINHO, *op. cit.*, p. 97.

distinto da lógica. A sabedoria é saber e prudência que nascem do coração.¹¹³

Ainda aqui encontramos o platônico, combinando o saber (*episteme*) e prudência (*sofrosine*) na formação da sabedoria (*sofia*)¹¹⁴.

Guimarães Rosa é, pois, brasileiro – isto é, sertanejo –, ao acolher em si as origens do Brasil: a cultura europeia. É brasileiro ao afirmar estas origens, recriando-as em sua obra, com elementos novos. Assim, não é brasileiro por um ou outro aspecto contingente de sua vida e obra, mas sim “originalmente” brasileiro, nas duas acepções da palavra: não recebe a “brasilidade” como algo que lhe vem de fora, já feito e acabado, mas, ao contrário, como algo aberto, em formação, em transformação, a ser criado:

Temos de partir do fato de que nosso português-brasileiro é uma língua mais rica, inclusive metafisicamente, que o português falado na Europa. E além de tudo, tem a vantagem de que seu desenvolvimento ainda não se deteve; ainda não está saturado (...). Eu, como brasileiro, tenho uma escala de expressões mais vasta que os portugueses, obrigados a pensar utilizando uma língua já saturada.¹¹⁵

Nessas circunstâncias, é possível compreender porque Guimarães Rosa citou, como formadores de seu mundo, os habitantes do sertão – os cavalos e vacas – e a diplomacia: o nacional e o internacional estreitamente entrelaçados, na criação de um mundo originalmente brasileiro. Questão de filologia e hermenêutica.

113 COUTINHO, *Guimarães Rosa*, p. 92.

114 PLATÃO, *Republic*, IV, 432; 433; 442, C-D.

115 COUTINHO, *op. cit.*, p. 81. A *língua*, aqui poderia ser compreendida no sentido lato que lhe dá Guimarães Rosa: de metáfora da vida.

BIBLIOGRAFIA

APOLODORO. *The Library*. Londres: Loeb, 1967.

AUERBACH, Erich. *Literary Language and its Public*. Princeton: Princeton University Press, 1965.

COUTINHO, Eduardo de Faria (org.). *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

GUIMARÃES, Vicente. *Joãozito: a infância de João Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

_____. *Joãozito: a infância de João Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

GUIMARÃES ROSA, João. *Primeiras estórias*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

_____. *Sagarana*. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

_____. Debates após a exposição do embaixador em Bogotá, senhor Jorge Carvalho e Silva (16/01/1966). In: *Anais da Reunião de Manaus dos Embaixadores do Brasil nos Países Amazônicos*. Segunda Fase. Confidencial. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1967.

_____. *Tutameia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

_____. *No Urubúquaquã, no Pinhém*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

GUIMARÃES ROSA, João. *Noites do sertão*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

_____. *Ave, palavra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

_____. *Grande sertão: veredas*. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

_____. *Corpo de baile: Manuelzão e Miguilim*. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

_____. Debates após a exposição do embaixador em Bogotá, senhor Jorge Carvalho e Silva (16 de janeiro de 1966). In: *Anais da Reunião de Manaus dos Embaixadores do Brasil nos Países Amazônicos*. Segunda Fase. Confidencial. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1967.

_____. *Correspondência com o tradutor italiano*, T. A. Queiroz, Editor. São Paulo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1981.

HOMERO. *Iliad*. Londres: Loeb, 1965.

JAEGER, Werner. *Paideia*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1957.

OVÍDIO. *Fasti*. Londres: Loeb, 1976.

_____. *Metamorphoses*. Londres: Loeb, 1977.

PLATÃO. *Statesman*. Londres: Loeb, 1962.

_____. *Republic*. Londres: Loeb, 1963.

PLATÃO. *Phaedrus*. Londres: Loeb, 1966.

_____. *Gorgias*. Londres: Loeb, 1967.

_____. *Theateteus-Sophist*. Londres: Loeb, 1967.

_____. *Cratylus*. Londres: Loeb, 1970.

SPERBER, Suzi Franki. *Caos e Cosmos*. Leituras de Guimarães Rosa. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976.

VERNANT, Jean-Pierre. *Myth and Thought among the Greeks*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1983.

Fontes primárias

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). Ofício, reservado, nº 129, da Embaixada do Brasil em Berlim, 21/06/1941.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). Ofício nº 170, da Embaixada da Alemanha, 12/08/1941.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). Telegrama nº 11, do consulado em Hamburgo à Secretaria de Estado, 21/05/1940.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). Telegrama nº 332, da Embaixada da Alemanha, 30/08/1941.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). Telegrama nº 425, da Embaixada da Alemanha, 19/11/1941.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Memorandum* DF/21, 10/04/1957.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Memorandum* DF/25, 30/07/1958.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Memorandum*, pessoal, dirigido ao chefe do Departamento de Administração, solicitando funcionário para o Serviço de Demarcação de Fronteiras, 28/08/1963.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). Aviso para o Ministério da Guerra (SDF/48). João Guimarães Rosa. Folha de Serviço. Maço Pessoal. SCE. AHI-BSB. 22/07/1965.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). Nota nº 92 da Embaixada em Assunção à chancelaria paraguaia, 25/03/1966.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Memorandum* DF/49, 15/04/1966.

Arquivos

Arquivo Histórico de Itamaraty

Arquivo da Divisão de Fronteiras do Itamaraty

Sinopse da Câmara dos Deputados

ANEXOS

MEMORANDUM PARA O EMBAIXADOR DO BRASIL
EM BERLIM

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
RESERVADO

Berlim, em 21 de junho de 1941.

Nº 129.

Memorandum do
Senhor J. Guimarães Rosa.

940. (00) 600 (88)

600 (81)

922.41 (42) (81)

Senhor Ministro,

Em aditamento a meu ofício nº 123, de 14 do corrente mês, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência um *memorandum* do Senhor J. Guimarães Rosa, em que relata as impressões que teve durante sua permanência em Lisboa, como correio diplomático, a respeito, da atitude de Portugal e Espanha em face do conflito atual.

2. Como Vossa Excelência terá ocasião de verificar, este trabalho demonstra tanto mais a capacidade e o atilamento do Senhor Guimarães Rosa quanto ele não pode estar intimamente

familiarizado com os negócios políticos, não havendo ainda servido em uma missão diplomática.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

[a.] C. de Freitas Valle

A Sua Excelência o Senhor Oswaldo Aranha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Emb. Berlim/RESERVADO/129/1941/Anexo Único.

EMBAIXADA DO BRASIL EM BERLIM
MEMORANDUM

Para o Senhor Embaixador.

Em 13 de junho de 1941.

De regresso de Lisboa, aonde fui em desempenho da incumbência de correio diplomático, com a qual honrosamente me distinguiu a confiança de Vossa Excelência, apresso-me em fixar, nesta exposição, tudo o que na minha viagem ocorreu, digno de menção, bem como as observações e informações que consegui colher.

2. Seguindo prévias instruções, vim de Hamburgo, no dia 25 de maio último, para esta capital, onde permaneci dois dias, recebendo as derradeiras ordens e os bondosos conselhos de Vossa Excelência, e ultimando, com o auxílio obsequioso e dedicado de todos os funcionários desta Embaixada, os preparativos para a partida, que se efetuou no dia 28, quando embarquei, às 7 e 30' da manhã, em Tempelhof, no avião de carreira.

3. O voo se realizou em condições normais, com pouso nos aeroportos da escala regulamentar; as autoridades policiais e aduaneiras dos países que atravessei deram-me todas as facilidades; nada se passou, portanto, que mereça assinalamento.

4. Desci em Sintra às 20 e 30', hora portuguesa, e cheguei a Lisboa às 22 horas, dirigindo-me imediatamente para a Embaixada do Brasil, onde fiz a entrega de toda a correspondência que conduzia, conforme o recibo, que vai aqui, em anexo.

5. Se bem que o vapor Bagé, que trazia a correspondência da Secretaria de Estado, tivesse aportado, quase que simultaneamente

comigo, na capital portuguesa, cumpria-me aguardar lá, numa demora de nove dias, a saída do avião no qual tinha reservada a passagem de volta.

6. Durante todo o tempo da minha permanência em Lisboa, procurei manter-me em estreito contato com a Embaixada do Brasil, o que me foi assaz fácil e agradável, graças à simpática e benévola acolhida que me proporcionou o Senhor Embaixador Araújo Jorge, e às atenções que para comigo teve o Senhor Mendes Gonçalves, Primeiro-Secretário. Ambos me comunicaram várias informações e novidades interessantes, as quais, principalmente as ministradas pelo Senhor Embaixador, constituem o núcleo do relato, que, páginas adiante, tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência.

7. Também o Cônsul-Geral, Senhor Pinto Dias, o Cônsul Adjunto, Senhor Frank Moscoso, e o Vice-Cônsul, Senhor Milton Faria, me cumularam de gentilezas e deram-me toda a ajuda de que carecia, facilitando assim grandemente as minhas tarefas.

8. Encontrei-me, igualmente, com o Senhor Ministro Alves de Souza, a quem sou deveras grato, pelos esclarecimentos que me transmitiu, acerca da hora política europeia, e pelos conselhos com que me ajudou.

9. A 7 do corrente, tomei o avião, para regressar, trazendo comigo a correspondência, que me fora entregue pela Embaixada em Lisboa. De acordo com o horário regulamentar da companhia de navegação aérea, tive de interromper a viagem em Madri, onde passei o domingo, dia 8. Aliás, não deixou de ter alguma utilidade essa interrupção, porquanto, na capital espanhola, consegui captar outras informações, que serviram para completar as minhas vistas sobre as relações políticas entre as duas nações da Península. Foram-me bem gratas as atenções de que me cercou, ali, o Senhor Neves da Rocha, Secretário da Embaixada.

10. Finalmente, na manhã do dia 9, retomei a viagem, chegando a Berlim e entregando, nesta Embaixada, toda a correspondência oficial que trazia.

11. Reconhecendo que, também na viagem de volta, as autoridades aduaneiras portuguesas e alemãs não me tenham criado dificuldades, mostrou-me a experiência, as vantagens que teria tido, caso pudesse exhibir, principalmente aos funcionários da Alfândega de Lisboa, qualquer folha de apresentação, expedida pela Embaixada do Brasil naquela cidade, a qual, aliás, estaria pronta a conceder tal papel aos colegas que, futuramente, tenham de ir à capital portuguesa em funções de correio diplomático.

12. Aqui, Senhor Embaixador, antes de entrar a narrar as coisas que vi e ouvi, nas capitais neutras que me foi dado visitar, permita Vossa Excelência que eu cumpra o agradável dever de expressar-lhe o meu sincero reconhecimento, pela oportunidade que me proporcionou, tão rica de experiências, em todos os sentidos, tão útil.

Portugal e Espanha

Abrangidos, obrigatoriamente, numa primeira divisão de conjunto, os dois países ibéricos, afins e contíguos, se contrapõem, hoje em dia, quanto à respectiva situação econômica, numa disparidade impressionante: a Espanha, combalida da guerra civil e colhida pelas consequências segundas da conflagração atual, emacia-se numa triste miséria e crescente penúria; ao passo que Portugal, recolhendo os benefícios materiais, compostos em vários anos, não revolucionários, sob sábia administração, e agradecendo ao destino a sua posição geográfica, marginal e distanciada, ostenta uma desafogada abundância, fartura feliz que espanta

agradavelmente o viajante que lá chega, vindo que seja de qualquer outro país da Europa.

Essa desigualdade de condições, pelas cobiças que já agora reaviva ou desperta, e pelo desequilíbrio político que é capaz de provocar, gera a intranquilidade e o receio de grande número de portugueses (*opiniões ouvidas de populares e também de pessoas qualificadas*) e serve para explicar melhor certos aspectos das relações entre os dois países.

SALAZAR E FRANCO procuram intensificar, cada dia mais, os laços da cordialidade luso-hispânica, acelerando-se na linha de íntima aproximação, inaugurada logo nos primórdios da revolução espanhola. Assim, além da assinatura dos tratados de não agressão e de amizade, dos acordos comerciais e econômicos, e de uma longa série de outros atos bilaterais, mais ou menos relevantes, têm-se multiplicado, principalmente nestes últimos meses, as trocas de visitas de pessoas de destaque, isoladas ou constituídas em caravanas ou embaixadas, e pertencentes aos círculos de escol, científicos, políticos, artísticos, sociais e outros. Além da inevitável corrente de simpatia entre dois vizinhos ditadores, ambos prudentes de índole e conservadores por tendência, parece que o Caudilho e o Presidente do Conselho diligenciam unir-se mais, para melhormente se darem mútuo apoio, não só em face dos perigos de proveniência extraibérica, mas também na defesa contra o dinamismo de certos elementos internos. Principalmente na Espanha, onde a Falange, com o seu fanatismo irredentista e ativista, propendendo para a adesão imediata ao Pacto das Três Potências e para a entrada na guerra, tem criado sérias dificuldades ao Generalíssimo. Aliás, como, na Espanha, a velada e surda discrepância entre Franco e Suñer, ou Falange e Exército, se apresenta já como um perigo e um problema, ao passo que em Portugal o Governo domina perfeitamente a situação, e obteve, mesmo, recentemente, uma exaltação do seu prestígio, é natural

que, no momento, seja Franco o que com maior empenho procure sustentar-se no seu vizinho. Nesse programa, é ele auxiliado enormemente pelo seu irmão, *Don Nicolas Franco*, Embaixador de Espanha em Lisboa – homem prudente, conservador, hábil diplomata, antifalangista definido, e fervoroso propugnador da estreita aproximação hispano-portuguesa, e que goza de grande cotação em Portugal. (A. J. [Embaixador Araújo Jorge])

Em certas camadas da população portuguesa, difundiu-se mesmo uma interpretação, excessivamente vaidosa e otimista, desse espírito de cooperação: “Salazar é quem manda em Franco!” (*Opinião de um popular.*) “Salazar é quem ajuda Franco!” (*Idem.*) Naturalmente, nem é necessário frisar-se o exagero plebeu dessa crença patriótica numa projeção, para além das fronteiras terrestres portuguesas, da construtiva irradiação salazarina.

A circunstância de estarem os dois países mais ou menos comprometidos, quando mais não seja teoricamente – Portugal pela sua plurissecular aliança com a Inglaterra, a Espanha pelos seus vínculos com as Potências do Eixo –, ajuda-nos a compreender o inteligente afã com que os seus governantes se apertam as destras, uma vez que cada um deles dá a mão esquerda a um dos dois grupos beligerantes. Praticam uma política de recíproca ajuda, e cultivam uma *amizade compensadora*, realizando, sem atritos, a osmose adaptativa, entre dois regimes, autoritários mas de diferente colorido totalitário conforme a pitoresca disposição, no mapa, das ditaduras europeias, que se escalonam, de leste para oeste, numa seriação decrescente de radicalismo.

O que é certo é que a Espanha, tal qual no tempo da revolução franquista, continua a receber, na medida do que ao pequeno Portugal é possível, auxílio em gêneros alimentícios e em artigos de toda espécie. (A. J. [Embaixador Araújo Jorge])

Até *camionettes*, carregadas de pão fresco, saem, todas as manhãs, de Lisboa, com destino à fronteira espanhola. (*Informação dada por um popular*).

Em Portugal, há, naturalmente, sérias apreensões, quanto à possibilidade de vir a predominar decisivamente a Falange espanhola, a qual, como é sabido, integra no seu programa o plano de uma “Confederação Ibérica”, com a aglutinação, mais ou menos dessoberanizante, da pequena nação vizinha. (A. J. [Embaixador Araújo Jorge])

Portugal

A SITUAÇÃO POLÍTICA INTERNA de Portugal é presentemente calma e firme. O Governo, principalmente nestes últimos meses, tem conquistado a gratidão do povo, que lhe reconhece os esforços por conservar o país fora da guerra. Depois da grande manifestação de abril, do discurso do Presidente do Conselho, e da “Nota” oficiosa de 9 de maio, pôde observar-se uma verdadeira dilatação da popularidade dos governantes, que, todavia, têm os seus opositores: remanescentes do monarquismo, democratas, oficiais descontentes, etc. Todos esses adversários genéricos do regime ou inimigos pessoais de Salazar, tentam conspirar, e aguardam a sua hora; mas, para com eles, a polícia repressiva, sempre vigilante, sabe ter os seus rigores. Fato significativo: por ocasião da manifestação de abril, toda a imprensa elogiou o Governo, até mesmo um jornal oposicionista. (A. J. [Embaixador Araújo Jorge])

ECONOMICAMENTE, Portugal, com a duração da guerra, já começa a sofrer. O bloqueio britânico se faz cada dia mais rigoroso, e tem causado muitos prejuízos. Mesmo o tráfico da metrópole com as suas colônias tem sido altamente prejudicado; mais do que isso – está reduzidíssimo, quase que praticamente interrompido. Os

ingleses são severos na concessão de *navycerts*, e os importadores se queixam de que os cais de Angola e Moçambique estão abarrotados de mercadorias, que correm o risco de se estragar.

Consta que, tendo em vista o fato de Portugal haver importado, no ano passado, uma quantidade de café muito superior à de que necessitaria para o seu consumo interno, a Inglaterra, por justa desconfiança e legítima prudência, decidiu suspender, pelo prazo de seis meses, os *navycerts* para os carregamentos de café destinados aos portos portugueses.

Mas, simultaneamente, corre a fala de que o Governo português está resolvido a incrementar a produção do café nas colônias, criando facilidades para a importação do mesmo, não obstante ser ele muitíssimo inferior em qualidade ao café de outras procedências.

As colheitas em Portugal se prometem péssimas, em consequência das destruições lavradas pelo recente ciclone e pelas pesadas chuvas que, depois dele, caíram. Já se prediz, para futuro não remoto, a escassez de determinados gêneros, como, por exemplo, o açúcar.

Mas, até agora, quem mais tem sofrido são as fábricas de conservas enlatadas, que estão impossibilitadas de se prover de folha de flandres. Falou-se que os Estados Unidos poderiam enviar, mensalmente, certa quantidade, a qual, entretanto, só chegaria a cobrir os 10% da que é realmente carecida. Ultimamente, propalou-se que a Alemanha iria fornecer a Portugal toda a folha de flandres de que os seus fabricantes precisam. Apesar de circular em meios e geralmente bem informados, esta última notícia não deixa de ser algo inverossímil.

A NEUTRALIDADE PORTUGUESA, tantas vezes reafirmada no decorrer da conflagração, funciona realmente, alerta e estrita. A imprensa é sujeita a uma censura rigorosíssima. O povo é, na

sua imensa maioria, anglófilo. As simpatias de Salazar pelos países do Eixo são bem conhecidas; isso não obstante os protestos de fidelidade à aliança com a Inglaterra. (A. J. [Embaixador Araújo Jorge])

Aliás, há sempre queixas, por parte dos beligerantes, alternando-se os representantes diplomáticos da Inglaterra e da Alemanha em atribuir ao Governo português a tendência a simpatizar com a parte contrária. A fim de diminuir as ocasiões de atritos, os constrangimentos e as reclamações sobre questões precedência, o Governo tem procurado evitar, o mais possível, as solenidades a que deva comparecer o Corpo diplomático. A aliança com a Inglaterra persiste, e é quase certo que não será denunciada, quaisquer que sejam as porvindouras circunstâncias. Quanto à explicação de coexistir essa Aliança com a absoluta neutralidade, alegam os portugueses que a Inglaterra, até hoje, nada lhes pediu, e lhes reconhece o direito de ficar fora do conflito. (M. G. [primeiro-secretário Mendes Gonçalves])

Que Portugal, caso agredido, tentará esboçar um começo de resistência simbólica, disso não há que duvidar, depois das categóricas afirmações do Presidente do Conselho, as quais, de certa maneira, vieram modificar a ideia de não defesa, até então arraigada no espírito do povo. O que se pode perguntar é se os preparativos até hoje feitos correspondem a essa vontade expressa de não ceder à agressão.

Continuam a ser mandados reforços militares para Cabo Verde e para os Açores. Quando eu estava em Lisboa, embarcaram, com destino àquelas Ilhas, contingentes e material de aviação. Também para Angola foram mandados quadros de oficiais, destinados a ampliar as formações de soldados aborígenes. Tais embarques se realizam sempre de uma maneira aparatosa e demonstrativa.

Essa remessa de tropas, coincidindo com uma certa inércia desarmamentista, que se observa na mãe-pátria, tem dado origem a várias inferências ousadas, e a certos boatos malevolentes. Assim, dizem uns que só nas colônias e nas possessões insulares são necessárias as forças armadas, porque Portugal, que não poderia pensar em querer deter um ataque alemão, por terra, pode dar-se à veleidade de se opor a uma tentativa inglesa ou americana de desembarque nas Áfricas e nas Ilhas. É patente o ingênuo simplismo desse raciocínio.

Outros, e muitos, falaram, ao contrário, que o Governo, em segredo, cogitava de trasladar-se, na hora oportuna, para qualquer chão português fora da Europa, mais ou menos longínquo. Esses boatos chegaram a impressionar, sabido como é que a *trasladação* na história de Portugal, sempre foi uma receita, nas horas graves, dada aos reis, pelos ministros.

No dia 7, pouco antes da minha partida de Lisboa, pude ler, no *Diário da Manhã*, um “Desmentido” dos serviços de imprensa da Embaixada inglesa, negando formalmente a veracidade de “uma informação da D.N.B.”, proveniente de Amsterdã e posta a circular em Lisboa, na qual se citava uma suposta notícia, fornecida ao *Daily Mail* pelo seu correspondente na capital portuguesa. A notícia, tal como fora citada, era concebida em termos desprimorosos para o Exército Português, assacando que o mesmo estaria a evacuar, pouco a pouco, o território metropolitano.

A notícia de que a Alemanha pretendia convocar uma “Conferência da Paz na Europa”, com exclusão da Inglaterra, preocupou seriamente os dirigentes de Portugal, que veriam, nessa assembleia de paz em plena guerra, uma insidiosa manobra destinada a coagir os poucos países europeus ainda fora da torva sombra teutônica, forçando-os a uma categórica definição de atitudes. Convidado, como não poderia deixar de ser, para

participar de tal conferência, teria Portugal de consumir, em trágica urgência, a escolha irreparável: de um lado o mar, o domínio colonial, a aliança inglesa, a trasladação do Governo; do outro, a entrada para o esquema rígido da “Ordem Nova”, a absorção pela nebulosa neopangermânica, talvez com a manutenção de uma reles subsoberania.

A POSSIBILIDADE DE UMA INVASÃO ALEMÃ já foi e continua sendo fonte de preocupações. Como é assaz compreensível, Portugal, primeiramente, tem medo. Desde o início da guerra atual, o pequeno país lusitano vem vivendo um longo temor básico, que, refletindo as culminâncias dos sucessos guerreiros, se exalta, de vez em quando, em grandes sustos intermitentes e verdadeiras crises de pavor coletivo. Medo da gana dos falangistas; medo do desembarque de tropas de qualquer um dos beligerantes; medo de que a Inglaterra apresente exigências aos seus aliados; medo de ter de servir de campo de luta; medo dos Estados Unidos; medo da horrorosa ocupação alemã, em qualquer um dos seus vários moldes.

O receio de que as tropas alemãs, para resguardar o seu flanco direito, na marcha contra Gibraltar, venham a tomar conta do território português, tem sido constante, mas com altos e baixos, conforme a evolução da guerra. As recrudescências periódicas dos boatos de invasão alemã se manifestaram, principalmente: 1) em junho de 1940, após a derrocada da França; 2) em setembro e outubro de 1940, como ominoso eco das entrevistas dos dirigentes espanhóis com os chefes dos países totalitários; 3) em abril de 1941, logo após o massacre da Iugoslávia e o rechaço das tropas imperiais britânicas para fora da Cirenaica. (A. J. [Embaixador Araújo Jorge])

Os maus pressentimentos se avivam com as manifestações da malcontida agressividade da Falange, e com as notícias, mais ou

menos dignas de crédito, segundo as quais se estaria verificando, na Espanha, uma sorrateira infiltração tudesca. Constou, por exemplo, que se encontravam, em território espanhol, disseminados por várias cidades, oficiais e técnicos militares alemães, em grande número, os quais, trajando à paisana, enchiam os hotéis, e traziam, nas malas, os seus uniformes. Falou-se também que estariam em Vigo cerca de 5.000 oficiais e soldados germânicos, prontos para invadir Portugal pelo norte. Diz-se que a Gestapo, sob o pretexto de ajudar a vigiar as atividades dos comunistas, já se intrometeu em muitos setores da administração espanhola. Correu a notícia de que o Estado-Maior do Reich teria reforçado, repetidamente, a suas tropas, nas “landes” da Gasconha. E assim por diante.

Todavia, quando cheguei a Lisboa a fase era de acalmia perfeita. A luta no Mediterrâneo oriental era considerada um agradável derivativo. Pensava-se, com alívio, que, enquanto a Alemanha estivesse pondo em prática a sua arremetida contra Suez e o Oriente Próximo, Portugal poderia respirar, desafogado, adiando, por alguns meses, as suas preocupações. O vezo, ou a preferência alemã, de não empreender duas ofensivas a um tempo, parecia aos portugueses suficiente garantia.

Alguns acreditam, contudo, que a hora perigosa chegará, em agosto ou outubro deste ano. (*Opinião de pessoa ligada ao Ministério dos Estrangeiros.*)

A REAÇÃO ANTIAMERICANA foi um fenômeno que coincidiu com a minha estada em Lisboa. O descontentamento, de grande parte dos portugueses, contra os Estados Unidos, começou quando o senador Pepper expôs as suas ideias a respeito da importância das ilhas atlânticas para o ataque ou a defesa do hemisfério ocidental. Os jornais abriram uma viva campanha contra aquele senador, cujas palavras foram taxadas de intempestivas, ofensivas

à honra e à dignidade portuguesas, e prejudiciais às boas relações entre Portugal e os Estados Unidos da América.

Alastrou-se então uma onda de desgosto para com os Estados Unidos, irritação essa que chegou a contaminar até mesmo meios tradicionalmente anglófilos – de “inglesados”, como vulgarmente em Portugal se diz. Entre essas pessoas, algumas houve de destaque e de importância social que, não podendo conter a sua acrimônia, invectivaram: “Antes sermos dominados por Hitler do que pelos *gangsters* americanos!” (A. J. [Embaixador Araújo Jorge])

Outros diziam: “Se a Inglaterra, que está em guerra e precisa dos mares, nos tem deixado em paz, e se a Alemanha ainda não nos pediu nada, por que querem os Estados Unidos tomar-nos Cabo Verde e os Açores?” (*Escutado de um popular.*)

A inquietação do povo subiu a tal grau que o Presidente do Conselho, a 9 de maio, julgou oportuno fornecer à imprensa uma “Nota” oficiosa, a qual constava de três pontos: 1) dizia que o Governo português não recebera, da parte de qualquer potência estrangeira, nenhuma sugestão ou imposição para ceder parte alguma do seu território; 2) declarava ser firme propósito do Governo português defender o país contra qualquer tentativa de agressão ou sujeição; 3) afirmava que

o Governo português está habilitado, por declaração expressamente feita pelo Governo dos Estados Unidos, a dizer que as ideias do senador Pepper, como outras do mesmo gênero lançadas pela imprensa americana, não correspondem de modo nenhum ao seu pensamento de absoluto respeito pela soberania portuguesa.

A publicação da “Nota” de Salazar trouxe ao povo grande satisfação e alívio. Mas, com o discurso do Presidente Roosevelt, a 27 de maio, reavivaram-se os temores e os melindres. Toda a imprensa lisboeta, desde o *Diário da Manhã*, órgão oficioso, até

aos periódicos católicos, estamparam editoriais, comentando o discurso com desagrado e protestando “com reprovação serena mas clara e inequívoca da opinião pública portuguesa”. Naturalmente sobreveio o realarme, e a atordoada contra a Norte-América, a qual estava no auge, quando saí de Lisboa.

E, mesmo, depois do discurso do Presidente Roosevelt, o Governo português se mostrou discretamente irritado com os Estados Unidos. (*Informação colhida da legação americana.*) (A. S. [Ministro Alves de Souza])

A maioria da gente lusa teima em não querer compreender as graves razões e os elevados objetivos da política externa de Roosevelt, e assim é de recear-se que, caso continuem a aparecer na imprensa estadunidense alusões, à moda Pepper, aos arquipélagos portugueses, persista na opinião pública de Portugal um resíduo de desconfiança e de animosidade, principalmente porque a Propaganda alemã não perderá a ótima ocasião de intrigar, para tirar seu partido.

O certo é que uma das primeiras consequências desse surto de antinorte-americanismo já se começa a delinear. Não obstante a sua extensa vulnerabilidade ultramarina, de país possuidor de vastas colônias, e a despeito do tão declamado “sentido do Atlântico”, da velha aliança com a Inglaterra, e mesmo da excepcional situação de estar fruindo um conforto e abundância, atualmente não europeus, Portugal, onde já tomara corpo, como uma etapa prévia, o sentimento da “consciência peninsular”, começa a imbuir-se, pouco a pouco, da “solidariedade continental”. E isso não poderá deixar de ser muito do agrado dos dirigentes da Alemanha, pelo prejuízo que advirá, naquela “esquina da Europa”, à nobre causa defendida pelos povos anglo-saxões.

Espanha

A penúria continua grande, Madri apresenta um aspecto triste e desolado, e o povo espanhol padece hoje toda a sorte de privações. Talvez em consequência disso, o comunismo prolifera, aumentando constantemente o número dos seus adeptos.

Em Madri, voltei a ouvir, sobre a infiltração alemã, policial e militar, os mesmos boatos, já escutados em Lisboa, e cujo grau de correspondência com a realidade não posso, infelizmente, avaliar.

Soube também que o regímen franquista se defende, com excessivo rigor, dos seus possíveis opositores e conspiradores, e que a polícia política interna é vigilante e severíssima.

Quanto aos projetos e manobras da Falange, e às suas subterrâneas dissensões com o Caudilho, às quais já me referi, pude obter algumas informações, não de todo desinteressantes, sobre certos fatos, ocorridos no meado de maio último e confirmadores desse antagonismo.

Com efeito, no segundo decênio do mês passado, foram, repentinamente, exonerados vários funcionários, detentores de altos cargos públicos e todos eles falangistas; as vagas abertas pelos mesmos foram preenchidas por militares da confiança do Generalíssimo. Houve na população, naturalmente, tensão e estupor. Os jornais da Falange deixaram transparecer, nas suas entrelinhas, descontentamento e despeito. E houve muita gente que pensou ter chegado a hora final daquela organização política, esperando-se a demissão de Serrano Suñer.

Mas, quatro ou cinco dias depois, o Caudilho voltava a nomear, para postos igualmente de relevo, um número de falangistas equivalente ao dos que tinham sido antes destituídos.

Sobre o significado dessa inesperada solução, houve naturalmente diferentes palpites. Segundo uns, Franco, apoiando-se na maioria do Exército, e pretendendo dar realmente um golpe mortal na Falange,

quisera, antes disso, sentir as reações que tal gesto produziria. Outros acham que tudo foi feito pelo Caudilho, de comum acordo com Suñer, visando ao mesmo objetivo, de sondagem e tateio.

De todo o acontecido, seja qual for a interpretação que lhe queiramos dar, resultou um sensível acréscimo de predomínio e prestígio para a Falange.

Quanto à personalidade do Ministro Serrano Suñer, propala-se que há, no seio da agremiação falangista, muitos descontentes com o seu chefe, a quem acusam de ser um oportunista, desprovido de convicção e de fervor profundos.

Fala-se também que Franco, que de há muito vem amistosamente resistindo à pressão combinada do *Fueher* e do *Duce*, para uma participação na guerra ao lado dos países do Eixo, estará para o futuro, na quase impossibilidade de fazer valer junto àqueles os seus argumentos, repassados de prudência e bom senso, principalmente a sensata opinião de que a Espanha, dadas as suas atuais dificuldades e misérias, viria a ser – mesmo se na sua colaboração ela se limitasse a conceber livre trânsito às tropas alemãs – mais um peso morto onerante do que uma vantagem para os seus aliados futuros.

Em Lisboa, eu já tivera ocasião de ouvir esta explicação pitoresca: “Os alemães cá não virão, que terão medo de atravessar o Saara espanhol...”

Inglaterra

Não havia, no momento, na capital portuguesa, nenhum brasileiro recém-chegado da Inglaterra, e, assim, muito poucas foram as informações, dignas de algum crédito, que pude obter, sobre a situação interna da Grã-Bretanha, em geral, e particularmente sobre as consequências, na vida quotidiana

dos habitantes do Reino Unido, dos bombardeios aéreos e do contrabloqueio alemão.

Contudo, ouvi dizer que a diminuição de determinados gêneros alimentícios, bem como de outros produtos, se observa na Ilha, e que esse estado de coisas ter-se-ia acentuado algo, nos últimos meses. A escassez de açúcar, por exemplo, seria bem sensível, desabundando ainda, entre outras coisas, a carne e o chá. Rareiam, nas lojas, as peças de vestuário, principalmente as de uso masculino, e as meias de senhoras já seriam um artigo quase inexistente.

Pelos jornais ingleses do dia 29 de maio, pude conhecer as novas medidas preventivas adotadas: a instituição do racionamento obrigatório para o leite e os ovos, bem como o controle da venda do peixe. Também em Lisboa, tive notícias pela leitura das folhas britânicas, de ter sido estabelecido o sistema de “cupons”, para a compra de roupas e de calçados.

Soube também que as destruições, produzidas pelos bombardeamentos aéreos, em Londres, Liverpool e outras cidades, têm sido realmente grandes.

Cumpre-me todavia assinalar que, segundo todos os meus informantes, o moral do povo inglês continua elevadíssimo, e o fervor de levar a guerra até a vitória final é compartilhado pela quase unanimidade da nação. Naturalmente, tais notícias se reportavam a um tempo anterior à tomada de Creta – sucesso militar que, pelo que se pôde ler, posteriormente, na imprensa inglesa, assim como pelas tristes ressonâncias nas rodas anglófilas lisboetas, poderia, quiçá, ter empanado um pouco, passageira ou demoradamente, aquelas brilhantes disposições de um grande povo.

Interessante foi o que ouvi, aliás de segunda ou terceira boca, a respeito da opinião que, dos alemães, teriam as pessoas

do baixo povo e das classes medianas de Liverpool, em sua maioria. Segundo essas informações, os aludidos habitantes daquela cidade costumam referir-se aos seus adversários, com expressões honrosas, considerando-os os seus verdadeiros parentes, racialmente afins e com qualidades muito superiores às dos latinos e demais povos, e lamentando o fato de terem agora de guerreá-los, a fim de libertá-los dos horrores da tirania nazista. Todavia, tais considerações – vestígios talvez da campanha inicial da Propaganda inglesa, que distinguia entre povo alemão e Governo nacional-socialista – não apoucam, de maneira alguma, o ânimo de resistência e a capacidade combativa da gente que as expende.

Nas rodas norte-americanas de Madri e Lisboa, admite-se também que o moral britânico seja excelente, e acredita-se na inexpugnabilidade da Ilha a uma tentativa alemã de invasão. Segundo uma informação, obtida de diplomatas norte-americanos, os Estados Unidos irão fornecer à Inglaterra, em fins deste mês ou no começo de julho próximo, grande quantidade de maiores e melhores aeroplanos de bombardeio de sua fabricação, inclusive dos chamados “fortalezas voadoras”. (A. S. [Ministro Alves de Souza])

Vindos dos Estados Unidos, em trânsito para a Inglaterra, têm passado ultimamente por Lisboa aviadores norte-americanos, em grande número.

Estados Unidos

Diplomatas norte-americanos, nas duas capitais ibéricas, afirmam que dos Estados Unidos se pode dizer, agora, que já são “quase-beligerantes” e que, a qualquer momento, poderá o país ver-se obrigado a oficializar a sua entrada na guerra. (A. S. [Ministro Alves de Souza])

Afora esta, outras opiniões interessantes não ouvi, sobre a grande nação americana, que fossem além de balelas, indeterminadas e contraditórias.

Itália

Pessoas, chegadas da Itália, afirmam que a opinião pública daquele país se desinteressa, em geral, pela guerra, cujas consequências são aturadas pelo povo com uma desmoralizada resignação.

Uma dessas pessoas teria usado de uma expressão engraçada, dizendo que “os italianos têm pela guerra atual o mesmo interesse que os argentinos tinham pela guerra do Chaco”...

Alemanha, vista lá de fora

A tomada de Creta, pelas circunstâncias especiais de que se revestiu, veio reforçar a crença, generalizada, na capacidade e no poder ofensivo da aviação e do exército alemães.

Em Portugal, o povo tem uma opinião um pouco exagerada dos resultados dos bombardeios da RAF em território alemão, e há também um pouco de exagero na ideia que ali se faz a respeito das restrições alimentares neste país.

Quase ninguém mais se interessa pelo “caso Hess”, o qual, pelo sagrado mutismo que ultimamente tem merecido, tanto da parte da Propaganda inglesa como da alemã, já vai sendo relegado ao limbo dos grandes mistérios históricos.

Outras informações

No dia 3 de junho, tendo ido, em companhia do Dr. Mendes Gonçalves, à estação, a fim de receber o Ministro Alves de Souza, fui apresentado ao Encarregado de Negócios da Iugoslávia em Lisboa, o qual, no decorrer da conversa, contou coisas interes-

santes: na linha de divisa russo-alemã, desde Lublin até à beira do Báltico, estar-se-iam defrontando fortes concentrações de tropas dos dois países; os alemães, que já teriam organizado, em segredo, em Berlim, novos Governos postichos para a Lituânia, Letônia e Estônia, e que, além disso, haveriam mobilizado bando de “intérpretes”, balto-eslavos e russos brancos exilados, estariam fazendo intensa pressão sobre o Governo de Moscou, a fim de dele obter livre passagem e vantagens outras, na Ucrânia; acreditava o meu informante que já era quase certa a anuência da Rússia às exigências da sua poderosa vizinha.

Naquele mesmo dia, o Embaixador Araújo Jorge me transmitiu o que lhe contara o Embaixador japonês, o qual dizia haver recebido, em telegrama do seu Governo, duas comunicações: a primeira, informando que os russos tinham retirado a maior parte das suas tropas estacionadas na fronteira Sibéria-Manchúria, tropas essas que teriam sido reenviadas a duplo destino – para as fronteiras da Rússia com a Alemanha e com o Irã; a segunda, recomendando ao Embaixador que se mantivesse atento a qualquer notícia sobre um possível acordo entre a Inglaterra e a Alemanha.

Aliás, naquela ocasião, oriundos de interpretações apressadas da ida de Winant à América e da entrevista dos dois Ditadores no Brenner, corriam em Lisboa, vagos e efêmeros, rumores de paz.

Respeitosamente,
[a.] J. Guimarães Rosa

RELATÓRIO DA VISITA AO *CENTRE D'ESSAI D'ALESMES*

EMBAIXADA DO BRASIL EM PARIS
RELATÓRIO DA VISITA AO “CENTRE D'ESSAI D'ALESMES”,
DA ECSMF

RESERVADO

Lavradores franceses para o Brasil.

Senhor Embaixador,

Nas linhas que se seguem, tenho a honra de trazer a Vossa Excelência uma exposição referente à visita ao *Centre d'Essai d'Alesmes*, da *Equipe de Coordination Sociale des Migrations Françaises* [ECSMF], em Puy-Lacroix, Creuse, que me coube fazer, por determinação de Vossa Excelência, a fim de colher informações que pudessem ser de utilidade ou interesse para a efetivação de projeto, ora confiado ao estudo dos órgãos técnicos brasileiros competentes, da ida para o Brasil de um grupo de lavradores franceses.

2. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, essa visita, fixada, em princípio, para o dia 20 de março último, teve de ser mais de uma vez adiada, por motivos alheios à nossa vontade ou diligência. Aludindo à relativa dificuldade ou incomodidade das vias de acesso ao local, o Senhor Capitão André Judéaux de Barre, Secretário-Geral da ECSMF, com quem entramos em contato, desaconselhou primeiro, formalmente, a viagem de trem, via Limoges, e oferecera-se a conduzir-me de automóvel, de Paris

a Alesmes. No dia marcado, e depois de demorada tentativa, verificou-se que o veículo de que dispunha não entrava em condições de normal funcionamento. Daí por diante, e se bem que continuando a telefonar-me e escrever-me, o Capitão Judéaux, com algumas escusas e tergiversações, dava a impressão de desejar mas recear ao mesmo tempo a visita, possivelmente temendo que o aspecto do estabelecimento pudesse não ser dos mais animadores. Aliás, em carta de 27 de março, ele dizia: “*Je craindrais que notre Centre, parti d’une terre en friches et de batiments en ruines, ne mette pas assez en valeur l’effort personnel de nos jeunes, si vous n’en êtes pas pleinement averti.*”

3. Finalmente, no dia 2 de abril corrente, vindo o Capitão à Chancelaria da Embaixada, em companhia do Senhor Yvon Lamaury, Presidente da ECSMF, combinamos em definitivo que fosse sozinho, no dia 7, de trem até Limoges, onde me esperaria um dos membros da Equipe, a fim de seguirmos para Alesmes, de automóvel ou jardineira.

4. Partindo de trem, na manhã de 7, cheguei a Limoges por volta de 5 horas da tarde. Infelizmente, a tempestade que nesse dia se desencadeava também sobre Paris e em quase toda a França, varejava então o Limousin, e o vendaval impedira a vinda de qualquer pessoa para esperar-me na cidade, conforme explicou, telefonando de Morterolles, o Capitão Judéaux. Tentar alcançar por meios próprios o lugarejo, seria menos sensato e resultaria pouco útil, em vista do estado do tempo. Mas, sacrificadas, assim, as horas da tarde, procuramos compensar a desvantagem, marcando para bem cedo, na manhã seguinte, a partida para Alesmes, o que pôde ser feito.

5. Intensamente aproveitada a metade do dia 8, nela pude percorrer toda a extensão da *ferme*, compulsar o pequeno arquivo da ECSMF, e conversar com os membros do grupo, em conjunto

e separadamente. Capacitando-me, por fim, de que já obtivera os objetivos possíveis numa curta visita, e considerando que prolongá-la seria constranger os jovens agricultores, estorvando-os nos árduos trabalhos e pesando em sua hospitalidade, deles me despedi e retornei a Limoges, a tempo de apanhar o rápido das 15h10 e chegar de volta a Paris à noite.

A “ÉQUIPE DE COORDINATION SOCIALE DES MIGRATIONS FRANÇAISES” E O “CENTRO EXPERIMENTAL DE ALESMES”.

6. Não obstante estar Vossa Excelência perfeitamente a par do que sejam as duas entidades, não descabe aqui fornecer de ambas um prospecto mais pormenorizado, historiando-as *ab ovo*.

A semente: o artigo do Padre Lebret

7. A 15 de fevereiro de 1948, o jornal *Ouest-France*, prestigioso diário bretão, editado em Rennes e com tiragem de mais de 500.000 exemplares, difundidos pela França norte-ocidental – Bretanha, Normandia, Maine, Anjou, Poitou e Touraine – publicava um artigo destinado a fazer rumor. Assinava-o o Padre L. J. Lebret, sacerdote dominicano assaz conhecido e reputado por suas conferências e iniciativas no ramo dos estudos sociológicos. Recém-chegado da América do Sul, chamava ele a atenção de seus compatriotas para as oportunidades que se lhes ofereciam nos países latino-americanos, interessados em receber imigrantes, especialmente técnicos e agricultores. Dizia que, enquanto em determinadas regiões da França os jovens ambiciosos e desejosos de trabalhar em melhores condições se viam tolhidos, pela falta de espaço e de estímulo, lá, naqueles países, para eles se abria campo hospitaleiro e promissor. Apontava em primeiro lugar o Brasil, mencionava os projetos, em andamento, da imigração holandesa, e insistia no concitamento, por duas ou três colunas, num tom direto, positivo, persuasivo. Em

Alesmes, tive ocasião de ler o artigo, que constitui a peça inicial do arquivo da ECSMF, guardada como uma espécie de relíquia.

Emigração francesa?

8. Grande foi a repercussão do escrito, tão ampla como decerto nem o Padre Lebret a tivesse previsto. Endereçadas à redação do jornal, começaram a chegar, às dezenas, às centenas, cartas de candidatas à partida imediata, com o intuito de radicarem-se em terras sul-americanas.

9. E, aqui, viria a propósito uma explicação, sabendo-se que o francês, por via de regra, não gosta de expatriar-se; que os poucos excepcionalmente levados a isso preferiram quase sempre o Canadá, ou as colônias, possessões, protetorados, feitorias e departamentos da França ultramarina; e, ainda, que, sem embargo de notória e tradicionalmente desinclinados à geografia, não ignorariam, antes da leitura do artigo, que a América do Sul existisse. Como, pois, interpretar o *rush* ou febre emigratória, alastrada em consequência do artigo do Padre Lebret, e, isso, mesmo sem o exagero de atribuir-lhe a magnitude de um levantamento de cruzados, despertado pela pregação de um novo Pierre l'Ermite? Refira-se boa parte da causa ao poder sugestivo da palavra bem escrita e difundida, que sobreleva mesmo assim, em matéria de tal natureza, a receptividade específica de tantos leitores, a *oportunidade*, enfim.

10. O fato é que a França é desigualmente rica e diversamente povoada, em seu território metropolitano, tocando a maior densidade demográfica ao Norte e Nordeste, industrializados, e ao Noroeste. Nesta última parte, mormente, bretões e normandos, prolíficos e arraigados à lavoura e à pecuária, não *cabem* mais, em grande porção, em vista da fragmentação da propriedade rural. A solução mais simples que se apresenta aos “novos” mais empreendedores é a de deslocarem-se em direção aos

departamentos centrais e do Sul, onde a desruralização se verifica, compensada muitas vezes pela aceitação do braço estrangeiro. Essa migração interna ocorre espontaneamente, em certa escala. Mas, frequentemente, a inferioridade das terras decepciona aqueles elementos, vindos do *terroir* bretão ou normando, os quais sentem que os resultados colhidos mal pagam as dificuldades da acomodação em outro solo e outra paisagem, da adaptação a meio estranho, até racialmente. (Os rapazes bretões com quem conversei em Alesmes sentem-se, por exemplo, como que insulados entre os marchenses, vieneses e limusinos, com características psicológicas e costumes muito diferentes.) Sério, concentrado, sóbrio – o celta bretão –, e franco, decidido, *campagnard*, – o meio-nórdico normando –, queixam-se da excessiva mobilidade, da “leviandade”, da “falta de sinceridade” dos outros, até fisicamente deles bem dessemelhantes, algo mesclados de sangue espanhol e mesmo sarraceno, por parte da mourama que por lá rodou, até que Carlos Martelo a desbaratasse em Poitiers.

11. Portanto, “perdido por cem, perdido por mil”, consideraram a ida para o Centro e Sul como uma verdadeira emigração, e, assim sendo, preferem encaminhar-se para mais longe, e aonde os resultados se prometem mais fartos. Mas, e o óbvio seja dito, isto se passa principalmente agora, em meio às gerais dificuldades do segundo após-guerra, quando outra guerra se propala possível e em toda a Europa se faz endêmica a descrença.

12. Não se cuide, porém, em movimentos de notáveis proporções, em uma corrente de emigração francesa. Não só o Governo, vigilante, trataria de sustá-la, ou de canalizá-la a seu grado – a França tem um Ministério [da Saúde Pública e] do *Povoamento* –, fomentando as migrações internas e, em último caso, dirigindo para sua África ou para a Guiana os elementos móveis, senão também o próprio patriotismo francês jogaria como um freio: haja vista que, mesmo no seio da ECSME, constituída precipuamente

por pretendentes a emigrar, tem sido agitada, com frequência, a tese do “perigo de vir a desfalcar-se, de certo modo, a população da França”.

13. De prático, tudo o que fica dito visa apenas a mostrar que não é descabida, como à primeira consideração poderia parecer, a ideia de vir o Brasil a receber um muito reduzido contingente de bons imigrantes franceses.

Uma experiência em curso

14. Aliás, nesse sentido, segundo me informaram em Alesmes, contamos com uma experiência paralela, posta em via no Equador. Naquele país, ter-se-ia estabelecido, recentemente, uma leva de agricultores franceses – o grupo Bresson: 40 homens e 2 mulheres. Talvez fosse instrutivo conhecer-se o que se tem passado com esse grupo, a respeito do qual poderia informar a Embaixada do Brasil em Quito.

O segundo artigo do Padre Lebret

15. Premido pelo alude de cartas que lhe vinham chegando – “*un flot de lettres*”, segundo sua própria expressão – o Padre Lebret achou prudente publicar, ainda no *Ouest-France*, um segundo artigo, recomendando calma. A arrancada não era tão simples como estavam pensando – dizia –, os países sul-americanos exigiam garantias quanto à qualidade moral e profissional dos imigrantes, só aceitando gente sadia e moça, técnicos e agricultores, quase que exclusivamente. Assim sendo, nada poderia fazer-se, mediante apenas a iniciativa individual, e necessário se tornava criar-se, pois, um órgão coordenador e centralizador, um “comitê responsável”, capaz de incumbir-se da seleção e orientação dos candidatos. Tal comitê, apto igualmente a entrar em entendimentos diretos com os Governos daqueles

países, poderia estudar as bases de uma “comunidade rural de emigrados franceses”, a estabelecer-se de preferência no Brasil, havendo outrossim possibilidades quanto ao Chile. Para começar, o comitê fundaria em França alguma espécie de “*Ferme communautaire-Ecole*”, centro destinado a receber os pretendentes, para um estágio prático de verificação e preparação. Em resumo: “água na fervura”, nada de sofreguidão; havia que pacientar e organizarem-se – esse o *leitmotiv* do segundo artigo do Padre Lebret.

Funda-se uma associação

16. Uma das primeiras pessoas a se dirigirem ao Padre Lebret, por motivo de seus artigos, foi o Senhor Capitão André Judéaux de Barre, militar reformado em consequência de ferimento sofrido na última guerra, e que, invalidado para a carreira das armas, mas de nenhum modo fisicamente um inválido, não se contentava em ficar sendo apenas um pequeno pensionista do Governo, e procurava outro campo onde empregar sua trêfega atividade e seu pronunciado gosto por tudo o que se refira a coordenar, organizar, movimentar. Disse-me Judéaux que já conhecera, indiretamente, o Pe. Lebret, através de relações das famílias. Quanto à correspondência que trocou com o sacerdote, pude lê-la agora, em Alesmes. O certo é que o Padre Lebret considerou-o como pessoa capaz e indicada para dar os primeiros passos visando a organizar em associação os seus correspondentes, e assim entregou-lhe o “respectivo”.

17. E o Capitão Judéaux pôs mãos à obra: arrolou os interessados, delineou os primeiros rascunhos de estatutos, convocou as reuniões iniciais. Dessa maneira, foi que nasceu a nova entidade, sob a primitiva denominação de *Comité France-Amérique Latine*; pouco depois, a 22 de abril de 1948, aprovados

os estatutos e eleito o Conselho Diretor, passou a ela a chamar-se *Equipe de Coordination Sociale des Migrations Françaises* (ECSMF), registrada na Prefeitura de Côtes-du-Nord, a 11/V/948 (*Journal Officiel* de 22/V/948).

18. Importa notar que – entrando em jogo as já mencionadas tendências frenadoras, adversas a qualquer forma de expatriação numerosa – já no Estatuto refundido, em 6 de fevereiro de 1949 (v. anexo), acentuava-se prioritariamente, no tocante aos fins da novel associação, o objetivo de promover as migrações internas. Quanto à emigração, vinha em segundo plano, dada a primazia à França ultramarina, e encarada, ainda assim, de modo especial e restritivo:

Finalidades: Artigo 2: a associação se propõe:

.....
c) estudar a possibilidade da fundação de uma aldeia ou de um centro rural francês na França de Ultramar ou em um país favorável (na América do Sul, por exemplo), e para isso destacar de entre seus membros elites susceptíveis de servirem ao país de adoção e ao intercâmbio cultural e comercial entre os dois países.

Alguns dados pessoais

19. Para Presidente, foi eleito o Sr. YVON LAMAURY, de Rennes, arquiteto diplomado, que atualmente dirige os trabalhos de reconstrução da cidade de Lorient. Ao que parece, trata-se de pessoa em situação desafogada e com certa influência. Pelo menos, goza de firme prestígio entre os moços de Alesmes, que a ele se referem em tom de admiração e respeito, para eles muito significando o seu apoio moral e material. Disseram-me que também ele pretendia ir para a América do Sul, em razão de

imperativos de um temperamento dinâmico e empreendedor, que lhe move o desejo de realizar algo de “maior, de grande”.

20. O Capitão ANDRÉ JUDÉAUX DE BARRE, oficial reformado e, pois, tendo todo seu tempo disponível, ficou sendo o Secretário-Geral permanente da ECSMF – o “órgão executivo”, como ele mesmo se classifica. De acordo com o Estatuto, é o encarregado de representar a associação e de assegurar o trabalho prático de sua direção, de gerir-lhe a contabilidade, etc. É um homem pequeno, vivo e forte nessa qualidade – misto de esperteza (sem o segundo sentido, pejorativo), capacidade de improvisação, de iniciativa, e rapidez no descobrir expedientes e recursos – que o francês cristalizou no adjetivo “*débrouillard*”. Capitão de Infantaria, diplomado na escola militar de St.-Maixent, esteve com os franceses de De Gaulle, em Londres, combateu na África e depois na França, na fase final da guerra, tendo sido ferido em Amiens, em 1945. O ferimento que motivou sua incapacidade militar e consequente reforma, não lhe tolhe a agilidade física. O Capitão se agita, o mais possível. Parece um tanto visionário, e altamente dotado do gosto para a organização, para a complexidade papelesca e ostentativa, o qual é encontradiço no Velho Mundo: reúnem-se dois ou três documentos anódinos, numa pasta, e chama-se a isso de “*dossier*” importante; mal apanham o fio inicial de um projeto, e já entram a elucubrar em longínquas e grandiosas realizações últimas; com essa sobress-timação e pompa, ao mesmo tempo que dão expansão a uma necessidade íntima, obtêm para si um acréscimo de importância e prestígio. Aliás, frequentemente esses indivíduos são úteis e se fazem mesmo indispensáveis: o Capitão Judéaux é um exemplo. E, por falar em exemplo, não custa fornecer um, ilustrativo de ser ele sem dúvida um “*débrouillard*”: ainda há pouco: sabendo que o Exército francês anda a renovar e uniformizar os veículos de sua propriedade, o Capitão, recorrendo a conhecimentos e antigas relações, no seio da corporação, e assegurando-se ainda, o apoio

do Ministério do Povoamento, obteve que o Ministério da Guerra alugasse ao Centro de Alesmes, pela quantia de 12.000 francos anuais, um velho automóvel Renault, que ali está prestando valioso serviço. Por motivo mesmo de suas funções, é com o incansável Capitão Judéaux que me tenho avistado e conversado, acerca dos projetos da ECSMF, da qual é ele, até agora, o elemento articulador, operante, visível.

Forma-se a “ferme communautaire-école”

21. Constituída a associação – primeiro meio de aproximar, ainda que tenuemente, os elementos esparsos, mas correspondendo ao *comité* preconizado pelo Padre Lebret – urgia passar-se às realizações. Em seu segundo artigo no *Ouest-France*, o Padre Lebret ressaltara a necessidade de instalar-se, *quelque part en France*, um centro experimental, espécie de “*ferme communauté-école*”, onde fossem postos à prova e, caso necessário, reajustassem seus conhecimentos técnicos, os candidatos a emigrar. Ora, justamente alguns rapazes se mostravam mais entusiasmados nesse sentido, e mais dispostos, alguns deles insistindo por começar a experiência.

22. Não dispondo a ECSMF de recursos, a não ser os oriundos das mensalidades obrigadas aos membros, e mingudadamente arrecadadas, os próprios interessados teriam de custear o empreendimento. Sete dos pretendentes se declaram dispostos a contribuir, não só com suas pessoas, mas também com seus meios materiais. Associaram-se, então, e, com o Capitão Judéaux, entraram em ação.

23. Aqui, conviria enumerar esses Sete, não só para ilustrar melhor o que pude ver no Centro de Alesmes – do qual constituem eles o pessoal – senão ainda porque, caso venha a efetivar-se a ida do grupo de agricultores para o Brasil, entrarão eles, certamente, em sua leva inicial. São:

1. – Louis VITEL. Bretão, das Côtes-du-Nord. 24 anos de idade. Diplomado em “Indústria de Laticínios”. É o Responsável, isto é, o diretor do Centro, eleito por seus companheiros.
 2. – Michel FILY. Bretão, do Finisterra. 29 anos. Filho de um lavrador e criador de cavalos, entende igualmente dos dois ramos.
 3. – Marcel LANE. Bretão, de Ille-et-Vilaine. 27 anos. Agricultor e horticultor.
 4. – Albert GUHUR. Bretão, do Morbihan. 31 anos. Cultivador, oriundo de uma região dada à policultura e à criação de bovinos (raça *pied-noire*).
 5. – George SAVIDAN. Bretão, do Loire-Inférieur. 26 anos. Condecorado com a *Croix de Guerre*. Agricultor, quase especializado no cultivo da batata, mas também carpinteiro, ex-marinheiro e cozinheiro.
 6. – Jean ROINÉ. Normando, 23 anos. Pecuárta, filho de um criador de bovinos. Tem estágios em grandes propriedades rurais da Normandia.
 7. – Roger JANIN. Do Maine (departamento da Sarthe). Mecânico agrícola. (Todos eles, filhos de roceiros, têm estudos secundários, mais ou menos adiantados, segundo me afiançaram.)
24. Postos em bolsa comum os recursos pecuniários dos Sete, formando quotas desiguais – que variavam entre 25.000 e 200.000 francos – e acrescida a soma de contribuições feitas pelos Senhores Y. Lamaury (Presidente da ECSMF) e Pierre Biet (Diretor-Agrícola da mesma), perfizeram-se cerca de 850.000 francos, munidos dos

quais foram à procura de uma propriedade alugável, decidindo-se enfim a arrendar o *Domaine d'Alesmes*, então em estado de quase completo abandono. Ali se estabeleceram, em agosto de 1948.

25. A escolha não foi deixada ao acaso, e nem se subordinou somente a razões econômicas. A equipe partia da intenção de fixar-se numa região ingrata, de solo medíocre, e em propriedade largada ao desleixo, condições essas que, exigindo dos moços um esforço maior e reconhecidamente árduo, melhor servisse para patentear o valor de seus trabalhos, uma vez auferidos os resultados de que se sentiam capazes. Para tanto, nenhum lugar melhor que nos rincões da Creuse, de terra menos desejável, por isso mesmo já com grandes espaços vazios ou em via de despovoamento.

26. O conjunto dos Sete elaborou seu “regimento interno” (v. anexo), tomando o nome de *Equipe d'Exploitation de la Ferme d'Alesmes* – técnica e administrativamente autônoma, mas filiada à ECSMF, acatando-lhe o Estatuto e constituindo um de seus elementos e seu primeiro “centro de experiência e estudos”.

NA GRANJA DE ALESMES

27. De automóvel, com o Capitão Judéaux e dois dos *jeunes* da Equipe, partimos de Limoges, ao amanhecer do dia 8.

28. Vencidos, em cerca de uma hora de viagem, os 78 quilômetros de uma estrada que atravessa, ainda na Haute-Vienne, a cidadezinha de St. Leonard-de-Noblat, centro da zona de criação do gado limusino, chega-se a Bourganeuf; mais dez quilômetros, numa estrada secundária, através de terreno mamelonado e monótono, e atinge-se o *Domaine d'Alesmes*, em Puy-Lacroix, departamento da Creuse, entre 700 e 750 metros de altitude, no *plateau* de Millevaches, a rigor uma peneplanície, em parte do limite oeste do Maciço Central francês.

29. Como é sabido, essas terras ocidentais ao Maciço são de origem primária, com chão granítico, desprovido de calcário, reclamando assídua aplicação de fertilizantes. Em terraços, cada vez de mais fraco declive, desdobra-se uma sequência de charnecas e áreas em processo de reflorestamento, entremeadas de parcelas de terra arável, onde se cultivava penosamente o centeio – o cereal dos solos pobres –, o trigo mouro (fagópiro) e a batatinha. Todavia, à medida que se vem para oeste, o terreno se torna pouco a pouco mais fértil, mais amplas superfícies de cultura alternando-se com as landas, e as boas pastagens sucedendo-se aos *pacages* – espécie de carrascal. Nele permanece, porém, algo da austeridade, pobreza e aridez da região montanhosa, exigindo que camponeses obstinados, escravos do trabalho e muito econômicos, o amanhem com infatigável tenacidade. Daí, uma das causas da desruralização verificada na zona.

30. A granja ou herdade denominada *Domaine d'Alesmes* estava, como já foi dito, em quase completo abandono, quando a ocuparam os Sete da Equipe, depois de arrendá-la, pelo preço de 50.000 francos anuais, para os dois primeiros anos, e de 100.000, daí por diante. O dono, um tabelião de Guéret, deixava na propriedade, desde alguns anos, apenas dois empregados polacos, e isso mesmo para evitar a arrestação, que do contrário seria aplicável, segundo a lei francesa. Dos 145.000 hectares de terreno, mal e mal os ocupantes lavraram dois. O resto, fora algum teimoso feno nativo, se convertera em matagal, com ervas-más e urtigas. As instalações, formando pequeno *hameau* que comportaria independentemente três famílias – três casas de habitação, três granjas-estábulo, um grande paiol – achavam-se em ruínas. O pomar se asselvajara. A hera, calibrosa, se abraçava às árvores e às paredes, que ameaçavam desmantelar-se. Ainda hoje, como os jovens colonos chegaram apenas em agosto do ano passado e lutam com falta de recursos, muito perdura dessa visão

de tapera. E digo *colonos*, porque a tentativa que empreendem é a de uma verdadeira experiência de colonização, em ponto pequeno, já que precisam, inclusive, de adaptar-se à mentalidade e aos hábitos dos campônios indígenas seus vizinhos.

31. Mas, não hesito em afirmar, a Equipe dos Sete está povoando ser digna de confiança. Nestes oito meses, já realizaram alguma coisa, e vê-se que trabalham com seriedade e alegria. Reconstituíram a vedação de todo o perímetro da fazenda, inclusive levantando uma cerca de arame eletrificada, de três quilômetros, para separar o pasto das plantações; abriram 600 metros de estrada simples para automóveis; fizeram novamente habitável uma das três casas de residência, onde se alojam e têm sua cozinha; restauraram os estábulos, reconstruíram o galinheiro, arranjam um chiqueiro; colheram e armazenaram todo o feno nativo, que, durante o inverno, e até hoje, está servindo para alimentar seus animais domésticos; recuperaram o pomar; plantaram uma boa horta e mesmo um jardim; cortaram e transportaram grande quantidade de lenha; noutra das arruinadas casas de residência, acomodaram uma garagem e montaram uma pequena carpintaria, onde dois deles (Savidan e Vitel) trabalham quando podem, tendo feito eles mesmos quase todos os rústicos móveis de que se servem, inclusive a vasta mesa, roceira, de refeições, as cadeiras, os tamboretos, e os bancos, uns bancos muitíssimos parecidos com os que são usados no interior do Brasil. E, finalmente, já têm amanhados, para as plantações deste ano, 15 hectares de terra: com centeio, aveia, trigo, batatas e plantas forrageiras. Revela notar, entretanto, que se acham em plena tarefa de arroteamento e aração, muita coisa já estando semeada, mas outras, como o trigo, por exemplo, só devendo serem dadas à terra daqui a mês ou mês e meio, quando eles esperam ter prontos talvez mais outros tantos hectares.

32. Todos os trabalhos, eles os realizam sozinhos. Moram ali os Sete, sem mais ninguém, sem outra ajuda braçal, de qualquer espécie. Um deles é o cozinheiro. Aos domingos, lavam juntos suas roupas. À noite, estudam – assuntos de agronomia e pecuária, zootecnia, veterinária, fitopatologia, etc. Como já assinaei, são eles filhos de fazendeiros, com estágio em fazendas e conhecimentos da vida rural; mas, além disso, têm seus estudos, em graus diversos. Trouxeram para Alesmes seus livros, mandaram vir outros. Cada um conserva ao lado da cama uma bibliotecazinha de cabeceira, muito manuseada, composta somente de livros técnicos. Coisa significativa: não vi ali um romance, nenhuma obra literária, tampouco publicação alguma destinada ao mero divertimento. Leem, entretanto, uma meia dúzia de livros... sobre o Brasil.

33. A gente logo se certifica de que aqueles rapazes amam verdadeiramente o campo e a natureza, e que se devotaram de corpo de alma à profissão agrícola. A experiência é convincente. Os Sete de Alesmes constituem um harmonioso falanstério, formado de jovens com a vocação, a bem dizer, robinsoniana.

34. Com tudo isso, é insuficiente, e em parte inadequado, o material de que dispõem. Esperam conseguir brevemente um trator, mas, por ora, possuem apenas: uma charrua simples; dois brabantes (*brabant* – charrua aperfeiçoada); uma segadora ou ceifadeira (*faucheuse*); um ancinho grande ou ajuntadora (*rateleuse*); e duas carretas pequenas, de duas rodas (*tombereaux*).

35. Os animais domésticos, que não puderam ser trazidos da Bretanha ou da Normandia, mas tiveram de ser adquiridos ali mesmo, na Creuse, são: um cavalo, para trabalho; dois bois e duas novilhas, para trabalho; nove vacas, seis delas com bezerros; 31 ovelhas, com 24 cordeiros de mama; e dois cachorros, guardiões e pastores. Além desses, e destinados apenas a suprir a despesa do Centro, dois porcos de ceva, duas dúzias de galinhas e alguns

coelhos. Tiveram também um carneiro, que, por medida de economia, foi revendido, tão pronto fecundadas as ovelhas. Todos os 19 bovinos pertencem à raça limusina, apta para o trabalho e para o corte.

36. Quanto ao aspecto, são os Sete moços bem apessoados, bem educados, robustos, desembaraçados, com mãos calejadas e ar sadio. Quase todos, além do francês, falam algum dos dialetos bretões, que aprenderam no berço. São católicos, praticantes. Aliás, segundo me afixou o Capitão Judéaux de Barre, a ECSMF – cujas reuniões do Conselho Diretor se realizam, em Paris, na sede da *Union Syndicale des Ingenieurs Catholiques* – é formada de elementos autenticamente católicos, e uma das precauções da associação é a de impedir que se insinuem em seu rol indivíduos comunistas.

37. Trazendo para a prática o espírito que informa seu “Regimento Interno”, inspirado nos princípios coletivistas, e com tento de desenvolverem trabalho organizado, estabeleceram uma divisão de funções, não escrita e que variará segundo as necessidades das diferentes estações do ano, mas que, conforme pude averiguar, é, hoje, em linhas gerais, a seguinte:

Vitel, além de ser o “Responsável” do Centro, é o vaqueiro e pastor, encarregado das vacas, das ovelhas e dos porcos;

Guhur é o “*laboureur*”: maneja a charrua, trata, outrossim, dos bois e do cavalo;

Roiné é o “*semieur*”: colabora com o “*laboureur*” nos trabalhos do campo;

Fily é o “*forestier*”: corta madeira e lenha, e se incumbe de tudo o mais que se relacione com o mato;

Marcel tem a responsabilidade do pomar, demais de ajudar em outros serviços;

Savidan é o cozinheiro; além disso, cuida da horta, do jardim, dos coelhos e das galinhas, e executa trabalhos de carpintaria;

Jadin, além de mecânico (reparações e conservação dos instrumentos agrícolas, etc.), dirige o automóvel e funciona ainda como factótum.

38. É óbvio, no entanto, que essa discriminação, algo esquemática, tem como simples objetivo a distribuição das responsabilidades. Na prática, todos se entreadjudam e dão mão aqui e acolá, em quaisquer tarefas.

39. Para neles descobrir os autênticos rapazes do campo, por educação, e natural tendência, basta surpreender a segurança e o gosto com que atuam, até nos gestos instintivos, naquela paisagem campesina, entre velhas faias, onde as pegas fazem ninhos e cantam os tordos e tentilhões. Há um jeito, sábio e amoroso, de revolver na mão a terra da gleba arada; de tocaiar as toupeiras, que alongam o morrete de suas galerias pelos canteiros da horta; de armar engenhosos espantalhos para defesa da sementeira, estacando manipanços ou pendurando um pintarroxo morto, que se balança ao vento e escarmenta os demais pintarroxos atrevidos; de recobrir com grades de ocasião os viveiros de hortaliças; de improvisar interessantes portas rústicas, de armação de madeira recheada com hastes verdes de giestas; de pagar com um carinho o cavalo de charrua ou o boi de carreta, ou escolher nomes afetivos para os animais domésticos; de recolher as ovelhas, quando o vento aperta; de zelar pela fonte supridora e boa água; e de comparar, com os de seus próprios, a altura e o colorido novo dos campos de centeio dos vizinhos.

40. As atuais condições de instalação, nas quais passaram o inverno, são, se bem que limpas e bem cuidadas, mais que modestas, rudimentares, desconfortáveis, toscas, quase ascéticas, e podem

comparar-se às de uma pequena fazenda do centro de Minas Gerais. Dispõem de luz elétrica. Almocei com eles: comida farta e saborosa – sopa de batatas, uma macedônia de legumes secos, batatas fritas e (prato extraordinário, em homenagem ao hóspede) uma omelete simples. Carne, provavelmente, só a comerão aos domingos, se tanto. Na sala de jantar, que é igualmente a cozinha, tem entronizado um crucifixo.

41. Conversei bastante com eles, que se mostravam incansáveis em fazer perguntas sobre o Brasil, mas sempre versando as condições da vida na roça, as raças de gado, a criação de zebus, o clima, os parasitas animais e as pragas da lavoura. Queriam saber o mais possível acerca das diferentes culturas, da introdução de raças bovinas francesas, da indústria de laticínios, das variedades de equinos, do emprego de muares como animais de carga, dos meios de comunicação que permitem o acesso dos produtos agrícolas aos grandes mercados. Sua curiosidade também se orienta para o idioma português, e, muito interessados, pediram-me quantidade de pormenores sobre a nossa atual “campanha do trigo”. Como são todos ainda solteiros, e eu, a modo de gracejo, perguntasse se, caso resolvida sua ida para o Brasil, não prefeririam desde já casar-se com moças bretãs ou normandas, que lhes seriam de ajuda valiosa na nova vida rural e lhes facilitaria sentimentalmente a adaptação ao novo país – verifiquei que, a par do natural receio de assumir encargos de família, assim à véspera de ingressarem em incerta e trabalhosa etapa de vida, não era de excluir-se neles um remoto desejo de virem a esposar filhas de fazendeiros brasileiros.

42. Aqui fica, Senhor Embaixador, um rápido retrato do Centro de Alesmes e da Equipe dos Sete, os quais, em conjunto e cada um de por si, me deram a melhor das impressões.

O QUE DESEJA A ECSMF

43. Além das indicações e ideias gerais, que têm sido objeto de correspondência trocada com o Secretário-Geral da associação, a qual já foi transmitida ao Itamaraty, o Senhor Yvon Lamaury, quando compareceu à Chancelaria da Embaixada, prometeu, para breve prazo, remeter a Vossa Excelência um projeto pormenorizado (o *plan de transfert*), ora em elaboração “e que deverá ser aprovado pelo Conselho Diretor da entidade”. Esse, como explicam, não poderá receber a forma de um trabalho teórico definitivo, o qual teria de ser condicionado pelo conhecimento da natureza do solo, do clima, e de outras características do terreno a eles eventualmente destinado no Brasil. Como cumpria, coube-me, entretanto, dizer-lhes da conveniência de mandar-se para o Rio de Janeiro esse plano, porquanto, ainda que sumário e provisório, poderá ser de incontestável utilidade indicativa, para o estudo do assunto, ora em mãos dos órgãos técnicos brasileiros. Principalmente, e para se ganhar tempo, nele deveriam declarar-se as condições de terreno que preferem, o *optimum* desejável quanto à localização, dimensões, instalações, etc. bem como o mínimo com que se contentariam.

44. Agora, tanto na ida de Limoges a Alesmes, quanto no regresso, conversando com o Capitão Judéaux de Barre, precisou-me ele um pouco mais o pensamento da ECSMF.

45. O que a associação se propõe fazer não é reunir, selecionar e remeter imigrantes para o Brasil, a fim de aí serem distribuídos *ad libitum*, pelos órgãos imigratórios. Ao contrário, o que pretendem é instalar em nosso país um pequeno núcleo confechado e autônomo, a espécie da “aldeia francesa”, de que falou o Padre Lebret. Algo assim como uma imigração de classe, ou o que – faltando-me a terminologia exata – permito-me denominar “imigração industrial”.

46. Para a realização desse plano, a ECSMF pediria três coisas:

I – Atribuição de uma porção de terra, de área, aproximadamente, da ordem de 30.000 hectares, e em zona provida de escoadouro para os produtos. (Desconhecendo as particularidades da configuração geográfica brasileira, o Capitão desejava que o terreno se situasse perto de um rio navegável, que corresse do interior para o litoral). O terreno deverá oferecer a possibilidade de nele se construir, futuramente, um campo de aterrissagem. (A ênfase do Capitão, neste ponto, correrá por conta de seu já mencionado vezo de idealizar, logo de início, “grandes soluções”.) Na escolha da localização, convirá ter-se em conta que o interesse do grupo se divide, igualmente, entre a policultura (trigo, batatas, algodão, etc.) e a criação e indústria de laticínios (possibilidade de levarem consigo cabeças de gado normando a limusino e da rústica leiteira bretã *pied-noire*). Outrossim, e como é natural, a ECSMF assentaria suas preferências na parte central ou meridional do País.

II – Financiamento da viagem dos imigrantes, pelo Governo brasileiro.

III – Concessão de um empréstimo (compreendendo fornecimento de material e adiantamento de dinheiro), reembolsável a longo prazo, de acordo com um plano a estudar-se, e suprido pelos cofres oficiais ou por capitais privados, mediante a constituição de uma sociedade, por exemplo.

47. Uma vez decidido o empreendimento, seria assinado um compromisso contratual, qualquer tipo de acordo entre o Governo

brasileiro e o Conselho Diretor da ECSMF, com aprovação e visto do Governo francês.

48. Por seu lado, a ECSMF daria, quanto aos quadros de imigrantes, a estrita garantia técnica e moral, por meio de um recrutamento severo, vigilante seleção e obrigatoriedade de um estágio probatório, no “Centro de Alesmes”, que seria, para esse fim, conservado e ampliado, constituindo uma espécie de base permanente em França.

49. Logo de início, a ECSMF considera como indispensável que o Governo brasileiro custeie a ida ao Brasil de alguns de seus técnicos, que poderiam ser:

- 1 urbanista,
- 1 agrônomo,
- 1 veterinário,

– acompanhados, desde já, caso possível, dos Sete que formam a atual Equipe da Alesmes, os quais entrariam logo a funcionar com auxiliares, nos primeiros trabalhos de instalação.

50. Ulteriormente, em grupos sucessivos, seguiriam outros imigrantes, inclusive casados, com suas famílias.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

51. Sem maiores comentários, e apenas como pontos de referência para posterior cogitação, alinharei, a seguir, algumas considerações e averiguações, que se me ocorreram durante a visita a Alesmes.

Limitações ao projeto. A atitude do Governo francês

52. Instado por mim, o próprio Capitão Judéaux reconheceu que, de um modo geral, o Governo francês se mostraria infenso a uma movimentação imigratória para a América do Sul. Já agora, o Ministério do Povoamento, ciente dos promissores resultados

da pequena experiência do “Centro de Alesmes”, estaria pensando em encaminhar os elementos da ECSMF para a Guiana, ou para a África, e em incentivar tentativas semelhantes, sob a forma de migrações internas, no território metropolitano. Ao mesmo tempo admitindo essa tendência oficial, o Capitão Judéaux situa o problema em termos de divergência eventual de pontos de vista, entre os diferentes ramos da administração. Dessa maneira, segundo sua opinião, os Ministérios do Povoamento e do Interior manteriam a atitude acima mencionada, ao passo que o Ministério dos Negócios Estrangeiros (especificamente pelos seus Departamentos Comercial e Cultural) apoiaria, de maneira decisiva, o plano de fundação do núcleo de imigrantes franceses no Brasil.

Possibilidades da ECSMF. Potencial emigratório. Recursos

53. De acordo com o Estatuto, a ECSMF “tem a sua sede social fixada no Centro Experimental de Alesmes, onde funcionam o Secretário e o *Bureau* de Estudos”. Se bem que, na realidade atual, tudo se passe ainda de maneira menos pomposa, o Capitão Judéaux reside, com efeito, numa pequena casa, situada no interior do “*Domaine*”, acerca de 500 metros da residência dos Sete; e, nesta última, guarda-se o arquivo da ECSMF – algumas pastas, com poucos papéis, e o pequeno fichário.

54. Compulsando essas fichas, e fazendo perguntas, conclui que a ECSMF pode classificar os seus membros em três categorias:

I – um grupo militante, que compreende: o Presidente Y. Lamaury, mais uns três membros do Conselho Diretor (Biet, Berger, Besson?); o Secretário-Geral, Capitão Judéaux; e os Sete rapazes de Alesmes.

II – 58 membros efetivos, isto é, que pagam suas mensalidades.

III – um *grosso* de 400 membros tíbios e distantes, que se inscreveram porque têm ou tinham vontade ou veleidade de imigrar, mas não comparecem com a mensalidade e aguardam a ver que rumo tomam os acontecimentos.

55. Reconhecendo verdadeira essa situação, pensa e afirma o Capitão Judéaux que “urge que a associação realize algo, a fim de cobrar nome e prestígio”, com o que o número e o fervor de seus membros aumentarão, de muito.

56. Ao mesmo tempo, acredita, caso os estudos atuais cheguem a bom termo, que, a seguir os Sete, o grupo dos 58 fornecerá, logo, bons elementos, destinados ao núcleo imigratório no Brasil.

A direção da ECSMF

57. O que não dá ar de bem articulado, e nem de funcionar, por ora, de maneira suficientemente satisfatória, é a própria direção da ECSMF. Pelo Estatuto em vigor, deveria ela, isto é, o Conselho Diretor, compreender: Presidente, Vice-Presidente, Diretor-Agrícola, Diretor-Técnico e Diretor-Social. E, para esses cargos, teriam sido oportunamente eleitos, respectivamente, os Srs. Y. Lamaury, Dr. Besson (veterinário), P. Biet (engenheiro agrícola), Briand (engenheiro) e Pitard (engenheiro agrícola). No momento, entretanto, contaria apenas com o Presidente Lamaury, e “mais uns dois”... – foi o que pôde responder-me o Capitão Judéaux, acrescentando que os outros não se interessavam bastante pela ECSMF, “que é difícil fazer com que as pessoas se dediquem a um empreendimento que ainda não deu frutos”, etc.

58. Até onde pude saber, o Presidente Yvon Lamaury é uma pessoa respeitável. Cumpre, entretanto, lembrar que, até bem pouco tempo, figurava no Conselho Diretor o Senhor de Goldfiem, que só foi excluído da associação quando Paulo Carneiro, que

o Capitão Judéaux procurara na sede da Delegação do Brasil à Unesco, chamou-lhe a atenção para o fato de ser esse senhor um charlatão de péssima fama e mesmo um *escroc*.

Uma próxima modificação do Conselho Diretor da ECSMF. Acusações ao Capitão Judéaux

59. Em Alesmes, tendo procurado ocasião de conversar a sós com o Senhor Louis Vitel, “*Responsable*” ou diretor do Centro, revelou-me ele verificar-se ultimamente um descontentamento geral para com o Capitão André Judéaux de Barre, o qual, tendo sido de real utilidade para a ECSMF, começaria agora a prejudicá-la. Não se trataria de desonestidade ou de faltas graves; mas, pela sua maneira de agir e agitar-se, “um tanto impensada e audaciosamente”, o Capitão estaria criando dificuldades, inclusive à Equipe de Alesmes. O próprio Presidente Lamaury cogitaria no momento sobre a melhor maneira de desfazer-se do *Secrétaire Général*, o que dentro em breve ocorreria, reorganizando-se, ao mesmo tempo, o Conselho Diretor da associação, com elementos prestigiosos e seguros, o que viria facilitar o plano da ida do grupo de imigrantes para o Brasil.

Aqui ficam, Senhor Embaixador, as observações que pude colher na visita ao Centro de Alesmes, as quais julguei mais acertado relatar em exposição minuciosa e ante o receio de omitir quaisquer dados que sejam ou possam vir a ser direta ou indiretamente interessantes.

Respeitosamente,

[a.] João Guimarães Rosa
Primeiro-Secretário de Embaixada

Em 18 de abril de 1949.

NOTA Nº 92, DE 25 DE MARÇO DE 1966, DA EMBAIXADA DO BRASIL EM ASSUNÇÃO

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

A Sua Excelência o Senhor Doutor Raúl Sapena Pastor,
Ministro das Relações Exteriores.

Assunção, em 25 de março de 1966.

Nota nº 92

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar recebimento da nota nº DPI 712, de 14 de dezembro do ano passado, na qual Vossa Excelência volta a tratar de assuntos relacionados com a caracterização da fronteira brasileiro-paraguaia na região do Salto das Sete Quedas e solicita novamente a retirada do destacamento militar brasileiro da zona de Porto Coronel Renato. Na mesma nota, Vossa Excelência propõe ainda que a Comissão Mista de Limites e de Caracterização de Fronteiras prossiga seus trabalhos e que, em caso de desacordo entre os Governos do Brasil e do Paraguai no seio daquela Comissão, ambos os Governos recorram a todos os meios de solução pacífica dos conflitos internacionais, a começar pelas negociações diretas.

2. Em ocasiões anteriores, Senhor Ministro, em particular nas notas AAA/DAM/SDF/DAJ/24/254. (43), de 19 de setembro de 1962, do Ministério das Relações Exteriores à Embaixada do Paraguai, e número 310, de 27 de outubro de 1965, desta Embaixada

ao Governo de Vossa Excelência, o Governo brasileiro tem deixado claro que não admite a existência de qualquer pendência de limites entre o Brasil e o Paraguai, uma vez que a fronteira entre os dois países ficou integralmente definida nos Tratados de 1872 e 1927, e perfeitamente demarcada, outrossim, no que se defere ao disposto no primeiro daqueles instrumentos, pela Comissão Mista Demarcadora reunida entre 1872 e 1874, conforme consta das respectivas Atas, de números 1 a 18, já extensamente citadas e transcritas em prévia correspondência sobre o assunto.

3. Da mesma maneira, não aceita o Governo brasileiro as asserções do Governo paraguaio quando procura justificar a invalidade da demarcação de 1872-74, por insuficiente ou contrária ao Tratado de 9 de janeiro de 1872. Não só a demarcação foi executada rigorosamente de acordo com o disposto nos Artigos I, II, III e IV daquele Tratado, e reconhecida pelo Governo paraguaio, como também foi esse reconhecimento confirmado ulteriormente pelo mesmo Governo, ao firmar o Tratado Complementar de Limites, em 1927, e o Protocolo de Instruções para a Demarcação e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, de 9 de maio de 1930.

4. Entretanto, Senhor Ministro, não obstante as muitas razões já apresentadas pelo meu Governo nas Notas anteriores, tentarei mais uma vez repetir – não um ponto de vista brasileiro – mas a verdade seriada dos fatos e dos válidos títulos, conforme basicamente configuram e devem consubstanciar a inteligência do assunto, da parte tanto de paraguaios quanto de brasileiros, uma vez que ambos os Governos, de pleno consentimento e em boa forma, subscreveram aqueles documentos e terão sem esquivança de responder por seus atos.

5. Diz Vossa Excelência que:

O Tratado de Limites de 9 de janeiro de 1872, consequência de uma guerra de extermínio, era o

resultado previsto nos objetivos que sete anos antes se propuseram os Governos do Brasil, Argentina e Uruguai, quando no art. XVI do Tratado Secreto de Aliança contra o Paraguai subscrito em Buenos Aires a 1º de maio de 1865 repartiam antecipadamente entre si os territórios de que seria despojado o Paraguai. Dá também Vossa Excelência o Tratado de 1872 como formando parte do Tratado de Paz que concluiu uma guerra injusta em virtude da qual se despojou a República do Paraguai de extensos territórios, depois de esgotar suas riquezas nacionais e dizimar sua população.

6. Mas Vossa Excelência bem sabe que essas recriminações não correspondem à verdade, senão que deturpam a realidade dos fatos históricos. Vossa Excelência sabe que era pensamento expresso do Tratado de Aliança respeitar-se a integridade territorial do Paraguai.

7. Vossa Excelência sabe que as disposições previstas no Artigo 16 do Tratado de Aliança definiam:

O Império do Brasil se dividirá da República do Paraguai: Do lado do Paraná pelo primeiro rio abaixo do Salto das Sete Quedas, que segundo a recente carta de Mouchez é o Igurey, e da foz do Igurey e por ele acima a procurar as suas nascentes.

Da parte da margem esquerda do Paraguai pelo Rio Apa desde a foz até às suas nascentes.

8. Vossa Excelência sabe que essa “linha do Igurey” não foi novidade no Tratado de Aliança – mas, sim, uma constante dos antigos e anteriores Tratados, não chegados a vigorar numa demarcação.

9. Vossa Excelência sabe que, mesmo assim, na Conferência de 8 de janeiro de 1872, em Assunção, para o ajuste do Tratado de Limites, discutida desimpedidamente a matéria com o Plenipotenciário paraguaio, não houve exigência, nem mesmo insistência em que se atendessem justas aspirações brasileiras. Ao contrário, o Plenipotenciário brasileiro demonstrou o espírito conciliador do Governo Imperial, *desistindo da linha do Igurey* e aceitando a do Salto das Sete Quedas, pelo Paraguai proposta; ao mesmo tempo, aceitou a que se substituísse a expressão “nascente austral do rio Apa” por “nascente principal do rio Apa”. De tal maneira, o Brasil no Tratado aceitou menos do que exigiria se a guerra não tivesse havido.

10. *Aceitando* o Tratado de 1872, inquina-o no entanto a nota nº 712, porque firmado logo após a guerra, com o país ocupado.

11. Nada, porém, opôs o Paraguai, nem pode alegar, contra a perfeição e validade do Tratado de 1927 – feito depois de mais de 50 anos de paz, e em plena paz entre os dois Estados. Nada também articulou nem poderia arguir contra o Protocolo de 1930. E estes dois atos internacionais, contemporâneos, plenamente válidos para o Paraguai, destroem todas as imputações por ele agora trazidas contra Atas, Plantas e Carta Geral, da DEMARCAÇÃO de 1872-74, nos termos do Tratado de 1872.

12. Diz Vossa Excelência que surpreende o Governo paraguaio a reafirmação do § 3 da minha nota nº 310 – de estar inteiramente demarcado o trecho da fronteira comum que se estende desde o marco do Ibicuí até o Salto Grande das Sete Quedas – a qual Vossa Excelência qualifica de “errônea apreciação” e “estranha pretensão brasileira”, que “carece de fundamentos legais” e “contrasta, contradiz e nega todo valor a tratados e convênios internacionais” e “é precisamente a causa de situações de fato que notoriamente afetam as relações entre nossos países”.

13. Estranho nos soa é que o Governo do Paraguai se declare surpreendido, agora, com o que é – não uma apreciação nem pretensão brasileira – mas, fato jurídico, publicamente realizado, aprovado e reconhecido, desde 24 de outubro de 1874, pelos Governos do Paraguai e do Brasil. Ao Governo do Paraguai não cabe deixar de conhecer, em todo seu alcance e obrigações:

o Protocolo de Instruções para a Demarcação e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, de 9 de maio de 1930;

o Tratado de Limites, complementar do de 1872, de 21 de maio de 1927;

as Atas, a Carta Geral da Fronteira e as Plantas parciais, da Demarcação, de 1872/1874;

o Protocolo da Conferência para o ajuste de limites, de 8 de janeiro de 1872;

o Tratado de Limites, de 9 de janeiro de 1872.

14. Quanto à DEMARCAÇÃO, e a despeito das extensas alegações por Vossa Excelência apresentadas – alegações estas que mais adiante examinarei – meu Governo mantém a mais firme convicção de que o limite brasileiro-paraguaio no Salto Grande das Sete Quedas já está perfeitamente estabelecido desde 1874.

15. Esta certeza, Senhor Ministro, se fundamenta nos seguintes documentos oficiais:

a) TÍTULOS DOS COMISSÁRIOS DEMARCADORES, transcritos na Ata da 1ª Conferência, de 16 de agosto de 1872:

Título do Sr. Comissário Brasileiro:

Héi por bem nomear a Rufino Eneas Gustavo Galvão, Coronel do Imperial Córpo de Engenheiros, para Commissario Brasileiro da Commissão Mixta que *tem de proceder á demarcação da linha divizoria entre o Império e a República do Paraguay, de conformidade com o que foi estipulado no artigo primeiro do Tratado de Limites assignado em Assumpção em nove de janeiro do corrente ano.*

Título do Sr. comissário paraguaio:

Ministerio del Interior. El Vice Presidente de la Republica en ejercicio del P. E.

En cumplimiento del articulo 2º del Tratado de Limites celebrado con el Imperio del Brasil, acuerda y Decreta:

Art. 1º Nombrase comisario al Ciudadano Dn. Domingo Ortiz para que en representacion del Paraguay forme parte de la comision que debe demarcar la linea divisoria entre el Paraguay e el Brasil segun las bases del articulo 1º del Tratado de Limites celebrado con el Imperio.

b) PROTOCOLO DE INSTRUÇÕES DO GOVERNO PARAGUAIO AO SEU COMISSÁRIO, DE 22 DE JULHO DE 1872:

Proseguirá por lo mas alto de esta sierra a buscar su termino, y encontrar la sierra de Mbaracayú, que del mismo modo continuará demarcandose por lo mas alto de ella, hasta llegar al rio Paraná en el Salto Grande de las Siette Cahidas.

c) ATA DA 11ª CONFERÊNCIA, DE 30 DE MARÇO DE 1874:

.....

Foi declarado pelos Srs. Comissários que o fim desta reunião era autenticar-se a chegada da Comissão mista neste lugar, extremo da linha Oeste-Leste, que partindo do marco do Ibicuhy, vem pelo alto da serra de Maracajú até este Salto.

d) ATA DA 12ª CONFERÊNCIA, DE 8 DE JUNHO DE 1874:

.....

Foi declarado pelos Srs. Comissários que o fim dessa reunião era *dar por demarcada a fronteira* entre os dois países, limitada pelo álveo do rio Paraná, cuja demarcação prosseguiu do Salto das Sete-Quedas e terminou na foz do rio Iguassu ou Coritiba.

.....

Declararão mais os Srs. Comissários que achava-se *concluída sobre o terreno toda a demarcação da fronteira*, segundo o tratado de nove de janeiro de mil oitocentos setenta e dois e respectivas instruções, entre os dois países, faltando apenas os três marcos que já foram mandados construir em lugares determinados e troca daqueles mapas e dos da serra de Maracajú.

e) ATA DA 16ª CONFERÊNCIA, DE 19 DE OUTUBRO DE 1874:

Nestas plantas está representada por um traço contínuo de tinta encarnada a linha de limites dos dois países.

Esta *linha traçada* pelo mais alto da serra, parte do marco colocado junto à vertente principal do Iगतemi

.....
e chega ao marco colocado nas vertentes do Ibicuhy. Este marco está aos 10° S.E. do marco do Igatemi e na distância de 68 Kilometros, 5.

Do marco do Ibicuhy *segue a linha divisória* por mato alto ao rumo de 51° S.E. e distancia de 12 Kil, 7; sai em campo junto à vertente principal do Igurey ou Gareí e vai ao rumo de 41° N.E. na distância de 4 Kil, 5; muda o rumo para 58° S.E. até 9 Kil, 8, sendo 3 Kil, 5 ainda em campo e o restante na grande mata, que se estende até ao Salto das Sete-Quedas; continua por essa mata ao rumo geral de 69° N.E. na extensão de 61 Kil, 3 e depois, ao rumo geral de 53° S.E. atravessa dois pequenos campos e, com 46 Kil, 3 de distância neste último rumo, *chega á 5ª e mais importante das Sete-Quedas*, que são formadas pelo encontro da serra com o rio Paraná, havendo em frente uma pequena ilha.

f) ATA DA 18ª E ÚLTIMA CONFERÊNCIA, DE 24 DE OUTUBRO DE 1874:

[...] com o fim de encerrar-se os trabalhos da comissão, assignando-se a carta geral da fronteira, levantada e organizada para servir de *documento da demarcação* a que acaba de proceder-se.

.....
Foram apresentados os dois originais desta carta, um em português e outro em espanhol, e foram examinados por toda a comissão.

Nestas cartas está representada, por uma faixa de cor amarela do lado do Brasil e encarnada do lado do

Paraguay, a *linha de limites*, desde a barra do rio Iguassú no Paraná até a do Apa no Paraguay, seguindo o traço prescrito nas instruções dadas pelos dous governos, de acordo com o tratado de limites de 9 de janeiro de 1872.

.....

A *descrição da linha de limites* consta das atas da 3^a, 6^a, 7^a, 10^a, 16^a e 17^a conferencia.

Seis marcos levantados pela comissão assinalão os pontos mais notáveis da linha.

As posições geográficas desses pontos e particularidades dos terrenos circunvizinhos constam dos autos de colocação desses marcos, assignados na 2^a, 8^a, 9^a, 13^a, 14^a e 15^a Conferencia.

As posições geográficas de outros pontos notáveis da linha, assinalados pela natureza, tais como o Salto das Sete- Quedas e barra do rio Iguassú, constam da acta da 17^a conferencia e de tabelas transcritas nas cartas parciais e geral da fronteira.

.....

Essas plantas parciais e carta geral, bem como as atas das conferencias da comissão comprovam e comprovarão a todo o tempo a *realização da demarcação da fronteira* dos dois países, baseada no tratado de limites de 9 de janeiro de 1872, ficando deslindada a mesma fronteira de conformidade com esses documentos.

g) COORDENADAS DOS SEGUINTE PONTOS DETERMINADOS
ASTRONOMICAMENTE DURANTE OS TRABALHOS DE CAMPO
REALIZADOS DE 1872 A 1874:

Barra do rio Apa (Marco)

Porto da Guarda Estrella

Forte São Carlos

Porto da Guarda Observação

Porto da Guarda Quem Vive

Barra do rio Pedra de Cal

Passo de Bella Vista

Confluencia acima desse passo (Marco)

Guarda Oliva

Porto Tacurú-pitá

Cabeceira principal do Apa no braço sul (Marco)

3ª Cabeceira do braço norte

2ª Cabeceira do braço norte

1ª Cabeceira do braço norte

Cerro Corá

Ponta Porã

Potreiro de Julio (Marco)

Lagôa do matto

Cabeceira norte do Igatemy Cabeceira sul do Ipané

Cabeceira principal do Igatemy (Marco)

Acampamento nº 31 (na picada para o salto)

Capão da Observação

Cabeceira do Ibicuhy (Marco)

Salto das Sete Quedas

Barra do Iguassú.

h) CARTA GERAL E PLANTAS:

Feitas em *duplicata*, em *português* e em *espanhol*, existindo nos arquivos dos dois Governos, referidas nas Atas e especialmente postas em ênfase nas Instruções do Governo do Paraguai ao seu Comissário, ao ordenar que fossem feitas para o trecho em causa, “*para formar un juicio o idea cierta en vista de las actas y planos que formaren*”, o que denega validade à afirmativa de Nota de Vossa Excelência (§ 8) de que a linha de fronteira não é ‘*la pintada en el mapa o diseño de 1872-74*’.

i) MEMÓRIA DO CAPITÃO-DE-FRAGATA D. DOMINGO A. ORTIZ:

Por consecuencia de estos trabajos el tratado de 9 de Enero de 1872 ha sido cumplido en todas sus partes y demarcada la frontera de ambos países con verdadera escrupulosidad y exactitud, aclarando para siempre cualesquiera cuestiones de límites.

.....

No cerraré este imperfecto bosquejo o memoria, que manifiesta sino todo el empeño e interés con que he procurado conducirme en el lleno de tan árduo como difícil y transcendental cometido, al menos, la manera siempre relativa y de eminente conveniència nacional con que se ha venido a rayar la gran linea divisoria, poniendo feliz termino a la cuestion de siglos, para ya esperar así la pacífica y tranquila elaboración de un próspero porvenir entre pueblos como el Paraguay y el Brasil, llamados por la naturaleza a ser mutuamente concurrentes a su reciproca prosperidad y engrandecimiento.

16. A partir, portanto, de 24 de outubro de 1874, a fronteira estava definitivamente fixada, de conformidade com a demarcação feita, nos termos do Tratado de 1872.

17. Daí por diante, qualquer dos dois países podia ocupar o território de seu lado da linha encarnada do mapa, e nele plenamente estabelecer-se – assim como nas ilhas a um e a outro adjudicadas, conforme a mesma linha encarnada, nas plantas.

18. Essa demarcação, reconhecida pelos dois Governos há quase um século, veio a ser confirmada ulteriormente, em Atos Internacionais solenes e incontestes firmados pelo Brasil e pelo Paraguai.

19. O Tratado de Limites de 1872 definira a linha de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, da foz do rio Iguaçu no rio Paraná à foz do rio Apa no rio Paraguai – isto é, em toda a extensão em que, na época, os dois países de fato se confrontavam.

20. Todavia, do lado de lá do prolongamento setentrional dessa linha, uma região, a oeste pois da nossa fronteira, o Chaco, era objeto de contestação entre três países, nossos vizinhos e amigos. Só mais tarde, estando o Paraguai já de posse da mesma, foi possível assinar-se outro ajuste, para o fechamento, que faltava,

dessa seção da fronteira: formada pelo rio Paraguai, da confluência do rio Apa até ao desaguadouro da Baía Negra.

21. Assim, em 27 de maio de 1927, assinou-se, no Rio de Janeiro, o “TRATADO DE LIMITES, COMPLEMENTAR DO DE 1872”.

22. Esse “Tratado Complementar” *em nada põe em causa* a primitiva linha de limite, definida pelo Tratado de 1872 e fixada pela Demarcação de 1872/74, mas trata tão só e unicamente de seu prolongamento – isto é, da linha de limite entre a foz do Apa e o desaguadouro da baía Negra.

23. Isso, aliás, diz seu preâmbulo:

[...] desejando completar a determinação da linha de fronteira entre os respectivos territórios dos dois países, *já definitivamente estabelecida* no trecho que vai da foz do rio Iguassú no rio Paraná, até a foz do rio Apa, no rio Paraguay, conforme dispõe o Artigo 1º do Tratado de Limites firmado em Assunção, aos 9 de janeiro de 1872, resolveram celebrar um Tratado de Limites, complementar do de 1872, para a parte da fronteira constituída pelo rio Paraguay, no trecho compreendido entre a foz do rio Apa e o desaguadouro da Baía Negra.

24. Tanto assim é, que o Tratado Complementar, instituindo, por seu Artigo III, uma *Comissão Demarcadora*, não a incumbe de tocar na linha Foz do Iguazu-Foz do Apa, JÁ DEFINITIVAMENTE ESTABELECIDO. É o seguinte o Artigo III:

Uma Comissão Mista brasileiro-paraguaia, nomeada pelos dois Governos no mais breve prazo possível após a troca das ratificações do presente Tratado, levantará a planta do rio Paraguay, com as suas ilhas e canais, desde a confluência do Apa até o desaguadouro da Baía Negra.

Essa comissão efetuará as sondagens necessárias e as operações topográficas e geodésicas indispensáveis para a determinação da fronteira, e colocará marcos nas ilhas principais e pontos que julgar mais convenientes.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os dois Governos, em protocolo especial, a ser firmado logo depois da troca das ratificações deste Tratado, estabelecerão o modo por que a comissão mista será constituída e as instruções por que se regerá para a execução dos seus trabalhos.

25. Em obediência à determinação do Parágrafo Único do Artigo III do Tratado de Limites, Complementar, transcrito acima, firmou-se, no Rio de Janeiro, com data de 9 de maio de 1930, um ajuste: o “PROTOCOLO DE INSTRUÇÕES para a Demarcação e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai”.

26. No seu preâmbulo, esse Protocolo diz:

Os Governos da República dos Estados Unidos do Brasil e da República do Paraguai, no intuito de dar cumprimento ao estipulado no parágrafo único do artigo terceiro do tratado de limites, complementar do de 1872, firmado no Rio de Janeiro a 21 de maio de 1927, e, por outro lado, no de ATENDER À NECESSIDADE DE SEREM REPARADOS ALGUNS DOS MARCOS DA FRONTEIRA ENTRE OS DOIS PAÍSES, DEMARCADA DE 1872 a 1874, POR UMA COMISSÃO MISTA BRASILEIRO-PARAGUAIA, de serem substituídos os marcos da mesma fronteira, que hajam desaparecido, e de serem colocados marcos INTERMEDIÁRIOS nos pontos QUE FOREM JULGADOS CONVENIENTES, resolveram celebrar o presente ajuste, no qual todas essas providências se acham indicadas.

27. Assim, a nova Comissão Mista brasileiro-paraguaia, pela estipulação estrita do *Tratado Complementar*, que a cria, nada teria a ver com a linha de limites definida no Tratado de 1872 e demarcada de 1872 a 1874.

28. Apenas por conveniências de ordem prática, foi que os dois Governos decidiram, “POR OUTRO LADO”, aproveitar a oportunidade de ter-se constituída e em funcionamento uma Comissão Mista, para dar-lhe também a incumbência de reparar alguns dos marcos daquela linha, substituir os marcos derruídos e colocar outros, intermediários, nos pontos julgados convenientes.

29. Leia-se a respeito o Artigo 1º do “Protocolo de Instruções”:

Artigo 1º Dentro do mais breve prazo possível, cada um dos dois Governos nomeará uma comissão, composta de um Chefe e de tantos ajudantes ou auxiliares quantos lhe parecerem estritamente necessários, PARA O FIM DE SE LEVAR A EFEITO A DEMARCAÇÃO DA FRONTEIRA BRASILEIRO-PARAGUAIA, NO TRECHO DEFINIDO NOS ARTIGOS 1º e 2º DO TRATADO DE 21 DE MAIO DE 1927 e executar os *demaís serviços* indicados no presente protocolo.

30. À Comissão Mista atual – determinada, no Tratado, apenas para efetuar a demarcação no rio Paraguai – confiou-se, no *Protocolo*, também outra tarefa: “os demais serviços”. Não se trata, na linha Iguazu-Apa, de efetuar uma “demarcação” – eis que essa linha, de acordo com o próprio Tratado, já estava definitivamente estabelecida –, mas somente de *executar* outros *serviços*. E que serviços? São eles, expressamente, os de melhor *caracterização* ou *densificação* de uma linha de fronteiras já *demarcada*.

31. Tanto é, que:

I – A Comissão Mista de 1872/1874 foi determinada expressamente, no Tratado de 1872, para proceder à

DEMARCAÇÃO da linha divisória da foz do Iguaçu à foz do Apa – “*onde for necessário*”.

II – A Comissão Mista de 1930 foi determinada expressamente, no Tratado de 1927, para efetuar apenas a demarcação da linha fluvial de fronteira, da foz do Apa ao desaguadouro da Baía Negra.

III – O Protocolo de Instruções, de 1930, foi que incumbiu a Comissão Mista de 1930 de executar outros “serviços”, de caracterização, na linha seca da fronteira entre a foz do Apa e a do Iguaçu – precisamente: “nas terras altas da referida fronteira” – “*nos pontos que forem julgados convenientes*”.

IV – A Comissão Mista que executou o Tratado de Limites de 1872 teve a designação de: “COMISSÃO MISTA DEMARCADORA DOS LIMITES DOS DOIS PAÍSES”. Ao passo que a Comissão Mista atual denominou-se: “Comissão Mista de Limites E DE CARACTERIZAÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI.

32. Mas principalmente, tenha-se presente que, no Protocolo de Instruções – pelo qual a atual Comissão Mista deve reger-se na execução de seus trabalhos – apenas o Artigo 10 é dedicado expressamente a “os demais serviços”. E em que termos?

A Comissão mista procederá à reparação ou substituição dos marcos da fronteira comum, DEMARCADA de 1872 a 1874, que estiverem danificados ou destruídos, mantendo suas respectivas situações. Além disto, OBSERVADAS as prescrições do tratado de limites, de 9 de janeiro de 1872 E O QUE SE CONTÉM NA ATA DA 18ª CONFERÊNCIA DA COMISSÃO MISTA EXECUTORA DO DITO TRATADO DE 1872, ASSINADA EM ASSUNÇÃO A 24 DE OUTUBRO DE

1874, construirá novos marcos entre os já existentes, nas terras altas da referida fronteira, indicadas naquele tratado, de modo que cada trecho da linha divisória fique definido por uma poligonal retilínea, caracterizados os seus vértices pelos marcos existentes e pelos que forem construídos, cumprindo que de qualquer deles se possam avistar, diretamente e a olhos desarmados, os dois contíguos.

Os primeiros comissários, de comum acordo, farão proceder previamente ao levantamento taquimétrico para a locação dos vértices das poligonais referidas e conseqüente construção dos novos marcos CARACTERIZADORES.

33. “PROTOCOLO DE INSTRUÇÕES PARA A DEMARCAÇÃO DA FRONTEIRA Brasil-Paraguai” – enuncia ele em sua própria denominação e discrimina no seu texto uma dualidade de fins e funções: *demarcação e caracterização*.

34. Seu preâmbulo bem expressa, divididamente, essa dualidade:

[...] no intuito de dar cumprimento ao estipulado no parágrafo único do artigo terceiro do tratado de limites, complementar do de 1872, firmado no Rio de Janeiro, a 21 de maio de 1927, E, POR OUTRO LADO, NO DE ATENDER À NECESSIDADE DE SEREM REPARADOS ALGUNS DOS MARCOS DA FRONTEIRA ENTRE OS DOIS PAÍSES, DEMARCADA DE 1872 A 1874, POR UMA COMISSÃO MIXTA BRASILEIRO-PARAGUAIA...

35. Seu Artigo 1º acentua-a:

[...] PARA O FIM de se levar a efeito a demarcação da fronteira brasileiro-paraguai, no trecho definido nos artigos 1º e 2º do tratado de 21 de maio de 1927 E

EXECUTAR OS DEMAIS SERVIÇOS INDICADOS NO
PRESENTE PROTOCOLO.

36. Melhormente ainda, porém, a dualidade se declara no próprio título da Comissão Mista instituída – em cumprimento do parágrafo único do Artigo III do Tratado – pelo Artigo 2º do Protocolo:

As duas comissões se reunirão em Assunção, no dia 9 de julho de 1930, e aí constituirão uma “COMISSÃO MISTA DE LIMITES E DE CARACTERIZAÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI”.

37. A atual Comissão Mista é, pois: “DE LIMITES” – para a *demarcação* dos limites definidos no “Tratado de Limites, Complementar do de 1872” – *na fronteira do rio Paraguai* entre a foz do rio Apa e o desaguadouro da baía Negra. (Aqui é interessante reparar que a nota nº 712, que refere em geral a Comissão Mista com seu nome incompleto ou deturpado, chama-a uma vez de “*Comisión Mixta de Demarcación y Caracterización de la Frontera*” (§ 8) e outra vez de “*Comisión Mixta Demarcadora de Limites y Caracterización de la Frontera Paraguay-Brasil*”).

38. E é: “DE CARACTERIZAÇÃO” – para a linha de fronteira “*já definitivamente estabelecida* no trecho que vai da foz do rio Iguaçu, no rio Paraná, até a foz do rio Apa, no rio Paraguai” (Tratado de 21/05/1927) – isto é, para a “*fronteira entre os dois países demarcada de 1872 a 1874*” (Protocolo de 9. V. 1930).

39. No Protocolo de Instruções ficou aliás bem definida a *função de caracterização* da atual Comissão Mista – e segunda parte de suas atribuições. Diz-se, no preâmbulo *sua razão de ser*: “[...] e, por outro lado, no intuito de atender à necessidade de serem reparados alguns marcos [...] etc.” E *precisa-se*, no Artigo 10, a finalidade de tal CARACTERIZAÇÃO:

[...] à reparação ou substituição dos marcos da fronteira comum, demarcada de 1872 a 1874, que estiverem danificados ou destruídos, mantendo suas respectivas situações. Além disto, observadas as prescrições do tratado de limites de 9 de janeiro de 1872, e *o que se contém na ata da 18ª e última conferência da comissão mista executora do dito tratado de 1872, assinada em Assunção a 24 de outubro de 1874, construirá novos marcos entre os já existentes, nas terras altas da referida fronteira, indicadas naquele tratado de modo que cada trecho da linha divisória fique definido por uma poligonal retilínea, caracterizados seus vértices pelos marcos existentes e pelos que forem construídos, cumprindo que de qualquer deles se possam avistar, diretamente e a olhos desarmados, os dois contíguos.*

40. Note-se que essa Caracterização JAMAIS VISOU ALTERAR A DEMARCAÇÃO EXISTENTE na referida linha de fronteiras, já definitivamente estabelecida (*sic*), do Tratado de 1872, *demarcação já feita pela Comissão Mista* executora do dito Tratado – em uma série de trabalhos de conferências, de 1872 a 1874 – constante de marcos, plantas parciais, carta geral, operações astronômicas, dados naturais apontados, atas de n^{os} 1 a 17, *consolidadas na Ata final, da 18ª Conferência, de Assunção, a 24 de outubro de 1874.*

41. Mantiveram, assim, os dois Estados, *expressamente*, a LINHA DE FRONTEIRA JÁ DEFINITIVAMENTE ESTABELECIDADA (preâmbulo do Tratado de 1927) e a *anterior demarcação feita*, declarando-se com todas as letras, no já transcrito art. 10 do Protocolo: “*da fronteira comum, demarcada de 1872 a 1874*” e mandando-se, a seguir, observar “o que se contém na Ata (final) da *18ª Conferência da Comissão Mista... assinada em Assunção a 24 de outubro de 1874*”.

42. Ainda mais: encarregada a Comissão, pelo Protocolo, de proceder à *reparação* ou *substituição* de *marcos* que estiverem danificados ou destruídos e *de construir novos marcos* entre os já existentes, acrescentou-se, para mostrar que a *antiga demarcação permanecia*: MANTENDO suas respectivas situações”.

43. Manda, portanto, o Protocolo de Instruções que, em seus serviços na fronteira Iguazu-Apa, trabalhos esses de simples caracterização, a atual Comissão Mista obrigatoriamente observe “o que se contém na Ata da 18ª e última Conferência da Comissão Mista executora do dito Tratado de 1872, assinada em Assunção a 24 de outubro de 1874”, ou seja: as atas, as posições geográficas dos marcos, a descrição da linha de limites e sua representação nas Plantas parciais e na Carta Geral.

44. Eis os termos finais daquela Ata a ser observada:

ESSAS PLANTAS PARCIAIS E CARTA GERAL,
BEM COMO AS ATAS DAS CONFERÊNCIAS DA
COMISSÃO, COMPROVAM E COMPROVARÃO A
TODO O TEMPO A REALIZAÇÃO DA DEMARCAÇÃO
DA FRONTEIRA DOS DOIS PAÍSES, BASEADA NO
TRATADO DE LIMITES DE 9 DE JANEIRO DE 1872,
FICANDO DESLINDADA A MESMA FRONTEIRA DE
CONFORMIDADE COM ESSES DOCUMENTOS.

45. É o que, como básica condição legal, a atual “Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira” em suas operações terá de respeitar.

46. Tudo o que não se enquadre nessa observância, ou dela tente afastar-se, será erro inadmissível ou inaceitável transgressão às estipulações de um convênio.

47. A Nota de Vossa Excelência declara (§ 8) que “a finalidade da atual Comissão Mista foi canalizada por ambos os Governos para a realização de uma demarcação que nunca existiu” e que

“agora 20 km antes de chegar ao Salto o Governo do Brasil afirma ter sido feita inteiramente em 1874”.

48. Essa declaração está em completo desacordo com os trabalhos da referida Comissão, segundo se verá a seguir.

49. Os trabalhos técnicos de caracterização, desde os 250 quilômetros, aproximadamente, no trecho compreendido entre a cabeceira do Apa e o marco do Ibicuí, e, a seguir, nos 173 quilômetros, aproximadamente, do divisor, a partir do marco do Ibicuí, se fizeram com a observância do contido na Ata da 18ª Conferência da Comissão Demarcadora de 1872-74 – isto é, *obedecendo ao Artigo 10* do Protocolo de Instruções, de 9 de maio de 1930.

50. Consta da Ata da 1ª Conferência da atual Comissão Mista, realizada no dia 24 de maio de 1932:

[...] nesta ocasião declarou-se constituída a “Comissão Mixta de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai”, para os efeitos da execução do “Protocolo de Instruções para a Demarcação e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai”, firmado no Rio de Janeiro a nove de maio de mil novecentos e trinta, para dar cumprimento ao estipulado no Tratado de Limites Complementar ao de mil oitocentos e setenta e dois, firmado no Rio de Janeiro em vinte e sete de maio de mil novecentos e vinte e sete.

51. Passando ao exame dos trabalhos da COMISSÃO MISTA DE LIMITES E CARACTERIZAÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI previstos no Artigo 10 do Protocolo de Instruções para a Demarcação e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, verifica-se:

Primeiro. A parte inicial do referido Artigo 10 estabelece que:

A COMISSÃO MIXTA PROCEDERÁ À REPARAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DOS MARCOS DA FRONTEIRA COMUM, DEMARCADA DE 1872 a 1874 (da boca do Apa, no rio Paraguai, até a barra do Iguaçu, no rio Paraná) QUE ESTIVEREM DANIFICADOS OU DESTRUÍDOS, MANTENDO SUAS RESPECTIVAS SITUAÇÕES.

Segundo. Durante os trabalhos de demarcação de 1872-1874, foram chantados os seguintes marcos:

- 1º) Na FOZ DO APA, cujo termo consta da Ata da 2ª Conferência; 2º) Na NASCENTE PRINCIPAL DO IGATEMI, cujo termo consta da Ata da 8ª Conferência; 3º) Nas CABECEIRAS DO IBICUÍ, cujo termo consta da Ata da 9ª Conferência;
- 4º) Na CONFLUÊNCIA DO ESTRELA, cujo termo consta da Ata da 13ª Conferência;
- 5º) Na VERTENTE PRINCIPAL DO ESTRELA, cujo termo consta da Ata da 14ª Conferência; 6º) No PORTEIRO DE JULHO, cujo termo consta da Ata da 15ª Conferência.

O SALTO DAS SETE QUEDAS e a BARRA DO RIO IGUAÇU no Paraná foram, de acordo com a Ata da 18ª e última Conferência, considerados “pontos notáveis da linha assinalados pela natureza”. Suas coordenadas constam da Ata da 17ª Conferência.

Terceiro. A atual Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira efetuou a substituição dos seguintes marcos levantados pelos demarcadores de

1872/1874, cujos termos de inauguração constam de ata:

1º) Da VERTENTE PRINCIPAL DO ESTRELA

– Ata da 3ª Conferência, de 23 de outubro de 1933;

2º) Da CONFLUÊNCIA DO ESTRELA

– Ata da 3ª Conferência, de 23 de outubro de 1933;

3º) Do POTREIRO DE JULHO

– Ata da 3ª Conferência, de 23 de outubro de 1933;

4º) Da NASCENTE PRINCIPAL DO IGATEMI

– Ata da 7ª Conferência, de 30 de julho de 1935;

5º) Das CABECEIRAS DO IBICUÍ E ITANARÃ

– Ata da 9ª Conferência de 15 de junho de 1938.

Quarto. Consta do “TERMO DE INAUGURAÇÃO DO MARCO DE LIMITES RECONSTRUÍDO NA VERTENTE PRINCIPAL DO ESTRELA”:

.....Este marco assinala o *extremo da linha divisória*, que, de conformidade com o Protocolo assignado em Assunção em sete de janeiro de mil oitocentos e setenta e quatro, vem pelo álveo do Estrela desde a sua confluência com o Apa, e bem assim o princípio da que segue pelo alto da cordilheira de Amambaí entre águas do Paraná e do Paraguai.....

Quinto. Consta do “TERMO DE INAUGURAÇÃO DO MARCO DE LIMITES RECONSTRUÍDO NA CONFLUÊNCIA DO ESTRELA:

.....Este marco está em território brasileiro e assinala a *terminação da linha divisória* que, partindo da foz do Rio

Apa, segue pelo seu álveo até este ponto e o princípio da que em virtude do Protocolo, assinado em Assunção aos sete dias do mês de Janeiro de mil oitocentos e setenta e quatro, segue pelo álveo do braço sul do mesmo Apa, vulgarmente denominado arroio Estrela, até a sua principal vertente na serra de Amambaí onde já foi reconstruído outro marco idêntico pela atual Comissão Mixta.....

Sexto. Consta do “TERMO DE INAUGURAÇÃO DO MARCO RECONSTRUÍDO NO POTRERO JULIO”:

.....Foi inaugurado o Marco Grande reconstruído no mesmo local em que estava um outro e que está colocado no alto da Cordilheira de Amambaí *assinando um ponto da divisória* que vem da vertente principal do Estrêla, onde foi reconstruído outro marco, seguindo pelo alto da mesma cordilheira até o marco da Cabeceira de Iguatemi, onde começa a serra de Maracajú.....

Sétimo. Consta do “TERMO DO INAUGURAÇÃO DO MARCO DE LIMITES DA NASCENTE PRINCIPAL DO IGATEMI”:

.....Este marco assinala a extremidade da *linha de limites* que vem pelo divisor das águas da Cordilheira do Amambay, desde o Marco da Cabeceira principal do Estrêlla, o início da que segue também pelo divisor de águas da Serra de Maracajú, passando pelo Marco do Ibicuhy, para terminar no Salto Grande das Sete Quedas”.

.....

Oitavo. Consta do “TERMO DE INAUGURAÇÃO DO MARCO DE LIMITES ENTRE AS CABECEIRAS DO IBICUÍ E DO ITANARÃ”:

.....
 foi inaugurado o Marco de Limites, construído em 1934, neste lugar onde existia um outro levantado pela Comissão Executora do Tratado de nove de janeiro de mil oitocentos e setenta e dois.....

Nono. Além desses marcos, considerados especiais ou de primeira ordem, a Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira construiu em Ponta Porã-Pedro Juan Caballero um “Marco Grande”, que constitui o início da caracterização da linha divisória entre as duas localidades. Suas coordenadas geográficas foram determinadas e constam de ata.

A caracterização da divisória entre Ponta Porã-Pedro Juan Caballero, Sanga Puitã-Zanja Pytá, Nhu Verá--Capitán Bado e Ipê Hum-Ypejhu, obedeceu a um “acordo condicional” (DESLINDES) firmado pelos Primeiros Comissários e aprovado pelos dois Governos.

Ocorrera que, nos citados pontos da fronteira – localidades geminadas, dispostas aos pares, a divisória via de regra correspondendo ao meio de uma rua ou avenida – as respectivas populações, quer brasileiras, quer paraguaias, se haviam instalado sem atender sempre à linha da Demarcação, criando uma “linha convencional”, respeitada por ambos os países.

Em vista disso, os Primeiros Comissários tomaram a iniciativa de firmar aquele acordo, pelo qual, como

melhor solução, a linha delimitadora dos dois países se adaptaria àquelas alterações.

Daí se infere que, havendo comum conveniência, dois Estados, por mútuo acordo, acham-se livres de executar no terreno – seja numa demarcação, seja numa caracterização – acertos de áreas. O que, aliás, não é novo nem foi originalmente criado pela “Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai”, mas costumeiramente se faz.

Improcede, assim, a referência (§ 7) a tais acertos de áreas, “deslindes” como argumento contra a demarcação de 1872-1874.

Décimo. Pela Ata da Décima Segunda Conferência, de 20 de junho de 1940, a fronteira terrestre entre o Brasil e o Paraguai foi dividida nos seguintes setores:

1º Setor – *Desde o marco de primeira ordem da nascente principal do Estrela, até o marco especial de Ponta Porã-Pedro Juan Caballero (esta modificação consta da Ata da 13ª Conferência).*

2º Setor – *Desde este último marco, até o marco de primeira ordem da nascente principal do Igatemy.*

3º Setor – *Desde este último marco, até o marco de primeira ordem da nascente principal do Ibicuí.*

4º Setor – *Desde este último marco até o Salto Grande das Sete Quedas.*

É importante salientar que os pontos extremos dos quatro setores têm suas posições perfeitamente definidas por coordenadas que constam de ata. Com exceção do “Marco Monumental”, de Ponta Porã-Pedro Juan Caballero, cuja colocação decorreu de sua

característica de marco urbano, as coordenadas desses pontos, definidores dos quatro setores em que foi dividida a fronteira terrestre entre o Brasil e o Paraguai, constam das atas da Demarcação, de 1872/1874. *Décimo Primeiro.* Os demais marcos levantados pela atual Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira foram apenas “marcos de segunda ordem” e “marcos de segunda ordem especial” (urbanos) todos eles “intermédios” ou “de fronteira”, ou, enfim, “marcos de caracterização da linha”. Todos eles tiveram suas localizações subordinadas às posições dos “marcos de limites”, ou de “primeira ordem”.

A atual Comissão Mista não colocou nenhum MARCO DE PRIMEIRA ORDEM (ou “de LIMITES”) na fronteira seca já demarcada em 1872-1874.

Décimo Segundo. Diz ainda o Artigo 10 do Protocolo de Instruções:

DE MODO QUE CADA TRECHO DA LINHA
DIVISÓRIA FIQUE DEFINIDO POR UMA POLIGONAL
RETILÍNEA, CARACTERIZADOS SEUS VÉRTICES
PELOS MARCOS EXISTENTES E PELOS QUE FOREM
CONSTRUÍDOS [...]

Está consignado na Ata da Décima Quinta Conferência, de 29 de maio de 1945, o ato de inauguração de quatrocentos e dezessete marcos do tipo de “segunda ordem” e de trinta e um marcos do tipo de “segunda ordem especial” que constituem os vértices da poligonal retilínea.

A posição de todos esses marcos está amarrada à posição dos reconstruídos no local dos antigos, bem

como à do Marco monumental de Ponta Porã-Pedro Juan Caballero.

Verifica-se, nas outras atas referentes à inauguração de “marcos intermédios” ou de “segunda ordem”, que o desenvolvimento da poligonal ficou sempre subordinado a essas mesmas exigências.

52. Vossa Excelência pergunta:

Con qué objeto los delegados paraguayos y brasileños ante la Comision Mixta, durante las campañas de 1962 y 1963 midieron las cotas de más de 10.000 puntos ubicados en dichos 20 kilómetros, para levantar cartas, proyectar hitos, y plantar hitos de límites, si es que el gobierno del Brasil afirma que dicho trecho ya está demarcado?

53. Respondo que, pelo Artigo 10 do Protocolo de 1930, a atual Comissão Mista deverá construir marcos intermédios e intervisíveis – “novos marcos caracterizadores”.

54. Para o Governo do Brasil, Senhor Ministro, o objetivo com que os delegados paraguaios e brasileiros junto à Comissão Mista, durante as campanhas de 1962 e 1963, mediram as cotas de mais de 10.000 pontos situados nos últimos 20 quilômetros, para levantar cartas, foi de “*natureza meramente topográfica*”, conforme consta da ata da 25ª Conferência, de 20 de novembro de 1961.

55. Todo esse dispendioso e complexo levantamento topográfico foi realizado, tão somente, em respeito à cordialidade que os representantes do meu Governo têm desejado manter com os representantes do Governo paraguaio, – embora considerassem dispensável o referido levantamento para os trabalhos de caracterização de uma fronteira seca cujo ponto mais oriental está diante da 5ª Queda – e o foi em decorrência, segundo se verifica em ata, de uma proposta do primeiro comissário paraguaio, motivada por determinação de Vossa Excelência.

56. O Governo brasileiro vê a utilidade de ordenar-se a matéria, evitando que imprecisões de palavras ou aspectos semânticos possam criar confusão, no tocante aos termos “demarcação” e “demarcar”.

57. Vossa Excelência já terá podido compreender que, quando no § 3 de minha nota nº 310 se declara que o meu Governo “considera *inteiramente demarcado* o trecho da fronteira comum que se estende desde o marco do Ibicuí até o Salto Grande das Sete Quedas”, o que se afirma é o valor da DEMARCAÇÃO de 1872-74 – como fixação definitiva da linha de limites, de acordo com o Tratado de 1872.

58. Nos dicionários as palavras “demarcação” e “demarcar” cobrem faixa mais ou menos larga de significados. Mas, quando se assina um ajuste de limites – e foi o caso do Tratado de 1872 – cria-se uma Comissão Mista, para o fim específico de transportar para o terreno a linha estipulada. Fixa-se a divisória, a demarcação executa o tratado. É uma operação definitiva, de valor jurídico e alcance político, com efeitos permanentes. Uma tal demarcação, uma vez aprovada pelos dois países, com efeitos permanentes. Uma tal demarcação, uma vez aprovada pelos dois países, não mais poderá ser cancelada unilateralmente. Plantam-se os *marcos principais*, ou de 1ª ordem, assinalando-se os *pontos notáveis*, e que não deixam dúvida quanto à raia que extrema os dois países. Tais pontos são descritos nas Atas, nas quais se consignam e registram suas coordenadas geográficas, e exarados nas Plantas e Cartas. Isto se chama *demarcar*.

59. Se bem que o ideal ou desejável, no assinalamento, seja a completa concretização da linha de limite, mediante marcos intervisíveis, nunca houve a necessidade de fazê-la de imediato – principalmente nas extensas fronteiras de nossos países americanos – por dispendiosa, árdua e não urgente.

Somente, com o tempo, quando o povoamento aumenta ou começa, passa-se então a melhor *caracterizar* ou *densificar* a linha já anteriormente demarcada, mediante a implantação de *marcos intermédios secundários*. Pouco importa que a isso se chame também, comumente, “demarcar”. Tanto mais que, quando empregado nos textos dos convênios e tratados, o termo não deixa margem a dúvida.

60. Todavia, não ignoramos, Vossa Excelência e eu, que – por útil e relevante tarefa que seja – o cometido pelo Protocolo de Instruções à Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai (colocação de marcos intermediários intervisíveis) contém-se na definição de sua finalidade, puramente prática: decorrente da conveniência de que todos, no local, possam imediatamente enxergar e saber, de viva vista, onde o chão de um país confrontante começa e o do outro termina. Ela não pode ter a veleidade – que o Protocolo, expressamente, *impede* – de alterar a demarcação, a cujo traçado tem de cingir-se. É um mero remate material, um aperfeiçoamento quantitativo. Se a isso, de maneira genérica e imprecisa, superficialmente, às vezes abusivamente, se chama também de “demarcação”, sabemos que a palavra que exata e propriamente se lhe aplica é a de “*caracterização*”.

61. A nota nº 712 dedica longas páginas a citações avulsas das atas da atual Comissão Mista de Limites (Demarcação) e de Caracterização, querendo fazer acreditar que a Comissão Mista teria mudado radicalmente as finalidades, que lhe atribuíram o Tratado de 1927 e o Protocolo de Instruções de 1930, tornando-se, também, uma *comissão demarcadora*, e não apenas *caracterizadora*, da fronteira do Tratado de 1872, já *demarcada* em 1872-74.

62. O emprego eventual, em forma genérica ou imprecisa, dos termos “demarcação” ou “demarcado”, em atas da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, não

pode ter força modificadora nem efeito derogatório do Tratado e do Protocolo de Instruções, que a criaram.

63. Põe a nota de Vossa Excelência (§ 8) ênfase, para concluir pela inexistência da demarcação, no fato de ter a atual Comissão Mista colocado *numerosos* marcos, sendo 341 na região em causa.

64. Não é a maior ou menor proximidade dos marcos que constitui uma demarcação; maior proximidade, e, pois, acréscimo, dos marcos, virão com o tempo em trabalho de melhor caracterização da fronteira já demarcada.

65. A colocação de marcos intermediários cada vez mais próximos uns dos outros – a sua própria intervisibilidade – é critério mais recente, das demarcações dos últimos cinquenta anos, desnecessário em 1872-74, imposto hodiernamente pelo desenvolvimento da vida nas regiões fronteiriças.

66. Eis o que diz um grande especialista na matéria, Stephen B. Jones, em obra clássica (*Bounding Making*, Washington, 1945):

Unless the boundary is clearly marked in nature or is in uninhabited or inaccessible country, it is desirable that monuments be intervisible. Intervisibility of monuments was stipulated in the Paris treaties and in many other treaties.

67. Tal critério aparece, com ênfase, nos Tratados de Paz de Paris, 1919-1923, em especial no de Saint Germain; já valera nos acordos da Comissão Demarcadora da Bolívia com o Peru, 1913, e do Canadá-Estados Unidos sobre o meridiano 141 do oceano Ártico ao morro St. Elias, 1907-1913; sobretudo nos trabalhos de após a Primeira Grande Guerra.

68. O fato de existir *grandes distâncias* entre os *marcos* era comum nas antigas demarcações, sobretudo em regiões desabitadas. Assim Stone informa que na primitiva demarcação

terrestre entre o México e os Estados Unidos, anterior a 1891, havia intervalos, numa seção de cerca de 100 milhas, noutra, de 80, e, com frequência, de 10, 15 e 20 milhas.

69. Nada de estranhar, pois, que do Marco de Ibicuí à 5ª Queda houvesse uma distância de cerca de 135 km sem marcos intermediários. Aliás, nas Instruções para a Comissão Mista Demarcadora dos Limites dos dois Países, há referências precisas a poucos marcos, deixando-os, assim, e se julgados necessários, ao critério da Comissão.

70. A Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai já colocou, no 4º Setor da fronteira seca, isto é, a partir do marco do Ibicuí, 341 marcos. Mas, ao executar esse serviço, cumpre ela apenas o que o Protocolo de Instruções lhe encomendou: a função de CARACTERIZAÇÃO – de esclarecer melhor, visualmente, mais nitidamente precisar a linha de limites, mediante a implantação de marcos, intermédios e intervisíveis, entre os *já existentes*.

71. Agora, que a fronteira passa a ser uma fronteira viva, convém caracterizá-la compactamente, por meio desses intermediários, que o Protocolo chama de “*marcos caracterizadores*”, e daí o alto número dos mesmos, a colocarem-se – de acordo com o rumo, os dados astronômicos, a Picada (“o Picadão”) e o traçado na cartografia de 1872-74 – entre o MARCO DO IBICUÍ e o *outro ponto*, terminal, *frente* à 5ª QUEDA.

72. Esse ponto não precisou de marco artificial, pois era baliza natural e imutável, segundo foi acordado, expressamente, pelos Comissários demarcadores de 1872 a 1874. E é, aliás, princípio corrente, em Direito Internacional, a desnecessidade da colocação de marcos, quando os mesmos podem ser supridos por acidentes geográficos manifestos, prescindindo-se assim de outra qualquer materialização.

73. E, assim, não procede também a afirmação da nota de Vossa Excelência (§ 8) de que não se podem colocar marcos intermediários entre marcos que não existem.

74. Existiam, segundo se viu, no trecho, em causa, da serra de Maracaju, o marco do Ibicuí, já reconstruído, e o marco natural, baliza natural e imutável e ponto terminal da linha OESTE-ESTE, frente à 5ª Queda do Salto das 7 Quedas.

75. Acerca do Salto, constato que Vossa Excelência considera o seguinte:

- “a ideia do Salto como *marco gigantesco* tem fundas raízes nas histórias comuns”;

- “o Salto foi considerado por Loizaga e Cotegipe como um *imenso marco natural*”;

- “o *grande marco* foi contemplado por negociadores e demarcadores como um conjunto ou unidade hidrográfica”.

76. Depreende-se dessas afirmações que o Salto Grande das Sete Quedas já era considerado marco de limite, entre os dois países, antes do estabelecimento do TRATADO DE 1872, foi considerado um *marco natural* pelos antigos demarcadores e também é, por Vossa Excelência, considerado um *grande marco*.

77. Vossa Excelência reconhece, por conseguinte, que a fronteira do Brasil com o Paraguai, no Salto das Sete Quedas, já está nitidamente demarcada com um “imenso marco natural” ou com um “*grande marco*”, que é o próprio Salto.

78. Todavia, Senhor Ministro, convém advertir que, qualquer que seja a dimensão de um “marco de limite”, ele só determina *um ponto* da linha divisória, e esse ponto, dessa linha imaginária – que

por ser linha só tem uma dimensão – tem que ser definido por meio de coordenadas geográficas que devem constar de ata.

79. Pelo exame da documentação oficial da época, verifica-se que, tanto as partes contratantes do TRATADO DE LIMITES DE 1872 como os próprios Comissários executores do mesmo tratado, manifestaram duas ideias distintas e bem características ao se referirem ao Salto das Sete Quedas:

- consideraram, realmente, o Salto Grande das Sete Quedas um *marco natural*;

- ao se referirem ao *limite* que devia ser estabelecido no terreno, ou que estava sendo demarcado, fizeram sempre referência ao Salto Grande das Sete Quedas como *um ponto determinado*, tal qual se pode verificar pelo exame dos documentos oficiais.

80. O Tratado de Limites de 1872, no seu Artigo 1º, estabeleceu que:

O território do Império do Brazil divide-se com o da Republica do Paraguay pelo álveo do rio Paraná desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguassú até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná;

Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da terra de Maracajú até onde ela finda;

D'ahi segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a serra de Amanbahy;

Prossegue pelo mais alto desta Serra até á nascente principal do rio Apa, e baixa pelo álveo deste até sua foz na margem oriental do rio Paraguay;

Todas as vertentes que correm para Norte e Leste pertencem ao Brazil e as que correm para Sul e Oeste pertencem ao Paraguay;

A Ilha do Fecho dos Morros é domínio do Brazil.

81. Pelo exame do texto do referido artigo conclui-se que o *ponto de intersecção* da linha divisória que segue pelo álveo do rio Paraná, com a linha divisória que vai seguindo pelo alto da serra de Maracaju *está no* Salto Grande das Sete Quedas.

82. Consta da *Ata da 11ª Conferência* que, no dia 30 de março de 1874:

se reuniu neste lugar à margem direita do Paraná e em frente ao Salto das Sete Quedas a comissão mista demarcadora dos limites dos dois países

.....

Foi declarado pelos Srs. comissários que o fim desta reunião era autenticar-se a chegada da comissão mista neste lugar, extremo da linha Oeste-Leste, que partindo do marco do Ibicuhy, vem pelo alto da serra de Maracajú até este Salto.

De acordo com as instruções dos mesmos Srs. comissários não se coloca marco neste ponto por ser o Salto das Sete Quedas baliza natural e imutável.

A posição geográfica do Salto e a descrição da linha pela serra de Maracajú serão consignadas na conferência em

que forem apresentadas as plantas que vão ser postas à limpo.

.....

83. Assim, verifica-se pela Ata da 11^a Conferência que:

- o Salto foi considerado pelos comissários demarcadores uma baliza natural e imutável;
- o extremo da linha oeste-leste (que só pode ser um ponto) ficou situado em frente ao Salto das Sete Quedas;
- ficou decidido constar de ata a *posição geográfica* do Salto.

84. Lê-se na *Ata da 16^a Conferência*, de 19 de outubro de 1874, que:

nestas plantas [da serra de Maracaju] está representada por um traço contínuo de tinta encarnada a linha de limites dos dois países. Esta linha, traçada pelo mais alto da serra, parte do marco colocado junto à vertente principal do Iгатemi e [...] Do marco do Ibicuhy segue a linha divisória [...] neste último rumo chega à 5^a e mais importante das Sete Quedas, que são formadas pelo encontro da serra com o rio Paraná, havendo em frente uma pequena ilha.

85. De acordo com o texto da Ata da 17^a Conferência, de 20 de outubro de 1874:

nestas plantas [do rio Paraná] a linha de limites, representada por um traço contínuo de tinta encarnada, *parte do Salto das Sete Quedas e vae pelo canal principal*

do rio Paraná até a boca do rio Iguassú ou Coritiba, ao rumo geral de 9° 30' S.O., e distância de 173 Kilômetros.

A partir do Salto das Sete Quedas a linha tem o rumo geral de 32°21' S.O., até uma pequena ilha na distância de 12 Kil. Esta ilha fica sendo do domínio paraguaio. Dessa ilha a linha toma o rumo geral de 9° S.O. até à segunda ilha distante 152,2 Kil. da primeira. Esta segunda ilha, denominada de Santa Maria, fica pertencendo ao Brasil. Da ilha de Santa Maria até a Barra do Iguassú a linha de limites tem o rumo geral de 1° 45'S.E. em 9,5 Kil, de extensão.

A foz do Iguassú é o extremo Sul da linha divisória dos dois países no rio Paraná.

A posição geográfica do Salto das Sete Quedas é latitude 24° 3' 31", 42 Sul; longitude 11° 6' 0", 30; a declinação da agulha é de 5° 36' 15" Nordeste.

A foz do Iguassú está na latitude Sul de 26° 35' 28", 11, e longitude de 11° 22' 50", 40 sendo a declinação da agulha de 6° 34' 15" Nordeste.

.....

Depois de mandar-se consignar em acta a descrição, acima transcrita, desta parte da linha de limites e a *posição geográfica dos dois pontos que a compreendem*, foi encerrada esta conferencia, lavrando-se em duplicata a presente acta que depois de lida e aprovada foi assignada por toda a comissão mista.

86. Verifica-se, ainda, pelo texto das Atas da 16ª e da 17ª Conferências de 1874 que:

– o *extremo oriental da linha de limites* que corre pelo alto da serra de Maracaju é um ponto que se situa na margem direita do rio Paraná e defronte da 5ª e mais importante das Sete Quedas. Este ponto, extremo oriental da “*linha seca*”, está perfeitamente definido: por suas coordenadas geográficas referidas à cartografia da época; por sua distância de três pontos notáveis da fronteira comum (marco do Ibicuí; boca do Iguaçu, no Paraná; e ilha paraguaia situada a 12 quilômetros); pela descrição do limite leste-oeste contido na Ata da 16ª Conferência; pelas plantas da Serra de Maracaju.

– a “*linha de limites dos dois países*”, após deslocar-se pelo alto da serra de Maracaju, chega à 5ª e mais importante das Sete Quedas;

– a *linha de limites norte-sul* que segue pelo canal principal do rio Paraná se estende desde a boca do Iguaçu até o Salto Grande das Sete Quedas.

87. E da análise das Atas da 16ª e 17ª Conferência pode-se concluir o seguinte:

– o *ponto de interseção* do limite norte-sul “que segue pelo canal principal do rio Paraná” com a “*linha de limites dos dois países*” que vai ter à 5ª e mais importante das Sete Quedas, é um *ponto imaginário* que se situa no canal principal do rio Paraná e defronte da 5ª queda (convém observar que a “boca do Iguaçu, no Paraná”, a “foz do Apa, no Paraguai” e os demais pontos que estabelecem a demarcação naqueles

trechos da fronteira do Brasil com o Paraguai também foram definidos por pontos imaginários);

– o *ponto extremo oriental da “linha seca”* ou do limite leste-oeste que, como já vimos, corre pelo alto da serra de Maracaju, está bem definido e se situa na barranca da margem direita do rio Paraná, defronte da 5ª e mais importante das Sete Quedas;

– esse *ponto extremo oriental da linha seca* leste-oeste e o referido ponto imaginário, que define a interseção do limite norte-sul com a linha de limites que vai ter à 5ª queda, *determinam um segmento de reta*. A interseção desse segmento de reta com a margem direita do rio Paraná define perfeitamente o *ponto de ligação* da “linha seca” com a “linha úmida”.

88. A Ata da 16ª Conferência de 1874 salienta que “os pequenos detalhes da linha e particularidades da zona que a contém são consignados nas plantas”. As plantas da serra de Maracaju mostram, por exemplo, o ponto de interseção do limite norte-sul com o limite leste-oeste; o ponto de ligação do Salto das Sete Quedas com a linha que segue pelo alto da serra de Maracaju; o ponto em que a Comissão acampou e se reuniu durante a 11ª Conferência; e consignam as coordenadas do “Salto das Sete Quedas”.

89. Vossa Excelência afirma:

Os dois ilustres Primeiros Comissários Ortiz e Galvão, ao chegar a 30 de março de 1874 ao Paraná, de nenhum modo se referiram à 5ª queda.

90. Esclareço a Vossa Excelência que a 30 de março os ilustres Primeiros Comissários não poderiam referir-se à 5ª Queda pelo simples fato de o reconhecimento do Salto Grande das Sete Quedas só ter sido realizado no mês de abril, conforme se verifica

pelos relatórios dos demarcadores. Assim, segundo a “Memória” de Ortiz:

El día 12 de abril terminóse el observatorio astronómico, y procedimos a um minucioso reconocimiento de toda la extensión del rio ocupado por el Salto de Guairá, comenzando a levantar la planta de las orillas del Paraná en dichos lugares. Contamos siete Saltos principales por el costado izquierdo y tres por el lado derecho, de los que se levantan espesas neblinas por la pulverización de las aguas.

91. Todavía, já na Ata da 16^a Conferência, de 19 de outubro de 1874, há a referência à 5^a e mais importante das Sete Quedas.

92. Improcedem, assim, as afirmações da Nota de Vossa Excelência, especialmente as contidas nos §§ 13 e 15, de não estar demarcado o trecho da serra de Maracaju junto ao Salto das Sete Quedas.

93. No campo jurídico também não prosperam as asseverações da nota de Vossa Excelência, § 14, com citações de vários internacionalistas.

94. Assim, quando tais citações afiançam que os tratados devam ser fielmente cumpridos, aplicam-se, de modo cabal, à atitude do Governo do Paraguai, que está *negando cumprimento* ao Protocolo de 1930, ao Tratado de 1927, e aos atos anteriores que o Governo do Paraguai ratificou: a Demarcação de 1872-74 e o Tratado de 1872.

95. E a atual Comissão Mista estaria negando cumprimento ao ato internacional que a criou, e aos anteriores que esse ato ratificou, se se afastasse da Demarcação de 1872-74, como pretende o Governo do Paraguai.

96. Ignorando os termos e expressões, categóricos, do Tratado de 1927 e do Protocolo de 1930, passa a nota nº 712 a defender duas teses que de ambos discrepam, sintetizadas no § 13, *in fine*: a) não se terminou a demarcação dos limites Sofrível, apesar de um pouco arrevesado, dados no Tratado de 1872, a qual se acha *incompleta* e em execução; b) seria nula e sem valor a demarcação que se afastasse do Tratado de 1872.

97. Deseja, assim, em realidade, que a atual Comissão Mista proceda a uma *nova demarcação da fronteira em causa* – o que seria a violação total do pactuado no Tratado de 1927 e no Protocolo de 1930.

98. E o Governo do Brasil não poderia reabrir o problema dos limites – e da respectiva demarcação – sem violar, também, aqueles atos internacionais.

99. Segundo é *pacífico em direito internacional, a demarcação feita pela Comissão Mista e aprovada pelos Governos respectivos é definitiva e imodificável, a não ser mediante novo e muito acordo entre os mesmos.*

100. A aprovação dos trabalhos da Comissão Mista Demarcadora pode ser prévia ou *a posteriori*, e, no presente caso, assumiu estas duas formas.

101. Assim, foi prévia quando o Tratado de 1872, criando a Comissão Mista para o executar, dispôs (Artigo 2º) que:

três meses ao mais tardar contados da troca das ratificações do presente tratado, as altas partes contratantes nomearão comissários, que, de comum acordo e no mais breve prazo possível, *procederão à demarcação da linha divisória onde for necessário* e de conformidade com o que fica estipulado no artigo precedente.

102. Davam-se aí aos comissários poderes amplos para a demarcação, que se tornava *definitiva*, se estivessem de comum acordo. Nem se falou em posterior aprovação pelos respectivos Governos; o que, porém, se fez, a propósito dos trabalhos da nova e atual comissão, para a parte referente à demarcação da foz do rio Apa ao desaguadouro da Baía Negra (Arts. 16 e 17 do Protocolo de 1930).

103. A aprovação posterior foi dada pelos dois Governos na observância da demarcação de 1872-4 por dezenas e dezenas de anos, e afinal, confirmada expressamente, no Tratado de 1927 e no Protocolo de 1930.

104. Aliás, *o princípio jurídico básico é que o regulador geral, no assunto, é a vontade dos Estados, expressa ou tácita*, que pode até no Tratado dar caráter principal ou definitivo aos trabalhos da Comissão mista que ele criou – como fez o Tratado de 1872, nos Artigos 2º e 3º, com a Comissão demarcadora de 1872.

105. Quer-nos às vezes parecer, Senhor Ministro, que o Governo paraguaio, quando considera ou menciona o TRATADO DE LIMITES DE 1872, toma-o como consistindo tão só de seu Artigo 1º. Creio, sinceramente, que os atuais equívocos se desfariam caso se atentasse, não menos, na exaçaõ das demais cláusulas, em todas as suas próprias, rigorosas estipulações e previsões.

106. Em virtude delas, e por sua determinação expressa, as Atas e documentos cartográficos da demarcação, feita, prolongam o Tratado e, tanto quanto este obrigatórios, a ele se incorporam.

107. A demarcação de 1872-74 fez-se com escrupulosidade e exatidão, obedecendo fielmente à definição de limites contida no Artigo 1º do Tratado de 1872 e cumprindo-o com rigor, por meio de todos os recursos técnicos de que se dispunha na época. Ora, é a todas as luzes notório – e o Governo brasileiro firmemente assim entende e defende – que às demarcações não cabe permanecerem

indefinidamente abiertas a modificaciones ulteriores com base científica, visando, ainda quando em modo inquestionado, a um mais exigente ou metuculoso critério de precisão.

108. E eis o que a respeito traz MORENO QUINTANA no *Tratado de Derecho Internacional*:

Para adquirir estabilidad y permanencia, requiere el limite ser fijado sobre el terreno, esto es materializado por la demarcación.¹ Esta importa la realización de una serie de operaciones técnicas que efectúan peritos especializados. Suelen designarse al efecto, por parte de los países interesados, comisiones mixtas que realizan una labor conjunta.

La colocación de marcas o señales que se hayan adoptado se hace merced a procedimientos científicos. De este modo son puestos en su debido lugar o construidos hitos o mojones, bareras, fosos, boyas y balizas. Una acta especial que se labra al efecto, para dejar aclarada la operación, indica con la precisión posible el lugar exacto. Dicha acta hace, además, plena fe si se trata de volver a colocar una señal o marca destruida o desaparecida. Casos hay, naturalmente, en que la naturaleza del propio accidente geográfico exime de toda demarción. Es cuando el límite se manifiesta de por sí como sucede con las alta cumbres de las montañas, la línea divisoria en rios o estrechos, etc.² (1, ps. 333/4).

1 Sentó la CIJ en su fallo sobre el templo de Préah Vihéar (15/6/1962): "De una manera general cuando dos países definen entre ellos una frontera, uno de sus principales objetivos es llegar a una solución estable y definitiva. Ello es imposible si el tratado así establecido pudiera ser objeto de discusión en cualquier momento, sobre la base de una tramitación constantemente abierta, y si la rectificación pudiera ser solicitada cada vez que se descubre una inexactitud con relación a una disposición del tratado de base. Procedimiento semejante podría proseguirse indefinidamente y no se llegaría nunca a una solución definitiva mientras fuese posible descubrir errores. La frontera, lejos de ser estable, sería completamente precaria" (v. Recueil, etc. cit., 1962, p. 34).

2 La CIJ, en su referido fallo, comprobó (15/6/1962): "Hay que preguntarse por que las partes en la

109. Destarte, Moreno Quintana, e a Corte Internacional de Justiça da Haia nos trechos por ele citados, confirmam a influência decisiva das atas e plantas das Comissões, e, sobretudo, se tais Comissões forem previstas pelas partes no Tratado de Limites, recorrendo, assim, “*a las delimitaciones y a los trazados cartograficos*”.

110. No caso decidido pela Corte, do Templo de Préah Vihéar, entre o Camboja e a Tailândia, onde se afirmaram esse conceitos, pôde a eminente professora Suzanne Bastid chegar à seguinte conclusão: “*l’interprétation de l’ensemble conventionnel constitué par le traité de 1904 et par la carte conduit à faire prédominer la carte*” (Recueil citado, 107/477).

111. Considere-se, agora, simplesmente *ad argumentandum* pois a Demarcação de 1872-74 é definitiva – a objeção da nota de Vossa Excelência, de que a referida demarcação, quando localizou o ponto terminal da linha oeste-leste frente à 5ª Queda, ter-se-ia afastado dos termos do art. 1º do Tratado de 1872, fugindo da expressão ali usada: “pelo mais alto da Serra de Maracaju”.

112. Pretende a nota nº 712 que, para chegar ao Salto, de-
ver-se-ia tomar *uma linha mais ao norte* (diversa completamente da que foi seguida pelos demarcadores de 1872/74, referida nas Atas e representada em Carta e Plantas pela linha encarnada) que teria como ponto terminal um ponto acima da 1ª Queda, ou seja, cerca de 2 quilômetros ao norte do verdadeiro ponto terminal, na 5ª Queda.

presente instancia han previsto una delimitación, en vez de limitarse a la disposición convencional prescribiendo que, en la region, la frontera sería la línea de partición de las aguas. Existen tratados que se limitan a referirse a la línea de partición de las aguas o a la línea de cumbres, sin prever además una delimitación. Las partes actualmente en causa deben haber tenido una razón para adoptar esta medida suplementaria. La sola razón posible es que ellas consideraban la mención de la línea de partición de las aguas como en si misma insuficiente para obtener un resultado exacto y definitivo. Es precisamente para lograr tal propósito eu se recurre a las demitaciones y a los trazados cartográficos.” (v. Recueil, etc., cit., 1962, p. 34).

113. Tal pretensão contraria fundamentalmente o Tratado, que coloca como ponto de referência o “Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná”; e, assim, não seria possível admitir-se a localização de um tal ponto acima do Salto, como, também, não se admitiria localizá-lo abaixo daquele Salto Grande, onde, aliás, termina a massa principal da serra. Daí, o acerto dos demarcadores de 1872-74 ao seguirem um esporão dessa massa principal – que de fato vem ter ao Salto.

114. E, para *ajustar* a letra do Tratado à infundada pretensão do seu Governo, Vossa Excelência altera o conceito do termo *salto*, contrariando: o tradicional significado de salto ou queda; a inteligência que tinham as partes contratantes desse tipo de acidente; o atual sentido geomorfológico de salto ou queda e o sentido próprio e usual do termo.

115. De acordo com as *Instruções do Governo Paraguaião ao seu Comissário*:

la comisión tendrá especial cuidado de observar cuando vayan alcanzando a la frontera de la Villa de San Izidro (Curuguay) donde la Sierra de Mbaracayú se abre en *dos ramales* paralelamente buscando el Paraná al Este, siendo el del Norte el que debrá seguir para ir a buscar el Salto Grande, porque el otro ramal del Sur se dirige mucho mas abajo de dicho salto.

116. Verifica-se pelas *Instruções do Governo Imperial ao seu Comissário* que:

naquelle Passo (Ibicuí) começa a serra a dividir-se em dous ramaes, que se estendem parallelamente para Leste, formando o valle por onde corre o rio Igurey. A Comissão Mixta seguirá pelo *ramal do Norte* até o rio Paraná, que o atravessa, produzindo o grande salto das Sete Quedas. Pela crista do mesmo

ramal corre a linha, que divide para o Norte o território do Brazil e para o Sul o do Paraguay.

117. O *ramal norte* da serra de Maracaju se desenvolve desde o passo do Ibicuí até o Salto Grande das Sete Quedas no sentido geral oeste-leste. É formado pelas rochas basálticas pertencentes ao grande derrame de eruptivas do sul do Brasil e dissecado pelos afluentes da margem direita do Iguatemi e pelos afluentes da margem esquerda do Pirati. As rochas eruptivas acham-se cortadas por uma série de fraturas que foram trabalhadas pelas águas do rio Paraná formando a série de canais e saltos que constituem o Salto Grande das Sete Quedas.

118. A cerca de 8 quilômetros do Salto Grande das Sete Quedas, a massa principal do *ramal norte* da serra de Maracaju apresenta uma nítida bifurcação:

– a *ramificação setentrional* dessa bifurcação, após um percurso de cerca de 7 quilômetros, na parte final do qual é atravessado por um banhado, vai-se projetar no rio Paraná, bem acima do Salto Grande das Sete Quedas;

– a *ramificação meridional* vai desenvolver-se quase paralelamente ao canal principal do Paraná e, após um percurso de cerca de 10 quilômetros, na parte final do qual também é atravessada (já abaixo da 5ª Queda) por um banhado, termina no ângulo formado pelos rios Pirati e Paraná e, por conseguinte, já bem abaixo das Sete Quedas.

119. Verifica-se, pelo exame das dimensões dessas ramificações, que a *massa principal da serra* está na ramificação meridional. Por isso, segundo admite o meu Governo, aquela ramificação setentrional que Vossa Excelência passou a chamar de “ramal norte” é, em realidade, um *contraforte* da outra ramificação.

120. Além disso, é essa massa principal da serra, cujos basaltos já afloram junto às barrancas do rio Paraná, que vai ter suas rochas

rasgadas pelo mesmo rio na formação das quedas do importante salto.

121. Por conseguinte, Senhor Ministro, mesmo que os trabalhos de demarcação da serra de Maracaju não tivessem terminado defronte da 5ª Queda, e em que pese às maiores cotas de diversos pontos do contraforte setentrional que Vossa Excelência denomina de “ramal norte”, o limite do Brasil com o Paraguai – que, de acordo com o TRATADO DE 1872, “do Salto Grande das Sete Quedas continua pelo mais alto da serra de Maracaju até onde ela finda” – não poderia, em absoluto, seguir pelo alto do contraforte que Vossa Excelência denomina de “ramal norte”, pelos seguintes motivos:

Primeiro. O contraforte – “ramal norte” para Vossa Excelência – antes de chegar ao rio Paraná é interceptado por um banhado, contrariando, dessa forma, a ideia de “linha seca”.

Segundo. O contraforte – “ramal norte” para Vossa Excelência – vai projetar-se no rio Paraná acima do Salto Grande de Sete Quedas, o que contraria a letra e o espírito do TRATADO DE 1872.

Terceiro. O contraforte – “ramal norte” para Vossa Excelência – por se projetar no rio Paraná já na região do remanso, não é responsável pela formação das quedas. Como o trabalho de erosão é remontante, o rio tende a recuar os saltos, progressivamente, em direção montante. Por isso, uma elevação que concorra para a formação de determinadas quedas ou saltos pode-se encontrar a jusante dessas quedas ou na região das próprias quedas, mas nunca a montante das mesmas.

Quarto. O TRATADO DE 1872 determina que a linha divisória, depois do Salto das Sete Quedas, “continua pelo

mais alto da serra de Maracaju”. Portanto, “o *mais alto da serra de Maracaju*” deve ser procurado na massa principal da serra, e esta pode ser facilmente identificada por suas dimensões, por seu contato com o rio na formação das quedas e por sua articulação com a serra de Maracaju, que se estende na parte oriental do rio Paraná.

122. Vossa Excelência afirma que o limite deve ser estabelecido pelo “ramal norte” – *em realidade um nítido contraforte* – que se orienta em direção ao rio Paraná acima do Salto Grande das Sete Quedas, e, portanto, não é responsável pela formação das quedas; não está na massa principal da serra; nem, tampouco, constitui uma “linha sêca”, contrariando, por conseguinte, inteiramente, a letra e o espírito do TRATADO DE LIMITES DE 1872.

123. A linha de limites demarcada de 1872-1874 pelo alto da serra de Maracaju seguiu, na parte final do seu percurso, pelo dorso de um esporão da massa principal da serra, cujo prolongamento vem projetar-se bem na direção da 5ª Queda.

124. Essa linha de limite, demarcada por DOMINGO A. ORTIZ e RUFINO ENÉAS GUSTAVO GALVÃO, atendeu perfeitamente a letra e o espírito do TRATADO DE 1872, pelas seguintes razões:

- é de fato uma “linha sêca”;
- o ponto de ligação dessa “linha sêca” oeste-leste com o limite que segue pelo álveo do rio Paraná está no Salto Grande das Sete Quedas, como determina o TRATADO;
- corre pelos cumes da massa principal da serra de Maracaju;
- segue pelo divisor da serra, que, ao ser interceptado pelo rio Paraná, forma o Salto Grande das Sete Quedas.

125. Por conseguinte, a alto da serra de Maracaju, referido no Artigo Primeiro do TRATADO DE 1872, só pode ser o considerado por RUFINO ENÉAS GUSTAVO GALVÃO e por DOMINGO A. ORTIZ nos trabalhos de campo terminados em 1874.

126. Também, é preciso não olvidar que o Art. 1º do Tratado, após declarar, na sua segunda alínea, “pelo mais alto da serra de Maracaju”, determina, incisiva e genericamente, na quarta alínea, impondo, por igual, a observância do *divortium aquarum*: “Todas as vertentes que correm para o Norte e Leste pertencem ao Brasil, e as que correm para Sul e Oeste pertencem ao Paraguai”.

127. Essa imposição *condicionou e completou* as expressões anteriores do mesmo art. 1º: “pelo mais alto da Serra de Maracaju” (1ª alínea) e “pelos terrenos mais elevados a encontrar a serra Amambahy” (3ª alínea).

128. Os demarcadores de 1872-74, localizando o ponto terminal da linha oeste-leste no ponto diante da 5ª Queda, atenderam aos dois critérios constantes do Artigo 1º do Tratado, consideraram o “mais alto da serra de Maracaju” e “as vertentes que correm para Norte e Este” do lado do Brasil e “para Sul e Oeste” do lado do Paraguai.

129. O *critério único*, ora pretendido pelo Paraguai, de considerar, apenas, na alínea 1ª do Art. 1º, a determinação “pelo mais alto da Serra”, suprime e revoga, absurdamente, a imposição da alínea 4ª do mesmo artigo, que manda atender às vertentes, pois não as leva de maneira alguma em conta.

130. Isto, a despeito de ter o *próprio Governo do Paraguai*, nas “instruções” ao seu Comissário, baixadas em 22 de julho de 1872, determinado, precisa e mesmo enfaticamente:

Proseguirá por lo más alto de esta Sierra a buscar su termino, y encontrar la sierra de Mbaracayú, que del mismo modo continuará demarcandose por lo más alto de ella, hasta

llegar al rio Paraná en el Salto Grande de las Siete Cahidas: previniendose que en todo este trayecto no se omitirá levantar los marcos que señalen la línea divisoria con todas las circunstancias de los esclarecimientos necesarios para formar un juicio o idea cierta en vista de las actas y planos que formaren, con designación de todas las vertientes de agua que corren para el Norte y Léste y las del Oeste y Sud.

131. Acerca do prosseguimento dos trabalhos da atual Comissão Mista, apresentei a Vossa Excelência, em minha nota 310, uma proposta baseada em entendimentos já aprovados em ata e que consistiam essencialmente no seguinte: definir o ponto terminal da *linha seca* no Salto das Sete Quedas por meio do cotejo das plantas da serra de Maracaju.

132. A essa proposta, que decorreu de acordo estabelecido formalmente em ata pelos representantes do Brasil e do Paraguai junto à Comissão Mista, Vossa Excelência apresenta, oficialmente, em nome do seu Governo, uma contraproposta que consistiria, em síntese, no seguinte: que o representante do nosso Governo aprove o projeto de colocação de marcos feito *clandestinamente* – é o termo – no interior do território brasileiro, pelo delegado demarcador paraguaio, e construa, juntamente com o representante do Governo do seu Estado, os marcos que modificariam, em benefício do Paraguai, os limites já estabelecidos desde 1874.

133. Para Vossa Excelência, a Delegação brasileira teria deixado de comparecer à 26ª Conferência da Comissão Mista, ao perceber que a linha dada pelo Tratado de 1872 não seria a consignada nos documentos cartográficos da demarcação de 1872-74.

134. Creio ter já demonstrado, amplamente, a total improcedência dessas duas alegações, em parágrafos anteriores, particularmente nos de números 15, 121-125 e 97-98.

135. Aliás, os retardos nas reuniões, mediante repetidas esquivanças, foram, até hoje, vezo da Comissão paraguaia.

(EXEMPLO – as tergiversações quando para a reunião da 25ª Conferência:

A 5 de setembro de 1959, a Comissão paraguaia respondeu, aceitando.

A 5 de novembro de 1959, a Comissão brasileira propôs a data de 2 de dezembro.

A 26 de novembro de 1959, a Comissão paraguaia pediu adiamento, alegando pouco tempo para se preparar.

A 19 de dezembro de 1959, a Comissão brasileira concordou com o adiamento.

A 18 de abril de 1960, a Comissão brasileira propôs a data de 1º de maio.

A 25 de abril de 1960, a Comissão paraguaia pediu novo adiamento, alegando tempo curto para obtenção da verba para as despesas.

A 28 de abril de 1960, a Comissão brasileira propôs a data de 15 de junho.

A 4 de maio de 1960, a Comissão paraguaia respondeu não poder marcar data, e pediu que se aguardasse a nomeação de seu novo Chefe.

A 24 de maio de 1960, a Comissão paraguaia fez novo pedido de transferência de data.

A 10 de junho de 1960, a Comissão brasileira reiterou o convite para a Conferência.

A 27 de junho de 1960, a Comissão brasileira sugeriu a data de 15 de julho.

A 6 de julho de 1960, a Comissão paraguaia informou não poder viajar até o mês de agosto, por motivo de força maior.

A 10 de agosto de 1960, a Comissão brasileira propôs o mês de setembro.

A 2 de setembro de 1960, em ofício assinado pelo Subchefe, a Comissão paraguaia pediu que se aguardasse a chegada do seu Chefe, que se encontrava ausente.

A 2 de setembro de 1961, a Comissão paraguaia aceitou retomar contatos para a realização da conferência.

A 5 de outubro de 1961, a Comissão brasileira marcou a data de 5 de novembro.

A 25 de outubro de 1961, a Comissão brasileira pediu resposta ao seu ofício de 5 de outubro).

136. O Governo brasileiro, sempre desejoso de conduzir as suas relações com o Paraguai dentro do espírito de maior harmonia e cordialidade, estará, a qualquer tempo, de acordo em que normalmente prossigam os trabalhos da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira, desde que receba do Governo paraguaio a segurança de que concorda em que tais trabalhos sejam conduzidos estritamente segundo as instruções contidas no Protocolo de 1930, sem qualquer propósito de, por meios diretos ou indiretos, tentar alterar limites e demarcação já fixados em Atos Internacionais aprovados por ambos os Governos.

137. A porção de território brasileiro situada imediatamente ao norte da linha da demarcação de 1872-1874 compreende lotes de terras como os de “CORONEL RENATO”, “OURO VERDE”, “GAÚCHO” e outros, todos eles pertencentes a brasileiros, demarcados e com escrituras e plantas registradas em repartições oficiais do Brasil.

138. O lote “GAÚCHO”, por exemplo, atualmente explorado pelo Sr. MARTIN JORGE PHILIPP, brasileiro, natural de Resende, estado do Rio de Janeiro, foi inteiramente demarcado no ano de 1956 pelo Sr. ILSE ARAÚJO SOUSA, engenheiro agrônomo. Seu limite meridional, balizado com 13 estacas, parte de um ponto da barranca da margem direita do Paraná situado defronte do “pilar de observação” e acompanha a estrada da Comissão de Limites conhecida na região por “picada” ou “estrada internacional”.

139. O “pilar de observação”, chamado de “marco” pelos habitantes da região, e cujas coordenadas constam de atas, apresenta, na face oposta à que dá para a 5ª Queda, as seguintes inscrições:

- na parte superior: “PILAR DE OBSERVAÇÃO”;

- abaixo desse título: “Comissão Mixta de Limites”, sublinhado por uma linha do meio da qual e, portanto, pelo meio da face do pilar, desce uma vertical separando as palavras “BRAZIL” e “PARAGUAY” inscritas, respectivamente, dos lados que correspondem ao território do Brasil e ao território do Paraguai;

- abaixo da palavra “BRAZIL” estão inscritos, de cima para baixo, os seguintes nomes:

- “Maj. NERY”, “Cap. CESAR” e “Cap. FACÓ”;

- abaixo da palavra “PARAGUAY” estão inscritos, de cima para baixo, os seguintes nomes:

- “Cel. AYALA” e “Tte. CASACCIA”;

- finalmente, na parte inferior do pilar, há a inscrição: “JULHO – 1934”.

140. Por conseguinte, embora os Comissários demarcadores paraguaios se venham recusando, desde 1934, a construir um marco no ponto – de coordenadas conhecidas – da margem direita

do rio Paraná que define o extremo oriental da linha seca oeste-este, o “pilar de observação” constitui um testemunho *bem visível* da linha imaginária que define a raia internacional.

141. Como o pilar foi construído, pela Comissão Mista, num ponto da linha de limite perfeitamente definido: em ata, pela descrição da raia e por suas coordenadas, e, em planta, por sua posição bem característica, ele define um ponto da divisória do Brasil com o Paraguai.

142. A planta da “UBICACIÓN DE LA CIUDAD SALTOS DEL GUAIRÁ”, no departamento paraguaio de Hernandarias, desenhada para a “Colonizadora Saltos del Guairá S.A.” e aprovada pelo Governo do Paraguai, apresenta como divisa internacional entre o Brasil e o Paraguai a picada ou estrada da Comissão de Limites.

143. As folhas do desenho do levantamento aerofotogramétrico da serra de Maracaju entre Vito y Cuê e Sete Quedas (escala 1:25.000) – feito em 1959 pela Comissão Mista – apresentam a picada ou estrada na Comissão de Limites, que segue pelo alto da serra de Maracaju e termina no “pilar de observação”. Esses documentos estão assinados pelo tenente coronel GRACIANO ADOLPHO MONTEIRO DE BARROS FILHO, 2º comissário do Brasil, e pelo capitão EMILIO MEZA GUERRERO, 2º comissário do Paraguai.

144. A recente planta da “ZONA DE LOS SALTOS DEL GUAIRÁ” (escala 1:12.500) feita pelo Governo do Paraguai, também consigna a “PICADA DE LA COMISIÓN DE LÍMITES PARAGUAY-BRASIL” que termina diante da 5ª queda como sendo a divisória entre o Brasil e o Paraguai.

145. Em recentíssima planta, divulgada em fins do ano passado por elementos do Governo do Paraguai (copiada da Folha do Trecho da serra de Maracaju compreendido entre o marco 370/IV

e a região dos Saltos das Sete Quedas) também está nitidamente representada a linha de limites oeste-este que, correndo pelo alto da serra de Maracaju, se projeta na direção da 5ª queda e, em frente desta, é interceptada pela linha divisória norte-sul, que segue pelo álveo do rio Paraná, tal como está desenhado nas plantas da serra de Maracaju feitas pela Comissão Mista de 1872/ 1874.

146. Nestes quase 92 anos, toda a faixa ao norte do trecho da divisória esteve sob legítimo e exclusivo domínio e posse do Estado brasileiro, não sendo admissível que passe, agora, de um momento para outro, a ser considerada, pelo Governo paraguaio, como “não demarcada”. Seria isso a supressão, pela vontade unilateral de um Estado, de toda e qualquer segurança na ordem jurídica internacional.

147. Assim, Senhor Ministro, o Governo do Brasil mantém como limite entre os dois Estados naquela região o já marcado no terreno pela “Picada” ou “Estrada Internacional”, que termina no próprio “Pilar de observação”, diante da 5ª Queda – limite cuja caracterização facilmente poder-se-á completar, dentro das mesmas normas que permitiram a caracterização de todos os demais trechos da fronteira.

148. E o meu Governo espera, no real interesse das cordiais relações entre os dois Países, que o Governo do Paraguai respeite a soberania do Brasil no território que confina na “Picada” ou “Estrada da Comissão de Limites”, que se estende até o “Pilar de Observação”.

149. Quanto ao que Vossa Excelência alega – que a deterioração de nossas relações não se deve tanto ao desentendimento acerca da demarcação da fronteira, mas à “ocupação militar perpetrada pelo Brasil, da zona ainda não delimitada” – meu Governo peremptoriamente refutando as premissas, nega qualquer sentido à conclusão.

150. É precisamente porque a Demarcação, feita em 1872-74, se reconhece como exata, válida e definitiva, que o Destacamento militar brasileiro – instalado, acima da 5ª Queda do Salto Grande das Sete Quedas, ao norte da linha de fronteira fixada na demarcação – encontra-se no Brasil, estando livre o Governo brasileiro para o movimentar, no exercício de seus direitos de soberania territorial. (E penso desnecessário explicar mais a Vossa Excelência que as menções feitas em minhas notas, tais como “Pôrto Coronel Renato”, ou “região de Pôrto Coronel Renato”, são apenas indicativas de ponto do território brasileiro).

151. Se bem que, Senhor Ministro, esta nota procure novo e sincero esforço no sentido de esclarecer-se em modo definitivo o assunto, tenho expressas instruções para dizer a Vossa Excelência que meu Governo sobre ele não deseja manter polêmica nem tampouco aceita ser o mesmo “um problema de fronteiras que esteve pendente um século”.

152. No entanto, entende o meu Governo que a verdadeira questão que deve reclamar os melhores cuidados de ambos os Estados, não é a evocação de dúvidas ou pendências estéreis, e sim a busca das condições capazes de assegurar o bem-estar de seus povos através de uma fraternal colaboração para a solução de problemas comuns.

153. É assim que a ambos os Governos se abre uma via particularmente promissora, e se oferece na verdade um desafio auspicioso, no domínio das possibilidades de desenvolvimento econômico das regiões limítrofes, através do aproveitamento integral dos recursos energéticos e hidráulicos do rio Paraná.

154. O Brasil está, como sempre esteve, disposto a encetar conversações em torno de tão importante questão, e a promover, em conjunto com o Paraguai, os planos necessários à utilização prática, não só do enorme potencial energético decorrente do Salto

das Sete Quedas, como de todas as possibilidades que oferecem, à agricultura e à navegação, as águas do Paraná; de tal sorte que esse grande rio, ao invés de oferecer aos dois países razões de litígio ou desavença, seja entre eles um elo de união, como sempre desejaram os anteriores Governos do Brasil, e firmemente deseja o atual.

155. Fica aberta, assim, uma auspiciosa linha de negociações e de fecundos entendimentos, para o bem comum dos dois povos, e no melhor interesse da amizade que deve prevalecer sempre entre o Paraguai e o Brasil. É sincero desejo do Governo brasileiro ver quanto antes o início de tais entendimentos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

J. Souza-Gomes
Embaixador

RELATÓRIO POLÍTICO DA EMBAIXADA EM PARIS

EMBAIXADA DO BRASIL EM PARIS

Mês político
de setembro de 1948

Com relação à política interna francesa, pode o mês de setembro ser dividido em três períodos: 1) os sete dias do malogrado segundo Governo Schuman; 2) na segunda semana (7 a 14), a formação e entrada em funções do Gabinete Queuille; 3) de 15 a 30, os primeiros passos da nova administração, submetida desde logo à pressão reivindicadora, progressivamente exaltada, dos sindicatos operários. Intervalados nesse esquema, inscrevem-se: a agravação, no segundo decêndio, das escaramuças entre gaulistas e comunistas, com choques e arruaças; uma recrudescência da propaganda do RPF [*Rassemblement du peuple français*] em favor da volta do General de Gaulle ao poder; a declarada pretensão dos comunistas, de voltarem a fazer parte do Governo; os momentosos debates em torno da data de realização das eleições cantonais, marcadas finalmente para março de 1949; e a entrada em férias da Assembleia Nacional. Contudo, e em plano mais profundo, os grandes acontecimentos do mês se resumem em mais um pequeno capítulo da premente e esforçada luta da França, por aparelhar-se a fim de resolver, antes de tudo, suas graves dificuldades econômicas atuais, enquanto das mesmas, e para isso intencionalmente agravando-as, tenta aproveitar-se o Partido Comunista, a mando de uma potência estrangeira.

O EFÊMERO SEGUNDO GABINETE SCHUMAN

Cronologia:

31/VIII – Schuman expõe as linhas gerais do seu programa, na Assembleia Nacional, que, por 322 votos contra 185, lhe sanciona a investidura.

1/IX – Os sindicatos operários se insurgem contra esse programa, e reclamam imediato aumento dos salários.

2/IV – O *Premier* tenta formar seu Gabinete, a despeito de os Socialistas, solidarizados com os sindicatos, do mesmo se recusarem a participar.

3/IX – Em face das dificuldades encontradas, Schuman desiste de organizar um Gabinete, e renuncia.

4/IX – O Presidente da República, não aceitando a demissão de Schuman, pede-lhe que volte a tentar, na base de um acordo combinado com os socialistas.

5/IX – Schuman consegue formar seu Gabinete, com a participação dos Socialistas, nos termos do aludido acordo, do qual resulta, outrossim, a concessão de uma bonificação aos operários.

7/IX – Os Radicais-Independentes e parte dos Radicais-Socialistas, descontentes com o acordo, negam a Schuman seu apoio. Derrotado na Assembleia Nacional, o *Premier* se demite, com seu Gabinete.

O HOMEM

Robert Schuman – figura representativa do MRP [*Mouvement Républicain Populaire*], alsaciano, com 62 anos de idade, liberal, católico fervoroso (dado mesmo como um tanto asceta, como

um místico-realista, que recorre periodicamente ao isolamento meditativo e revela uma vocação monástica frustrada, ao modo do ex-Chanceler alemão Brüning), por temperamento um conciliador e por formação um homem de compromissos, gozando por isso mesmo de ótima popularidade e reais simpatias, nos grupos parlamentares e nos meios políticos em geral, – já fora chamado uma vez a governar a França, tendo ocupado o posto de *Premier*, de novembro de 1947 até o dia 20 de julho último, quando seu Gabinete foi forçado a demitir-se, por inesperada crise política, motivada pela exigência do Partido Socialista de que se efetuassem cortes nas verbas orçamentárias destinadas às despesas militares. E aquela administração de oito meses deixara boa lembrança: assumindo o poder em momento de grande descontentamento popular, quando agitavam o país as greves de instigação comunista, Schuman soubera obter árduas vitórias, alcançando mais de um voto de confiança sobre matéria de reformas financeiras e mostrando ser um hábil condutor das forças políticas moderadas e um estadista tenaz e capaz, principalmente no trato das questões econômicas. Esse sucesso passado dava para que o seu nome pudesse inspirar razoável confiança, mais que necessária, agora que o povo francês, entre ressentido e apático, parecia desiludir-se dos Governos e de suas repetidas sucessões.

A SITUAÇÃO POLÍTICA

E, entretanto, a aprovação da Assembleia Nacional à designação do novo dirigente dera-se apenas pela escassa vantagem de 11 votos a mais da maioria absoluta (322 x 185), a mais fraca votação inicial obtida por qualquer *Premier* da Quarta República. Indicando, embora, a persistência de “Terceira Força” (a coligação dominante, constituída dos partidos políticos equidistantes do

gaulismo e do comunismo), isso revelava, outrossim, as íntimas incongruências de tal coalizão, preservada tão somente pelo receio de novas eleições gerais, suspeitas de poderem fornecer resultados especialmente favoráveis ao RPF e ao PC.

Apontando essa perigosa falha, Schuman, no breve discurso em que solicitou a aprovação da Assembleia Nacional à sua investidura, frisara bem que a viabilidade da maioria governamental iria depender do grau em que os partidos componentes da mesma pudessem elevar-se acima de suas posições doutrinárias e preocupar-se mais com as questões essenciais à liberdade e à segurança da França. Mas, por óbvio e urgente que fosse esse reclamo, chegava a parecer paradoxal esperar-se um acordo, quanto aos meios para sanar-se a crise econômica, entre partidos cujos princípios tão fundamentalmente divergem em matéria de economia.

A INCÓGNITA SOCIALISTA

E, na coalizão ou “*Troisième Force*”, o elemento dúbio e perigoso vinha sendo o Partido Socialista, cada dia mais hesitante, desde que os programas econômico-financeiros, de René Mayer, primeiro, e, logo depois, de Paul Reynaud, não haviam podido satisfazer à massa de seus eleitores proletários. Tendo provocado a queda dos respectivos Gabinetes – o primeiro Governo Schuman e o de André Marie – e sendo ao mesmo tempo impotentes para imporem um governo seu – o que já se vira, nos últimos dias de agosto, quando Paul Ramadier não conseguira formar um gabinete – os Socialistas, indecisos, continuavam à espera de alguma fórmula, que, permitindo a realização das reformas econômico-financeiras necessitadas pelo país, não viesse, contudo, roubar-lhes popularidade. E, perante

os graves problemas nacionais a exigirem remédio, dificilmente poder-se-ia encontrar maneira de harmonizar tudo.

Assim, embora tivessem dado inicialmente seu apoio a Schuman, na Assembleia Nacional, não se podia saber, por diante, se tal apoio seria mantido, firme ou frouxo, ou se, em determinadas circunstâncias, viria ele a ser retirado. E essa alternativa determinava a possibilidade de continuar ou não o novo Governo.

O PROGRAMA DO *PREMIER*

No mencionado discurso, Schuman deixara claro que sua tarefa iria consistir, primeira e naturalmente, num programa de reformas financeiras e econômicas, o qual seguiria de muito perto as ideias apresentadas pelos dois últimos Ministros das Finanças, René Mayer e Paul Reynaud, isto é, que adotaria uma solução nas linhas clássicas: combate à corrida inflacionária, que desde a liberação vem perturbando a vida do país, e isso por meio de um “plano de salvação do franco”, compreendendo redução das despesas nacionais e aumento dos impostos, de modo a obter, até ao fim do ano, mediante tributação direta e indireta, a cifra de 80 bilhões de francos. Não haveria aumento dos ordenados, mas, para acalmar as organizações operárias, prometia reduzir algumas taxas e aumentar os salários-família. Reynaud pretendia elevar, sem compensação, o preço do pão e do leite; Schuman anunciava agora aquele mesmo aumento, mas baixando, simultaneamente, os preços da carne e do vinho. Menos rígido, mais conciliador que Mayer e Reynaud, esperava-se, em geral, que ele saberia encontrar o meio-termo entre o que teoricamente devia ser feito e aquilo que as condições, na prática, podiam facilitar.

A REAÇÃO DOS SINDICATOS

O discurso foi pronunciado a 31 de agosto. No dia seguinte, quando Schuman se empenhava em escolher os membros de seu ministério, os sindicatos operários – tanto as federações comunistas quanto as não comunistas – se manifestaram, com veemência, contra o programa financeiro do *Premier*, a exigiram o imediato aumento dos salários e a cessação de uma política de promessas, que falava sempre em baixar os preços, quando, na realidade, iam eles subindo, contínua e aceleradamente.

Um fato avultava, e de maior gravidade, nessa revolta sindical: a “*Force Ouvrière*” não comunista, apolítica, estritamente profissional e constituindo a segunda organização operária, na ordem de importância, juntava agora sua ação à da CGT [*Confédération générale du travail*] Nos seus nove meses de existência (a “*Force Ouvrière*” se estruturara em fins do ano passado, com elementos que se desligaram da CGT, quando na chefia desta os comunistas alcançaram predomínio) ela havia formado ao lado do Governo, cooperando nos esforços para melhorar o custo de vida, e assim se abstendo de reclamar aumentos de salários. Sua recente mudança de atitude ia agora representar uma decisiva pressão sobre o Partido Socialista, e para Schuman uma grave ameaça.

(Não se tratava de uma aliança entre os três maiores sindicatos, nem mesmo de uma ação conjunta coordenada, mas simplesmente de uma coincidência de manobras, visando a um mesmo objetivo: o aumento do salário mínimo, que a CGT exigia de 13.500 francos, a CFTC fixava na mesma cifra, e a F[orce] O[uvrière] pretendia de 13.350 frs. Aliás, justificavam essas reivindicações os próprios índices oficiais, publicados casualmente no mesmo dia, os quais davam, para o

período de julho- -agosto, um aumento de 9,3% no custo de vida, e para os preços dos mantimentos um aumento médio de 10%, sendo para a carne de 22% a 28%).

A DESERÇÃO DOS SOCIALISTAS

A consequência temida não se fez esperar. Os Socialistas se reuniram, na manhã do dia 2, e à tarde deram a público um comunicado, dizendo que “não poderiam fazer parte de um Governo que não levava suficientemente em conta as legítimas aspirações dos trabalhadores”. Recusando-se, desse modo, a compartilhar das responsabilidades de um programa econômico e social que desagradava a boa parte de seu eleitorado, os Socialistas ficariam, pela primeira vez na Quarta República, fora de um Gabinete.

Desfeita, pois, a frágil coalizão dos partidos do centro e centro-esquerda, que havia dezesseis meses vinha dirigindo o país, Schuman passava a contar, na Assembleia Nacional, apenas com o apoio positivo de uma minoria: o MRP, os Radicais-Socialistas e alguns Independentes.

Contudo, declarou-se o *Premier* disposto a continuar na tarefa de formar um Gabinete e pôr em prática o seu programa de governo, para isso contando com um instrumento: a lei de poderes extraordinários, conseguida por Paul Reynaud e sempre em vigor. Também, mesmo sem participar do Governo, os Socialistas poderiam dar-lhe um relativo e flutuante apoio, pelo menos nos casos em que não tivessem de comprometer sua popularidade entre os eleitores operários.

E a decisão de Schuman era tanto mais séria, porquanto, como se dizia, um eventual malogro poderia equivaler à dissolução da

Assembleia e à convocação de novas eleições, das quais resultaria, quiçá, o advento ao poder do General De Gaulle.

(Com efeito, por essa altura, começava-se a propalar e a discutir, no parlamento e nos jornais, a ideia de dissolver-se a Assembleia Nacional e de se realizarem novas eleições. Vários deputados, inclusive do MRP e da UDSR [*Union démocratique et socialiste de la Résistance*], levantaram o assunto, chegando a propor fórmulas e apresentar emendas à Constituição, no sentido de abreviar-se a duração dos mandatos.

Entretanto, conforme ficou esclarecido, a dissolução só seria constitucionalmente possível no caso de *dois governos caírem, por voto de desconfiança da Assembleia, num período de 18 meses*. Ora, apesar de já terem caído, na Quarta República, 4 gabinetes ministeriais, nenhum deles tivera de demitir-se por falta de voto de confiança. Fora dessa hipótese, poderia ainda a Assembleia votar, ela própria, a sua dissolução, o que, entretanto, seria, na prática, obviamente inexequível).

NOVAS DIFICULDADES. RENÚNCIA DE SCHUMAN

Enquanto, à margem de tão prolongada crise, assim se patenteava o problema de um regime enfraquecido pelo jogo decepcionante dos partidos, o valor da moeda caía, de hora para hora, fermentava a agitação dos operários, e os comunistas começavam a anunciar estarem novamente prontos a aceitar postos na alta administração política do país, a qual, em sua bizarra fraseologia, “só assim voltaria a ser um *Governo democrático*”.

Entretanto, para formar seu Gabinete, Schuman ia encontrando dificuldades bem maiores do que as que esperava.

Assim, por exemplo, verificou que nem os Radicais-Socialistas nem os Socialistas Independentes (UDSR) queriam aceitar o posto de Ministro do Interior, até então vezeiramente ocupado por um Socialista.

E, no dia 3, o *Premier* desistiu de levar por diante a tarefa, e apresentou ao Presidente da República seu pedido de demissão.

UM NOVO ACORDO REFAZ A COALIZÃO

Todavia, depois de proceder a conversações com os líderes das diferentes correntes políticas, o Presidente Vicent Auriol resolveu recusar a renúncia de Schuman, com o que economizava o ritual de uma nova investidura, evitava nova solução de continuidade e a escolha de outro homem, diminuindo assim, no estrangeiro, a impressão de desmoralização do regime, *i.e.* da Quarta República, e afastava as consequências de uma eventual aplicação do remédio extremo: a dissolução da Assembleia. Mas, principalmente, a popularidade de Schuman e sua reputação de harmonizador dele faziam o elemento ideal para presidir à execução de um acordo, que, aliás, o próprio Auriol já começara a negociar.

Schuman aceitou, e retornou aos esforços para compor um gabinete, agora sobre novas bases – o referido acordo de compromisso, que em linhas gerais obedecia a uma fórmula de concessões recíprocas, cujo ponto de partida seria a satisfação, parcial, das exigências dos sindicatos: aumento *razoável* dos salários e pressão governamental no sentido de forçar-se rapidamente a baixa dos preços dos gêneros; além disso, seria colocado na pasta das Finanças um ministro socialista.

Declarando o novo esquema “digno de consideração, por oferecer substanciais benefícios ao operariado”, prontificavam-se os Socialistas a participar do Governo.

(A coalizão periclitante se remendava, devido ao medo – medo de De Gaulle e medo dos comunistas – que aglutinava os partidos políticos do centro e centro-esquerda, carentes da solidariedade de uma união nacional e do estímulo de ideias criadoras, e não dispostos – como os Socialistas, principalmente, haviam mostrado mais de uma vez – a subordinar suas doutrinas econômicas à necessidade de uma estabilização política do país. Do acordo, ou “arranjo”, o resultado era uma insatisfatória combinação econômica: uma continuação, em muitos pontos, das reformas de Mayer e Reynaud, com a adição do aumento dos salários, exigido pelos sindicatos e pelo Partido Socialista. Mas, como depois se viu, Schuman, para obter definitivamente a participação socialista, teve de ceder sobre itens que Paul Reynaud tinha considerado como sendo pontos-limites, e que Schuman, ele próprio, havia nitidamente definido, por ocasião de sua investidura. Ora, o plano Reynaud formava um todo homogêneo e visava a um fim preciso; não se inspirar senão em alguns dos princípios desse plano, e adotar apenas alguns de seus artigos, era um erro, que cedo ou tarde teria de ser pago).

Sentia-se, nas negociações, uma nota de urgência. Com efeito, muito tempo tinha sido perdido, desde fins de julho, na árdua sucessão de experiências – a formação de um ministério (André Marie), a obtenção de poderes-extraordinários, ficados sem uso (Paul Reynaud), a nova crise (demissão do Gabinete André Marie), enfim, – haviam deixado o país praticamente sem Governo, por um mês, durante o qual continuara, desenfreada, a subida dos preços, para os quais, cada dia, cada hora, mais difícil parecia a possibilidade de fixar-se um “patamar”, sempre velozmente ultrapassado.

(Também eram registradas na imprensa parisiense as repercussões, no estrangeiro, da crise política: em Londres, principalmente, críticas severas se formulavam, e as chances do General De Gaulle eram dadas como maiores; na Itália, os meios oficiais se mostravam desconcertados, notando-se certo constrangimento nas sessões do Congresso das Câmaras de Comércio franco-italianas, que então se realizava em Turim).

O GABINETE SCHUMAN

Finalmente, no dia 5 (domingo), pela manhã, o *Premier* Schuman pôs fim à crise, ao conseguir formar, com a inclusão de membros do Partido Socialista, o seguinte Gabinete, que apresentou no mesmo dia ao Presidente Auriol:

MINISTROS

Presidência do Conselho e Negócios Estrangeiros Robert SCHUMAN (MRP)
 Vice-Presidência do Conselho André MARIE (Radical-Socialista)
 Justiça Robert LECOURT (MRP)
 Interior Jules MOCH (Socialista)
 Finanças Christian PINEAU (Socialista)
 Defesa Nacional René MAYER (Radical-Socialista)
 Educação Tony REVILLON (Radical-Socialista)
 Obras Públicas Henri QUEUILLE (Radical-Socialista)
 Indústria e Comércio Robert LACOSTE (Socialista)
 Agricultura Pierre PFLIMLIN (MRP)

Ultramamar	P COSTE-FLORET (MRP)
Trabalho	Daniel MAYER (Socialista)
Reconstrução	René COTY (Independente)
Ex-Combatentes	Jules CATOIRE (MRP)
Saúde Pública	Pierre SCHNEITER (MRP)

SECRETÁRIOS DE ESTADO

Presidência do Conselho	Pierre ABELIN (MRP)
Correios, Telégrafos e Telefones	Eugène THOMAS (Socialista)
Vice-Presidência do Conselho	Fr. MITTERRAND (UDSR)
Orçamento	Alain POHER (MRP)
Abastecimento	COUDE DU FORESTO (MRP)
Funções Públicas e Reformas Administrativas ...	Jean BIONDI (Socialista)
Forças Armadas	BOURGES-MAUNOURY (Radical-Socialista)
e Joannès DUPRAZ (MRP)	
Indústria e Comércio	Fily DABO SISSOKO (Socialista)

(Nesse Governo, o 9º desde a liberação e o 4º desde a entrada em vigor da Constituição, poucas modificações ocorreram, com relação ao anterior, pelo que um jornal independente teve esta expressão: “*Que dire du nouveau ministère, sinon qu’il est le reflet – un reflet un peu pâle – des équipes précédentes?*”

Compunha-se de representantes de cinco partidos:

10 do MRP

7 Socialistas

5 Radicais-Socialistas

1 da UDSR

1 Republicano-Independente

Ao passo que no anterior figuravam elementos de 7 partidos, com um representante do PRL (da extrema-direita) e um camponês.

Desapareceram os postos de “*Ministre d’État*” (ministro sem pasta).

Nove membros do Gabinete André Marie não entraram na nova formação: Léon Blum, Paul Ramadier, Pierre-Henri Teitgen, Paul Reynaud, Yvon Delbos, André Maroselli, André Morice, Maurice Petsche e Joseph Daniel.

Conservaram a pasta que detinham no governo anterior nove ministros: Jules Moch, Daniel Mayer, Robert Lacoste, Robert Lecourt, René Mayer, Coste-Floret, Pflimlin, René Coty, Pierre Schneider; e seis secretários de Estado: Jean Biondi, Eugène Thomas, Coudé du Foresto, Bourgès-Manoury, Joannès Dupraz e Fr. Mitterrand.

Em termos políticos, houve, de certo modo, uma ligeira deslocação, da direita para o centro.

Nota colorida: o Subsecretário para a Indústria e Comércio, Senhor Fily Dabo Sissoko, é um preto africano, nascido em Horokoto, no círculo de Bafulabé (Sudão) e deputado à Assembleia Nacional pelo Partido Socialista. Como mais tarde se soube, parece que os Socialistas, pensando que ele fosse muçulmano, esperavam que

sua nomeação para aquela meia-pasta lhes garantisse, na Assembleia, os votos de todos os deputados seguidores do Profeta. Mas Dabo Sissoko era apenas fetichista, e sua inclusão no ministério provocou o mau humor dos 5 Independentes muçulmanos e a oposição dos 7 Independentes d’Ultramar).

UMA CONCESSÃO AOS SINDICATOS

Já no dia 5, o Governo se apressava em anunciar o seu primeiro ato - a concessão, a todos os assalariados do setor privado, de uma “bonificação uniforme, única e excepcional”, de 2.500 francos, a ser paga, no mais tardar, até ao fim da semana, aos empregados das empresas industriais e comerciais, minas, ferrovias, marinha mercante, etc. Ao mesmo tempo, era prometido, para breve, um aumento dos salários-família.

Mas, no dia 6, os sindicatos exprimiram o seu descontentamento com essa bonificação – mero balão de oxigênio, fraco expediente em face das recentes altas dos preços – que apodaram de “uma *esmola*, destinada a engabelar a revolta dos salarizados contra a injustiça social permanente”. A CGT repelia, desde logo, o programa do Governo, enquanto as federações sindicais não comunistas – “*Force Ouvrière*” e CFTC – se bem que igualmente insatisfeitas, aguardavam, antes de se insurgirem definitivamente, maiores esclarecimentos a respeito do dito programa.

(A CGT – “*Confédération Générale du Travail*” –, o mais importante sindicato operário francês, não é, teoricamente, uma organização comunista: pretende ser apenas uma entidade que não se limita a cuidar dos interesses puramente profissionais dos trabalhadores, mas sim defende o princípio de que

a melhoria econômica pressupõe transformações políticas. Na prática, porém, nela vêm predominando progressivamente os elementos comunistas, que já conseguem manejá-la a serviço de seus intentos, ditados pelo *Kominform*).

Em resultado da confusão política, o franco e as apólices do Governo continuavam a cair, na Bolsa, onde subia consideravelmente o preço do ouro, vendido mais caro que nunca, desde o inverno de 1946. Os jornais do PC continuavam a pleitear a volta dos comunistas a participarem do Governo, e Jacques Duclos, líder do partido na Assembleia, reclamou abertamente, na sessão do dia 7, esse retorno, para que se constituísse imediatamente “um Governo democrático”.

A QUEDA DO GABINETE

No dia 7, seguindo uma prática que já adquirira significado de tradição, Schuman devia tomar contato com a Assembleia, enfrentando um *test* inicial.

(Não existe dispositivo legal ou constitucional que obrigue um *Premier* a apresentar a Assembleia Nacional o seu programa e o seu Gabinete; mas, de uma maneira ou de outra, a Assembleia usualmente o compele a isso, quase sempre por ocasião da discussão e votação do primeiro assunto na agenda, e o resultado dessa votação é considerado, regra geral, como uma aceitação ou rejeição do Gabinete e do programa).

E então, um tanto inesperadamente, a Assembleia opôs a Schuman uma atitude negativa: por 295 votos contra 289, recusou

sua confiança ao Gabinete, derrotando-o, assim, em seu terceiro dia de existência.

De certo modo, a queda do segundo Governo Schuman era uma réplica ou desforra partidária, contra os Socialistas, que haviam levado à demissão o primeiro Gabinete Schuman e o Governo André Marie. Desta vez, dado que o RPF e os comunistas já eram adversários certos, o fator decisivamente hostil foram os Radicais-Independentes, a União das Esquerdas Republicanas, e, em parte, os Radicais-Socialistas, com cujo apoio o *Premier* contava, e que, deixaram, no momento, de sustentá-lo. Esses elementos rebelados manifestavam assim o seu desagrado para com os resultados do conchavo, mediante o qual os Socialistas haviam consentido em participar do Governo. Alegavam que o programa governamental se desvirtuara, afastando-se demais do que fora definido no dia da investidura do *Premier*, e consideravam como inaceitáveis as concessões feitas aos Socialistas. Além disso, irritavam-se com a presença na pasta das Finanças, como sucessor de Paul Reynaud, de um Socialista, o que lhes parecia caminho aberto, na prática, para futuras e maiores concessões.

Ao finalizar o discurso com que procurou defender o seu programa, Schuman se dirigiu aos deputados com estas palavras: “Tendes em vossas mãos o destino do Governo. Se quereis uma terceira crise em seis semanas, isso é convosco. Mas, peço-vos considereis quão desastrosas seriam as consequências, e o que a opinião estrangeira pensaria de vós. Atentai nisso, seriamente, porque depois será demasiado tarde”.

E, logo após, ouvido o veredito da Assembleia, Schuman deixava o recinto, para ir levar ao Presidente Auriol os pedidos de demissão, seu e do seu Gabinete.

A CRISE REABERTA

Sobrevinha assim uma nova crise, ou, melhor, voltava-se à perigosa situação que perturbava, havia mais de seis semanas, a vida da França, deixada em estado de semiacefalia. E, por óbvias que sejam, convém sintetizar ainda uma vez as suas causas: *políticas* – a forte representação, na Assembleia Nacional, das duas facções extremadas (gaulistas e comunistas) – obrigam os partidos do centro, para a formação de uma maioria operante, a se englobarem numa coalizão difícil e instável, dadas as grandes divergências de doutrina, entre eles existente; *econômicas* – a inflação reinante, com a subida acelerada dos preços, levava os operários a reclamarem continuamente maiores salários, que o Governo não podia aumentar sem reforçar o terrível círculo vicioso; *internacionais* – a deliberada intransigência e a má-fé essencial do Partido Comunista, que, obedecendo a instruções do *Kominform*, evitava dar um momento de folga ao Governo, e procura aumentar a confusão e provocar o descalabro material e moral do país; *intrínsecas* (as falhas do regime) – a Quarta República, estabelecida após a guerra, pretendeu evitar o defeito constitucional de Terceira, que consistia na instabilidade de seus governos e na frequência de suas crises de gabinete; mas a tentativa de correção foi em grande parte dificultada, se não anulada, pelos inextirpáveis hábitos dos partidos políticos franceses, bem como pelo invencível receio de que o executivo pudesse fortalecer-se excessivamente.

A FORMAÇÃO DO GABINETE QUEUILLE

Imediatamente após a renúncia de Schuman, o Presidente da República retomava as conversações com os líderes dos diferentes grupos parlamentares, na urgente tentativa de encontrar um

homem e um programa, capazes de serem sustentados por uma maioria no parlamento. E, com efeito a premência e a gravidade da situação eram extremas, pelos motivos já ditos e que desnecessário seria repisar.

A primeira escolha de Auriol recaiu na pessoa do veterano Edouard Herriot, atual Presidente da Assembleia Nacional, o qual recusou, porém, alegando, além de acreditar ser seu dever manter-se à frente daquela casa, motivos de idade avançada e mau estado de saúde. (Herriot conta 76 anos e sofre de flebite).

O Presidente convidou então para *Premier* o Senhor Henri QUEUILLE – velho parlamentar Radical-Socialista, deputado pela costa bretã, médico, com 64 anos de idade, ex-assistente do General de Gaulle (durante a guerra), amplamente respeitado por seu desprendimento e bom senso, comprovados durante um período de 23 anos, porquanto, desde 1925, vinha ocupando (16 vezes) uma pasta ou outra em cada ministério, se bem que sem nunca ter chefiado um gabinete.

Queuille aceitou, e entrou a procurar vias de entendimento com todos os setores de todos os agrupamentos políticos, os comunistas excetuados. Suas *chances* eram maiores que as de Schuman, uma vez que recrudescia o temor da dissolução da Assembleia, com o que se assegurava ele o apoio do MRP e dos Socialistas; no grupo a que ele próprio pertencia, o dos Radicais-Socialistas, recompunha-se agora em torno do *Premier* a unanimidade desfeita no dia da queda de Schuman; o recente desenlace governamental-parlamentar clarificara de certo modo o ambiente; e, além disso, acenando com a vaga e remota possibilidade de novas eleições, contava Queuille obter do intergrupo gaulista uma espécie de trégua.

No dia 10, a designação foi aprovada pela Assembleia Nacional, por 351 x 196 votos, maioria essa que representava o

apoio do MRP, Socialistas e Radicais-Socialistas, bem como uma certa neutralização da hostilidade sistemática do RPF.

(A esse tempo, o General de Gaulle, que iniciara pelo sudeste da França uma excursão de propaganda política, discursava em Orange a Avinhão, reclamando a realização imediata de novas eleições: “Estou pronto para assegurar o destino do país” — proferiu. “Estou certo de qual será a resposta do país, no dia em que ele for consultado. É tempo de deixar falar o povo”).

O programa de Queuille era, em linhas gerais, o mesmo que André Marie e Robert Schuman tinham pensado poder executar. Seu ministério, formado no dia 11 e nesse mesmo dia apresentado ao Presidente da República, ficou assim constituído:

Presidência do Conselho e Finanças	Henri QUEUILLE (Radical-Socialista)
Vice-Presidência do Conselho e Justiça ...	André Marie (Radical-Socialista)
Negócios Estrangeiros	Robert SCHUMAN (MRP)
Interior	Jules MOCH (Socialista)
Defesa Nacional	Paul RAMADIER (Socialista)
Educação	Yvon DELBOS (Radical-Socialista)
Agricultura	Pierre PFLIMLIN (MRP)
Trabalho	Daniel MAYER (Socialista)
França Ultramarina	Paul COSTE-FLORET (MRP)
Indústria e Comércio	Robert LACOSTE (Socialista)
Obras Públicas	Christian PINEAU (Socialista)
Reconstrução	Claudius PETIT (UDSR)
Ex-Combatentes	Robert BERTOLAUD (PRL)

Saúde Pública Pierre SCHNEITER (MRP)
Marinha Mercante André COLIN (MRP)

SECRETÁRIOS DE ESTADO

Presidência do Conselho Paul DEVINAT (Radical-Social)
Serviço Público Jean BIONDI (Socialista)
Informação F. MITTERRAND (UDSR)
Finanças Alain POHER (MRP)
Orçamento Maurice PETSCHÉ (Republicano-Independente)
Tesouro Antoine PINAY (Independente)
Abastecimento COUDE DU FORESTO (MRP)
Produção Industrial Jules JULIEN (Radical-Social)
Forças Armadas:
Guerra Max LEJEUNE (Socialista)
Marinha Joannès DUPRAZ (MRP)
Aeronáutica Jean MOREAU (Independente)
Ensino Técnico e Esporte André MORICE (Radical-Social)
Correios Telégrafos e Telefones Eugène THOMAS (Socialista)
França Ultramarina Tony-REVILLON (Radical-Social)

SUBSECRETÁRIOS DE ESTADO

Interior Raymond MARCELLIN (Independente)
Vice-Presidência Robert BRUYNEEL (PRL)
Saúde Pública Jules CATOIRE (MRP)

Por essa equipe, potencialmente forte e que diferia bem pouco das que a precederam, via-se que estava refeita a velha coalizão de partidos do centro. A única novidade importante foi a presença do *ex-Premier* Paul Ramadier no Ministério da Defesa Nacional.

(Continuando sua excursão política, de Gaulle discursava, em Toulon, em Nice, na Riviera e na Córsega, por toda a parte aclamado por grandes multidões. Repetindo seus argumentos habituais, tomou como tema as últimas crises de gabinete, para advertir que o Governo dos partidos levaria a França à anarquia interna, à bancarrota e à servidão a um país estrangeiro: a Rússia. Repeliu a acusação de ser um Bonaparte ou um General Boulanger, e disse pedir nada mais do que as eleições gerais – “a solução verdadeiramente republicana e democrática”).

No dia 14, Queuille compareceu com seu Gabinete perante a Assembleia Nacional. “O propósito do meu Governo” – declarou – “é evitar uma agravação da situação financeira e da inflação”. Para isso, para salvar o país, pedia os sacrifícios de todos os franceses. E, por iniciativa do *Premier*, a Assembleia rejeitou, a seguir, por 340 x 227 votos, um debate sobre a composição do Governo e a política que o mesmo pretendia executar. Desta vez, a maioria fora mais fraca do que no dia da investidura, porque os gaulistas se manifestaram abertamente contra, em consequência da nova ofensiva desencadeada pelo RPF em prol da subida de Gaulle ao poder.

A seguir, a nova administração se ocupou de dar forma elaborada ao programa econômico e financeiro que, como os anteriores, compreendia uma majoração dos impostos e redução das despesas, prevendo todavia a concessão, a cada trabalhador,

de uma bonificação (dita de “custo de vida”), até que se pudessem reajustar os salários e se conseguisse a baixa dos preços dos gêneros.

(A esse tempo, o quartel-general da campanha gaulista anunciava nova manobra visando a forçar a dissolução da Assembleia: os selos de propaganda. Esses selos, vendidos cada um a 50 francos, deveriam ser colados em envelopes enviados pelo correio a Colombey-les-deux-Eglises, lugar de nascimento de De Gaulle, numa espécie de plebiscito inoficial, cujo rendimento em dinheiro, além do mais, serviria para custear as despesas do movimento político. Tratava-se de um selo azul-claro, tendo como efígie uma representação da estátua alada da República, de Rodin, e mais a Cruz de Lorena e o mote: “*Pour la liberté – Oui*”. Como mais tarde se soube, os resultados foram bastante significativos).

A FASE INICIAL DA CAMPANHA DOS SINDICATOS

Com o começo da segunda quinzena de setembro, coincidiu a exacerbação das ofensivas comunistas e gaulista. Alvo: o Governo. Primeira vítima: o franco, que na Bolsa caiu abruptamente.

Irrompam, por todo o país, greves de protesto contra os projetos do Governo sobre a questão salários-preços. Em Paris, entravam em parede os operários da fábrica Renault, de automóveis. O pessoal de terra da “Air-France” também deixava o trabalho, tendo sido suspensos todos os voos que deveriam partir dos aeroportos de Le Bourget e Orly.

A 15, deu-se em Paris, no centro da cidade, um sério conflito, entre cerca de 5.000 grevistas da SMECMA (empresa, nacionalizada,

de construção de aviões) e 600 polícias. O choque durou duas horas, e terminou com 60 pessoas, inclusive 27 policiais, feridas a cassetetes, pedras do calçamento e barras de ferro, arrancadas dos gradis das árvores do Boulevard Haussmann. Os grevistas, dirigidos por elementos da C.G.T., carregavam cartazes com *slogans* contra o Plano Marshall.

Nesse mesmo dia, Queuille deu uma entrevista coletiva à imprensa, para desmentir boatos tendenciosos, que então circulavam, em torno de seu programa econômico-financeiro, que, apresentado à Assembleia Nacional, no dia 16, com a solicitação de ser imediatamente discutido, foi aprovado, a 17, pela Comissão de Finanças (com a única oposição dos comunistas), e em plenário, a 19, quando o Gabinete autorizou o *Premier* a pedir um voto de segurança, caso necessário, para a obtenção dessa aprovação.

De acordo com esse programa, o primeiro objetivo era salvar o *franco*. Por meio de elevação dos impostos e criação de novos, a receita teria de ser aumentada para 80.000.000.000 ao passo que deveriam ser cortadas as despesas em 20.000.000.000 até ao fim do ano. Os salários não seriam aumentados. “A situação é dominada pelo perigo monetário, com todas as implicações sociais que esse perigo envolve” – falou o *Premier*. O déficit orçamentário era de 114 bilhões de francos, e maior ainda o do Tesouro. O Governo pretendia, por isso, vender algumas de suas propriedades (edifícios confiscados aos “colaboracionistas”, possivelmente).

Outra medida do Governo foi solicitar formalmente aos Estados Unidos da América, isto é, à *Economic Cooperation Administration*, o desbloqueio do fundo de contrapartida depositado para fins de estabilização monetária, equivalendo, em francos, aos preços das mercadorias adquiridas dentro do Plano Marshall.

Pedindo os sacrifícios de todos os franceses, reclamando um aumento da produção capaz de incrementar de 15% as exportações, Queuille afirmara ainda que o regime democrático e a ordem social estariam correndo perigo, a não ser que os parlamentares apoiassem o seu programa.

Entretanto, continuavam as greves, tanto na capital quanto na província, dirigidas pelo “Cartel dos Três” – CGT, FO e CFCT “Greves de advertência” ou “rotativas”, curtas, durando geralmente um, dois dias, ou mesmo horas, e destinadas a chamar a atenção do Governo e do público, para as reclamações dos trabalhadores. Greves de metalurgistas, pedreiros, mineiros, ferroviários, aviários, de toda a espécie de profissionais, enfim, inclusive mesmo lixeiros e empregados de empresas funerárias (!). Como já vinha anteriormente acontecendo, quanto as greves esporádicas, mais ou menos amplas, a infatigável patrocinadora e propulsora desses movimentos era a CGT, soviética, a qual se aproveitava das reivindicações dos sindicatos, não comunistas, tentando encaminhá-las de acordo com seus desígnios, de muito mais grave alcance, conforme denunciou a própria “*Force Ouvrière*”, ao acusar a erupção grevista como “destinada a manter permanente um estado de agitação social, para fins puramente políticos”. De qualquer maneira, porém, parece certo que, a determinado momento, os filiados aos sindicatos não comunistas desobedeciam às instruções emanadas das diretorias dessas federações, contrárias às greves indiscriminadas da CGT, e com esta se solidarizavam.

Contudo, a greve geral, de duas horas, realizada no dia 24, juntamente com a parada, por 24 horas, dos transportes públicos parisienses, foi planejada originariamente pelos sindicatos não comunistas, com a adesão ulterior da CGT. Nesse movimento paredista, que se desenrolou, aliás, de maneira pacífica, cerca de 5.000.000 de trabalhadores tomaram parte. Com o fito de evitá-lo, e desejando satisfazer aos Socialistas, o Governo acedera em aumentar

de 15% os salários, mas os sindicatos persistiam em seu intento, exigindo a FO um aumento de 20% e a CGT 25%. E o programa do Governo, considerado pelos operários como insuportável, sofria também fortes críticas da classe média do povo.

Mas, mal cessara a aludida greve geral, e novos perigos surgiam, do setor operário. Os mineiros do carvão anunciavam sua grande greve, a não ser que o Governo lhes reajustasse o poder aquisitivo diminuído de 33% desde 1º de janeiro deste ano. Reconhecendo a gravidade da ameaça, o Governo entrou a aplicar todos os meios para debelá-la. O próprio Queuille discursou pelo rádio, no dia 26, exortando o pessoal das minas a que continuassem no trabalho, e recebeu, pessoalmente, várias delegações sindicais, enquanto o Ministro da Indústria e Comércio, Senhor Robert Lacoste, em repetidas entrevistas e discussões, se esforçava por encontrar uma fórmula de acordo. Infelizmente, e em vista da obstinada atitude da CGT, falharam todas essas patrióticas tentativas, como se ia ver no mês de outubro.

*

**

O ADIAMENTO DAS ELEIÇÕES CANTONAIS foi um capítulo agitado da luta político-partidária, que assumiu aspectos delicados e culminou em lances imprevistos. Em agosto, a Assembleia Nacional votara o adiamento indeterminado daquelas eleições, e isso por empenhada iniciativa dos Socialistas, que, por haverem apoiado as medidas econômico-financeiras do Governo, naturalmente impopulares, temiam que os resultados do escrutínio, caso realizado no mês de outubro, lhes fossem pouco favoráveis, e por isso exigiram a postergação da consulta ao eleitorado, como preço

para continuarem participando da coalizão. Por essa ocasião, os gaulistas se bateram veementemente contra o adiamento.

Todavia a 17 de setembro, o problema voltou a apresentar-se, quando o Conselho da República, ao examinar por sua vez o assunto, votou pela realização das eleições em outubro, fazendo assim com que o caso tivesse de retornar à Assembleia. E, na Assembleia, os comunistas, que em agosto se haviam absterido de participar dos debates e guardado estranha neutralidade, se declararam, agora, pelo seu líder parlamentar. Jacques Duclos, partidários das eleições em outubro deste ano. (Essa brusca mudança de atitude explica-se, principalmente, pela tática habitual dos comunistas, de favorecerem tudo o que possa produzir agitação demagógica e perturbação da ordem, e também, ao que se acredita, por obediência a instrução do *Kominform*, no sentido de procurarem obter, a todo o custo, o aniquilamento do Partido Socialista, cujo eleitorado lhes poderia ser o de mais fácil absorção.).

Sentindo-se ameaçados, e reconhecendo ter sido um erro político o anterior adiamento indefinido, os Socialistas apresentaram, no dia 22, uma proposta no sentido de se fazerem as cantonais na primavera de 1949. A proposta foi rejeitada, e mantida a fixação para o mês de outubro.

Mas, a 23, a própria Assembleia aprovava outro projeto, apresentado pelas esquerdas republicanas, MRP e Partido Socialista, marcando as eleições para março de 1949. Vinte e quatro horas depois, o Conselho da República rejeitava esse texto da Assembleia, emendando-o no sentido de manter-se a realização no mês de outubro. A 24, porém, a Assembleia reafirmava a sua decisão, e punha ponto final à série de viravoltas, marcando para março de 1949 a data do escrutínio.

Tanto na Assembleia Nacional quanto no Conselho da República, o próprio *Premier*, ansioso por evitar que as dissensões

políticas impedissem ou estorvassem a execução de seu premente programa de salvação financeira, teve de comparecer pessoalmente à tribuna, para defender, com palavras comedidas e sensatas, mas por vezes em tom dramático, a solução que saiu finalmente vitoriosa.

Logo a seguir, no dia 25, a Assembleia Nacional entrou em férias.

*

**

POLÍTICA EXTERNA

A REUNIÃO DOS “QUATRO GRANDES”, isto é, do Conselho dos Ministros do Exterior, convocada por iniciativa russa para tratar do destino a ser dado às colônias italianas, iniciou-se nesta cidade, no Quai d’Orsay, no dia 13 de setembro, entre os senhores Robert Schuman (França), Hector Mc Neil (Grã-Bretanha), Lewis Douglas (Estados Unidos da América) e Vychinsky (Rússia). A realidade superou todos os prognósticos, quanto às dificuldades em chegar-se a um acordo nessa reunião, visivelmente votada ao malogro, dada a intransigência e rigidez, sistemáticas, com que os soviéticos se apegam a uma política de expansão e predomínio. Já no primeiro dia, a sessão foi inteiramente tomada por discussões em torno da “natureza” da reunião, provocadas por Vychinsky, ao protestar contra a ausência de Bevin e Marshall, com o que, insistia ele, a reunião deixava de ser do “Conselho de Ministros”, e os Estados Unidos e a Grã-Bretanha estariam violando a cláusula do Tratado de Paz com a Itália, que previa que a sorte das colônias italianas seria regulada por aquele órgão. Os 4 conferenciaram ainda no dia 14, e, a 15, positivado o completo insucesso da reunião

e o desacordo fundamental dos pontos-de-vista, resolveram encaminhar o problema à Assembleia Geral das Nações Unidas, nos termos do artigo 23, parágrafo 3, do Anexo 11 do Tratado de Paz com a Itália.

A COMISSÃO MISTA FRANCO-ITALIANA, composta de parlamentares, funcionários, representantes dos interesses do Comércio, da Indústria, da Agricultura e do Trabalho, reuniu-se, em Roma, de 12 a 25 de setembro, para estudar pormenorizadamente as possibilidades de um acordo sobre tarifas, e quiçá de uma união aduaneira entre os dois países, dando assim execução a uma ideia preconizada pelo conde Sforza, no verão de 1947, e que decorreria, de certo modo e pelo menos moralmente, das obrigações oriundas do Plano Marshall. A Comissão deveria compendiar os resultados de seus trabalhos num relatório, a ser submetido aos dois governos; mas, não tendo conseguido preparar um relatório definitivo, resolveu deixar a conclusão dos estudos a outra Comissão, a reunir-se em Paris, possivelmente em outubro deste ano.

AS NAÇÕES UNIDAS inauguraram seus trabalhos em Paris: a 16, abriu-se, no Palais de Chaillot, a sessão do Conselho de Segurança, preludiando a instalação da Assembleia Geral, no dia 21.

OS MINISTROS DA DEFESA NACIONAL DOS 5 PAÍSES DA UNIÃO OCIDENTAL (França, Grã-Bretanha, Holanda, Bélgica e Luxemburgo) se reuniram em Paris, no dia 26, com a presença de observadores norte-americanos e canadenses, para estudar os relatórios da Comissão Militar Permanente da União, que tem estado trabalhando, há vários meses, em Londres. Ao encerrar-se a reunião, que marcou um progresso a mais na organização da segurança ocidental, foi publicado um comunicado anunciando a

criação de uma organização comum para a utilização dos recursos militares, estratégicos e técnicos, e do alto comando.

A partir do dia 20, os senhores Marshall, Bevin e Schuman conferenciaram, no *Quai d'Orsay*, para decidir sobre a continuação ou a ruptura das negociações, em Moscou, relativas ao caso de Berlim; e, a 28, redigiram o texto que submetia o assunto ao Conselho de Segurança da ONU.

Paris, em 15 de novembro de 1948.

MEMORANDUM SOBRE CORREÇÃO LINGUÍSTICA

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MEMORANDUM para o Sr. Chefe do Departamento de Administração.

26 janeiro 45.

O 1º parágrafo da minuta a que se refere o *memorandum* do Secretário (X...) estava redigido assim:

Acuso o recebimento da carta de 15 do corrente, com a qual tem V. Ex^a a amabilidade de, atendendo ao meu pedido, enviar ao Ministério das Relações Exteriores várias amostras de damascos existentes na praça de Assunção.

2. Sofrível, apesar de um pouco arrevesado, não estava certo, entretanto; infringia, candidamente, uma norma imposta pela “Consolidação das Instruções de Serviço” (Livro VIII, Capítulo III, Seção IV, Art. 2º, alínea *a*). Exigia, pois, revisão ativa. E, revisto, passou a ter a seguinte forma:

Acuso o recebimento da carta de 15 do corrente, com a qual V. Ex^a, atendendo ao meu pedido, teve a amabilidade de enviar várias amostras de damascos existentes na praça de Assunção.

3. Quatro foram, portanto, as alterações introduzidas: I) transposição da oração “atendendo ao meu pedido”; II) mudança de lugar da flexão verbal “tem”; III) substituição de “tem” por “teve”; IV) supressão do complemento terminativo “ao Ministério das Relações Exteriores”.

4. Quanto à primeira, basta a comparação dos dois textos para deixar ver que constituiu modificação útil. Dando naturalidade e elasticidade ao período, respeitou melhor o encadeamento lógico das ideias e reforçou, mesmo, a ênfase que o redator diz haver querido emprestar ao escrito. No gênero epistolar, principalmente em cartas oficiais, a simplicidade é sempre aconselhável; mais, ainda, quando a comunicação se refere a assunto trivial e desprezioso, como o agradecimento da remessa de algumas amostras de pano.

5. Iguais considerações valem para a segunda alteração – a mudança de lugar do verbo. Quando muito, teria o minutante o direito de argumentar com as suas preferências estéticas em matéria de “arquitetura” de frases. Mas, nesse terreno, assim como em todos os pontos meramente opinativos, de fundo ou de forma, não prevalece o gosto do relator de minutas, nem a preferência pessoal do revisor, mas sim o critério geral de orientação, indicado pelo Chefe do Departamento.

6. Com a terceira o próprio minutador parece haver concordado, pois não a inclui nas reclamações do memorando. Não era uma alteração indispensável; mas ajudou a melhorar o conjunto.

7. A respeito da quarta – e, aqui, posso dizer correção – não viu o redator que o emprego de “ao Ministério das Relações Exteriores” constituía transgressão do disposto na alínea a do art. 2º, seção IV, capítulo III, livro VIII da “Consolidação das Instruções de Serviço”. No caso, de maneira alguma poderia ter escrito “ao Ministério das Relações Exteriores”, nem a “este Ministério”, nem mesmo “ao Ministério”.

8. Ao corrigir a expressão imprópria, estava à escolha do revisor substituí-la indiferentemente por “(enviar) à Secretaria de Estado” ou por “(enviar-me)”; mas, igualmente, sem prejuízo da clareza do sentido, sem desobedecer às normas de redação

do Itamaraty e sem a menor ofensa à gramática, podia omitir simplesmente o objeto indireto, implícito na oração. Achou preferível adotar o terceiro processo.

9. Por causa disso, o estilista da minuta e autor do memorando levantou contra o revisor a acusação de haver errado, e errado gravemente. A afirmação, dogmática, peremptória, estaria a exigir demonstração mais consistente do que a tentativa, rudimentar e simplista, exarada no memorando.

10. *Enviar* é um verbo transitivo-relativo – pede objeto direto e complemento terminativo (objeto indireto). Há, porém, uma coisa, muito usada, muito conhecida, que se chama *elipse*: “figura de gramática que suprime da frase termos que facilmente se podem subentender”.

11. No período em exame – “*Acuso* o recebimento da carta de 15 do corrente, com a qual Vossa Excelência, atendendo ao meu pedido” etc. – de sobejo está indicado o complemento terminativo. Se foi “eu” quem recebeu a coisa enviada em atenção ao “*meu pedido*”, a pessoa a quem foi enviada só poderia ter sido “eu” (me, a mim). A ideia está expressa, o sentido está formado, o período está *positivamente* certo. Se a amostra de damasco tivesse sido enviada ao emir da Transjordânia ou a Secretário X..., então naturalmente, seria indispensável a menção do destinatário.

12. Aliás, não creio que o autor do memorando desconheça um caso de construção absolutamente equivalente, a qual, “como é fácil observar nos nossos arquivos”, tem, além de muito “honroso passado”, um não menos honroso presente, usada como é, a cada instante, por todas as divisões da Secretaria de Estado e, *mutatis mutandis*, por todas as missões diplomáticas, por todos os consulados de carreira. Ei-la:

A SECRETARIA DE ESTADO CUMPRIMENTA A EMBAIXADA EM ... E ENVIA, EM ANEXO, O TEXTO SOLICITADO PELO OFÍCIO Nº..., DE ... DE ... ÚLTIMO.

Ou:

A SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES CUMPRIMENTA A LEGAÇÃO EM ... E, ATENDENDO AO PEDIDO FORMULADO NO OFÍCIO Nº ..., DE ... DE ... ÚLTIMO, TEM A HONRA DE ENVIAR, EM SEPARADO, A PUBLICAÇÃO ..., etc.

13. Pode-se, no caso, acrescentar um *lhe*: “e envia-lhe”, “e tem a honra de enviar-lhe”. Pode-se também deixar como está. Questão de preferência.

14. O 2º parágrafo era este:

Infelizmente, nenhum dos tecidos corresponde quer em qualidade quer em quantidade às necessidades de renovação do mobiliário do Itamaraty.

15. Depois da revisão, ficou:

Infelizmente, nenhum dos tecidos corresponde, quer em qualidade, quer em quantidade, às necessidades de renovação do mobiliário do Itamaraty.

16. Faltavam vírgulas; foram fornecidas as vírgulas. O redator não gostou. Se quisesse ser coerente, se quisesse acatar a pontuação por ele mesmo aplicada no 1º parágrafo, deveria ter gostado. Mas, infelizmente, há ponderação ainda mais séria: a subordinada disjuntiva exige vírgulas.

17. Ao tratar das ditas, afirmou o autor do *memorandum* uma verdade incompleta. O que poderia dizer é o seguinte: “A pontuação, sobretudo nas vírgulas, tem muito de subjetivo. Cada autor pontua a seu modo. Uns são sóbrios no emprego dos sinais; outros são

pródigos. *Quaisquer que sejam, porém, as divergências, lugares há em que a pontuação não pode deixar de ser a mesma para todos.*” (Antenor Nascentes, *O idioma nacional* 3ª edição, vol. III, pág. 136.)

18. Haveria a considerar, outrossim, que o papel da vírgula não é apenas o de garantir a boa compreensão da frase. Ninguém ignora – as gramáticas e os escritores, pelo menos, não ignoram – que aquele sinal de pontuação preenche outras funções.

19. Mesmo porque, fosse aquilo certo, *todas* as vírgulas da minuta poderiam ter sido omitidas, conforme qualquer pessoa poderá verificar. Porque nenhuma delas faz falta à boa compreensão da carta.

20. É curioso notar que, exatamente ao fazer a sua profissão de fé em matéria de sinais de pontuação, dizendo-se partidário da virgulação sóbria, o autor do memorando tenha escrito: “Outros, preconizam maior sobriedade”.

21. Neste caso, a vírgula, além de desnecessária à boa compreensão, está separando o sujeito do predicado (!). E nem poderia o redator, honestamente, alegar a existência de uma elipse para realce enfático, porquanto, na frase anterior – “Mestres da língua há que abusam desses sinais” – onde não havia a elipse, não houve vírgula.

22. A verdade é que minuta e memorando comprovam a completa desorientação do autor, no tocante ao emprego das vírgulas.

23. No memorando, na frase “Onde porém ele errou...”, por exemplo, a vírgula era indispensável. “A conjunção porém, que hoje em dia é pospositiva, exige vírgula. Ex.: Ande rápido; veja, porém, se não esquece alguma coisa.” (Antenor Nascentes, obra citada.)

24. Maior disparate foi o perpetrado na frase “Eu lhes explicaria, então, o que pretendi dizer e juntos, procuraríamos a redação que melhor conviesse à matéria”. A terceira vírgula, a que vem depois

de “juntos”, é mais do que um erro – é uma pilhéria. Creio que, depois de apontar esse exemplo de virgulação teratológica, nada mais necessito acrescentar.

25. Em sua parte final, o memorando protesta contra a modificação de “ensejo” por “oportunidade”, propondo a alteração da “Consolidação das Instruções de Serviço”, em obediência à qual fora feita a emenda. Parece-me ocioso comentar queixa tão absurda; ridículo seria discutir tão bizantina proposta.

26. A presente explicação não se propõe estabelecer polêmica, gênero alheio aos trabalhos da Secretaria de Estado e, portanto, inadmissível, no caso. Com as linhas acima, quis apenas evitar que pudesse ter curso o memorando, desacompanhado da necessária refutação das acusações, infundadas e injustiças, nele contidas.

Respeitosamente,

[a.] João Guimarães Rosa

NOTAS PARA O PROGRAMA DO CONCURSO DE PROVAS DO IRBR

NOTAS para o Programa do Concurso de Provas - parte de CULTURA GERAL

A Sua Excelência o Senhor Diretor do Instituto Rio Branco.

Em obediência ao encargo, com que me honrou Vossa Excelência, de colaborar no preparo dos programas para o Concurso de Provas, na parte referente à Cultura Geral, achei útil apresentar por escrito as primeiras conclusões a que pude chegar, estudada a matéria. A mútua confiança que me aproxima de Vossa Excelência, o interesse merecido pelo assunto, e a própria natureza da incumbência, obrigando-me a franqueza, permita Vossa Excelência que a mesma se expresse, quando esclarecedora e necessária, sob forma de bem-intencionada crítica ao atual “Programa do Exame Vestibular do CPCD” – ponto de referência e base determinada para o trabalho em apreço.

Quando se introduziu no programa do Vestibular a prova de Cultura Geral, o que se teve em mira foi um processo de apreciar, no julgamento dos candidatos ao Instituto, também os conhecimentos – científicos, artísticos, eruditos, ilustrativos, etc. – adquiridos seja mediante aprofundamento extraordinário nas matérias dos Cursos Ginásial e Colegial, seja em cursos outros, seja, extracurricular e autodidaticamente, através de leituras e outros meios de informação e enriquecimento do espírito, mas conhecimentos suplementares ou complementares, transcendentais da rotina escolar, bem assimilados e sedimentados, contribuindo eficazmente para a formação da personalidade do candidato, e resultantes de curiosidade intelectual e capacidade mental, do

gosto pela indagação objetiva ou especulativa, de vocação cultural e consciência humanística.

Na regulamentação da prova – já que o objetivo da mesma devia ser a aferição do saber gratuito e da cultura de informação, básica, variada e pragmaticamente utilizável – procurava-se evitar tudo o que tendesse a induzir ou facilitar aos candidatos o estudo utilitário, para exame, as leituras apressadas, adrede feitas, a memorização artificial interessada.

Por isso mesmo, não havia programa de Cultura Geral. Não havia e não poderia haver, porque a simples delimitação da cultura geral num programa desvirtuaria, conceitual e praticamente, a natureza da prova, tirando-lhe a razão de ser.

O Instituto mantém o desiderato e o critério, observado no “Programa do Vestibular” em vigor, porquanto o capítulo IX do folheto, consagrado à cultura geral, consigna, sublinhada, a afirmação:

A relação abaixo publicada não constitui um programa: é apenas o desdobramento dos assuntos, feito para ajudar os examinandos a se orientarem e a recapitularem noções de humanidades que não podem nem devem constituir matéria nova quando os mesmos estiverem já cursando o Rio Branco.

Acontece, entretanto, que menos ainda se justifica, s.m.j., a publicação de uma relação ou “desdobramento” semelhante, pois à luz do princípio vigente, e em razão do qual se proscreveu a organização de um programa, *quando o aluno se inscreve para o vestibular, sua “cultura geral”, a que se pretende verificar, supõe-se cabedal de incorporação já efetivada, e não uma matéria entre as demais, a ser estudada para o exame, com o auxílio de um “roteiro” – que, além do mais, dificilmente deixará de ser tomado como uma espécie bastarda e vicariante de programa.*

Isso, aliás, o Instituto reconhece, conforme a NOTA final (pág. 23 do “Exame Vestibular”):

A Secretaria do Instituto Rio Branco poderá fornecer, a título exemplificativo, indicações bibliográficas sobre as matérias versadas neste Programa, exceto *Cultura Geral*, dada sua natureza especial.

Ora, se a ausência de programa ou de qualquer espécie de repertório de cultura geral se impõe para o exame vestibular, ainda com mais razão devem ser omitidos no concurso de provas, o qual, por dar acesso imediato ao posto inicial da carreira, provavelmente atrairá candidatos menos jovens, já com diploma de curso superior, e, de esperar-se, mais cultos.

(Mesmo se abstrairmos o que ficou afirmado, *i. e.* a improcedência de qualquer tipo de roteiro, basta rápido exame para se evidenciar que, em si, o atual “desdobramento” é defeituoso, a ponto de trair a finalidade que anuncia.

Trata-se, com efeito, de um sumário de oito matérias, simplificado ao extremo, não obedecendo a qualquer consideração normativa. Em quase todas as suas partes, o que primeiro se pode recusar é a excessiva sumarização, o encurtamento fundamental, com o qual não se coadunam as imprevistas indicações de minúcias, intercaladas aqui e ali.

Já no primeiro ponto – *Antropologia e pré-história* – impugne-se o exagero de síntese: os quatro tópicos, que se seguem ao título e pretendem informá-lo, compreendem, a rigor, toda a matéria, e, assim sendo, sua apresentação não

se vê bem em que poderá ajudar os candidatos, antes lhes será fonte de dúvidas. Por outra, há o perigo oposto: o de parecerem, por tão sucintos, inculcar nos examinandos a ideia de que o que se vai exigir deles no exame é apenas uma superficial sequência de rudimentos.

E o mesmo ocorre, em grau maior ou menor, nos demais parágrafos.

No tocante a *Noções de desenvolvimento das ciências*, vemos que o “Desdobramento”, confrontado com os programas para o curso colegial (cujo certificado é exigido dos candidatos), se apresenta bem inferior em nível, constituindo regressão ao raso e perfunctório. O enunciado se compõe de 12 itens: 2 de *Ciências* em geral (classificação e história); 1 de *Cosmografia* (impropriamente, no caso, dito de *Astronomia*); 3 de *Física*; 2 de *Química* (um, melhor dito, de *Alquimia*, e o outro colocado entre os de *Física*); 1 de *Física-Química*; 3 de *Biologia geral*. Sua escolha, aparentemente, não obedeceu a sistematização. Assim, enquanto um só item – “Lavoisier e a Química moderna” – abrange praticamente todo o território dessa ciência, na *Física* e na *Biologia*, manifestam-se preferências pouco explicáveis. A delimitação do campo de estudo é confusa, facilmente geradora de dificuldades mesmo na prática do exame. O tema “*O desenvolvimento da biologia depois da invenção do microscópio*” comporta razoável divisão em dezenas de pontos de exame; ao passo

que outro, “*Genética e hereditariedade*” tem de ser considerado como ponto único, no máximo como dois, ou quatro, pois, caso subdividido, levaria a prova ao nível de especialização.

Objetar-se-á que os itens não correspondem a pontos de exame, mas, se o declarado intuito do “Desdobramento” é “ajudar os examinandos a se orientarem”, difícil é acreditar que possa ser de ajuda eficaz o pouco proporcionado esquema, que não se pode comparar com o programa do curso colegial, nem ao índice de qualquer medíocre compêndio.

Idêntica observação cabe na parte de *Literatura mundial*. Aqui, entre outras impropriedades – por exemplo, o relevo dado à *A literatura bárbara* e a *Os Enciclopedistas* (e estes já considerados na parte de *História da Filosofia* e no programa de *Francês*), numa enumeração tão sucinta, em que estão a reclamar menção expressa temas de bem maior importância – tem-se que, obedecendo de início ao critério dos países ou civilizações, envereda a seguir pelo de sucessão de épocas ou de escolas. O primeiro inconveniente disso, e não pequeno, é que, na prática do exame, o tratamento da maior parte dos itens [...a *literatura medieval*. *O Renascentismo (classicismo, gongorismo, arcadismo)*. *Os enciclopedistas*. *O romantismo*. *O realismo, o naturalismo e o simbolismo*. *O modernismo*.] penderá, forçosamente, para temas que já constam do Programa – nas provas de *Literatura portuguesa*,

Literatura francesa e Literatura inglesa...
E que retrocesso não representa o nosso “Desenvolvimento”, com relação ao programa de *Literatura* do curso colegial, no qual – simples exemplo – se contempla, desenvolvida em 2 unidades, a *Literatura Russa*, e figura um item sobre o “*dolce stil nuovo*” na Itália, e, principalmente – porque consideramos as finalidades do CPCD do Instituto Rio Branco – um capítulo introdutório e outro, em 2 unidades, consagrados às *Literaturas Hispano-Americanas*.

Consideração mais sutil, se bem que importante, prende-se a que, no tocante a certas matérias (v. por exemplo os itens *História da Filosofia e História da Civilização*), à elaboração de um sumário no gênero tem de presidir cuidadosa ponderação, porquanto a simples redação e ordenação dos tópicos – para não falar nas menções destacadas de autores e nomes – passam por definidoras ou comprovantes da orientação ou atitude filosófica preconizada pelo estabelecimento de ensino que emite o texto).

Outras falhas haveriam a apontar no “Desdobramento”; contudo, penso que estas bastam para demonstrar que a iniciativa é desvantajosa, talvez mesmo perigosa. Certo, o examinador poderá dividir em muitas questões os itens. De qualquer modo, porém, estarão eles servindo apenas para fornecer eventualmente aos examinandos presunções de equívocos, alegações de indução em erro por parte do Instituto, e motivos para increpações e recursos.

Menor mal talvez fosse publicar a enumeração dos assuntos, desacompanhada de quaisquer sumários:

- I – Antropologia e Pré-História
- II – História da Civilização
- III – Sociologia
- IV – História da Filosofia
- V – História do Desenvolvimento das Ciências
- VI – Literatura Mundial
- VII – Música
- VIII – Artes Plásticas

Ainda aqui, entretanto, nos encontramos frente a problema de ordem mais ampla: o da própria composição do rol de matérias ou assuntos que devam figurar no exame.

Evidentemente, é incensurável direito do Instituto incluir no Vestibular e no Concurso uma prova de *Antropologia e Pré-História*, e publicar o respectivo programa; e outra de *História da Civilização*; e outra de *Noções de Sociologia*; e assim por diante. Poderia, outrossim, agrupar essas matérias numa prova única, dando-lhe, por exemplo, o nome de “Ciências e Artes”, ou outro equivalente.

(No já mencionado capítulo IX, do Programa do Vestibular, em seu parágrafo 3º, lê-se: “... desdobramento dos assuntos, feito para ajudar os examinados a se orientarem e a recapitularem *noções de humanidades* que não podem nem devem constituir matéria nova quando os mesmos estiverem já cursando o Rio-Branco”. (O grifo é meu.) Por aí, estaria a “Cultura Geral” rebaixada ao plano elementar de “Noções de Humanidades”; caso, então – o que não aconteça – o Instituto prefira fixar-se nessa orientação, não seria

mais próprio dar aquela última intitulação ao exame em apreço?)¹

O que bem pode ser que desconvenha, entretanto, é, a meu ver, a adoção de uma prova denominada “de Cultura Geral” e versando naquelas 8 *matérias*, tomadas de modo estanque. Além de que isso equivale a restringir o Instituto, *motu proprio*, um plano de que dispõe para melhor comparar o valor dos candidatos, a solução, em si algo arbitrária, poderá dar a impressão, verdadeiramente *anticultural*, de estar-se pretendendo reduzir às proporções e ao *modus* de um currículo escolar, ou de limitado conjunto de currículos, a teoricamente ilimitável composição de saber que pelo nome de Cultura Geral comumente se entende.

O exame de Cultura Geral terá de levar em conta muito mais. Por definição, não poderia ele fechar-se a manifestações de erudição em quaisquer ramos do saber humano. E, além disso, deve prestar-se a medir, de cada examinando, não só o cabedal de informações, em si, mas, tanto quanto possível, também a coordenação entre os diversos conhecimentos, sua comunicabilidade, sua dinâmica capacidade associativa.

Mesmo de um ponto de vista ainda restrito e empírico, várias e importantes matérias – científicas e artísticas – ficaram de fora.

Também não se reservou lugar à demonstração de conhecimento de outros idiomas, a mais do francês e do inglês. Idem, quanto às línguas clássicas ou antigas: latim, grego, hebraico. E deixaram de ser considerados os aspectos formativos referentes à “visão do mundo contemporâneo”, à “vida social, econômica e política dos principais países”, à “compreensão e interpretação das instituições

1 O *Anuário* (1951) dá: “Nos exames vestibulares, o candidato precisa demonstrar um sólido preparo de cultura humanística” (p. 45). É verdade que por “noções” entendemos: 1 – conhecimentos, informações; 2 – rudimentos, conhecimentos sumários. Todavia, e sendo o segundo sentido o mais vulgarizado, é aconselhável procurar-se evitar o risco de más interpretações.

e dos acontecimentos da atualidade”, às “grandes questões de nossa organização política e cultural”.

Pode ser que algumas daquelas ciências ou desses temas já estejam atendidos, de algum modo, em outras provas do concurso, ou – no caso do vestibular – que devam ser ministradas durante o Curso de Preparação ou no Curso de Aperfeiçoamento; ou que, dada a pouca idade dos candidatos, não nos seja lícito esperar surjam entre eles alguns com preparo de tal extensão e nível. Mas, de qualquer maneira sempre haverá que esperar e admitir a possibilidade de demonstrações *extraordinárias* de saber, meritórias e desejáveis num candidato, pelo que testemunham de seu valor intelectual e do volume de sua cultura.

Não se trataria de incluir especificadamente na organização da prova tantas disciplinas, especialidades ou assuntos, discriminados em setores de conhecimentos; mas sim de permitir que também os mesmos sejam tomados em consideração.

Importa não nos esquecermos de que o exame de Cultura Geral não constitui prova eliminatória, e que vale tão somente para efeitos de classificação. E que, em igualdade de condições, o candidato que se apresentar com maior vulto e variedade de conhecimentos a *mais*, extra, suplementares, interessa mais ao Itamaraty.

(No que consta do folheto “EXAME VESTIBULAR”:
– “O Exame de Cultura Geral, que é apenas classificatório e tem peso um na média final” – há uma contradição e uma inexatidão. Tendo peso 1 na média final, o exame de Cultura Geral é mais do que classificador: pode reprovar um examinando até então com média suficiente, e, inversamente, aprovar um candidato que estava sem média. A última hipótese, aliás, verificou-se no último Vestibular.

Aqui registro a necessidade de corrigir-se urgentemente o processo em vigor, de modo que, realizados os exames das outras matérias, e obtida a respectiva média, só então os aprovados entrariam a fazer o exame de Cultura Geral, para se calcular a média definitiva).

Chegado a este ponto, e se bem que talvez exorbitando do encargo que me foi cometido, sinto-me obrigado a colocar a questão: Como deve ser realizada a prova?

A meu ver, a *prova oral* não pode satisfazer, num exame de Cultura Geral planejado de acordo com as considerações expostas.

Em favor da mesma, só haveria um argumento: a possibilidade de aquilatar-se a capacidade discursiva, a presença de espírito, o desembaraço e a boa elocução do examinando. O fato, entretanto, de, previamente à matrícula, serem os candidatos submetidos ao exame do ISOP, permite ao Instituto dispensar essa apreciação.

(No capítulo IX do Programa do Vestibular para este ano, encontra-se a explicação-definição de que o exame “se fará por meio de palestra entre os examinadores e o candidato, a fim de apurar o grau de maturidade intelectual deste e sua capacidade para discorrer sobre um assunto cultural”.

Mas essa aferição melhor quadraria, penso, no prévio “exame de sanidade e capacidade física, psíquica e moral”, a cargo do ISOP. (No qual, segundo o “Anuário” do Instituto: “As provas de nível mental visam a selecionar os mais aptos, sob o ponto de vista estritamente intelectual, para as funções diplomáticas”.)

Ligada à prova de Cultura Geral é que não se vê por que deva propriamente estar.

Além de que crescente é o descrédito em que vão sendo tidas, em geral, as provas orais, é de compreender-se que, em exame tão complexo e de delicado julgamento, como é o de Cultura Geral (para a qual não há comumente professores especializados), a prova oral, por sua momentaneidade, mais se presta a vícios de apreciação. Tratando-se de um exame para fins apenas de classificação – no qual, portanto, a comparação é tudo – ainda mais avulta esse inconveniente. Nem nos esqueçamos – pensando nas inevitáveis reclamações e nos recursos – de que, na prática, os aparelhos de registro do exame, em discos, costumam falhar de modo lastimável. Além disso, para uma comparação menos imperfeita e um julgamento exato, deveriam os candidatos – conforme se procede nos concursos para professores, nas escolas superiores e outros estabelecimentos de ensino – discorrer sobre os mesmos pontos; e tal processo seria complicado, difícil, se não impossível.

Por essas razões, e ainda outras, creio de desejar-se não seja adotada a prova oral, mas sim a prova escrita.

Para a realização dessa prova escrita, acredito importante a escolha do sistema, que poderá ser, por exemplo: o de *tests*; o de dissertação; o de dissertações (duas ou três); o de dissertação e *tests* (misto), etc. Pessoalmente, optaria pelo processo de *dissertações*.

De acordo com o já dito – que o exame de Cultura Geral deverá permitir sejam levadas em conta as afirmações de erudição em quaisquer ramos do saber humano, prestando-se além disso a medir, de cada examinando, não só o cabedal de informações, mas também, tanto quanto possível, a coordenação das mesmas e sua dinâmica capacidade associativa – convém que as dissertações se deem sobre temas de caráter geral, que permitam, pela variedade de seus aspectos, o máximo de ilações, associações e ilustrações, num tratamento revelador da pluralidade de conhecimento do candidato.

Para tanto – e também porque à cultura inerem as condições de meditação e calma – a prova deverá ser de duração suficientemente longa, num mínimo de tempo de 5 horas.

Finalmente, penso da maior importância, dada a circunstância de não haver programa, que a escolha dos temas e a organização das respectivas listas sejam confiadas a uma comissão composta de pelo menos 3 examinadores e de representantes do Instituto, devendo essa banca desincumbir-se da tarefa dentro de poucas horas antes da realização da prova, conforme é, aliás, a norma do Rio Branco.

Para o caso de virem a merecer a aprovação de Vossa Excelência estas ponderações e sugestões, junto um projeto de texto, supletivo do programa de Cultura Geral.

Respeitosamente,
[a.] J. Guimarães Rosa,
(Em 1952)

IX - CULTURA GERAL PROVA ESCRITA

O exame de Cultura Geral, que apenas determina a classificação definitiva dos candidatos, já aprovados nas provas anteriores, far-se-á por meio de prova escrita, que constará de dissertação ou dissertações, sobre temas sorteados de uma relação, elaborada pela banca examinadora, horas antes.

Os temas serão de caráter geral, de modo a permitir cada um deles, pela variedade de seus aspectos, tratamento revelador da extensão e nível dos conhecimentos do examinando.

Não há programa ou roteiro, nem prévia especificação dos assuntos, porquanto a finalidade da prova é medir o índice efetivo de conhecimentos do candidato, sem as limitações de uma preparação interessada.

MEMORANDUM DA DIVISÃO DO ORÇAMENTO E DA SECRETARIA DO IRBR

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MEMORANDUM para o Sr. Chefe do Departamento de
Administração.

Em 31 de março de 1954.

Na exposição de motivos nº 2.980, de 10 de dezembro último – com a qual, opinando favoravelmente à sua assinatura, restituiu ao Senhor Presidente da República o processo referente ao Decreto que aprova as *tabelas de gratificação de representação, para 1954*, dos funcionários diplomáticos e consulares em exercício de função permanente no exterior – o Senhor Diretor-Geral do DASP formulou algumas observações críticas, apontando:

- a ausência de maiores esclarecimentos na exposição de motivos do Itamaraty;
- a falta de revisão da matéria, conforme dispõe a lei, “de modo a estabelecer critérios mais compatíveis com as flutuações que, frequentemente, se observam no custo de vida das diferentes localidades”;
- o preceito de que “assunto de tal envergadura não deve ser submetido à decisão presidencial às vésperas do exercício em que as novas tabelas passam a vigorar, e sim com uma razoável antecedência que permita uma verificação metódica e segura de todos os elementos que influenciam o cálculo das

gratificações, extremamente variáveis, quer quanto aos graus de hierarquia de serviço diplomático, quer quanto às condições peculiares a cada País em que o Brasil se faz representar”;

e conclui, peremptório:

“Convém, por conseguinte, que, doravante, o Ministério das Relações Exteriores tome as providências necessárias a um levantamento sistemático de todos os dados que devem influir no cálculo da fixação anual da gratificação de representação do pessoal do serviço diplomático em funções permanentes no Exterior, a fim de que, com a necessária antecedência, possa Vossa Excelência apreciar e decidir com o tempo e a cautela que a delicadeza e a complexidade da matéria exigem”.

Em sua exposição de motivos (nº 2.496, de 16/12/1953) encaminhando o mesmo expediente, o Senhor Ministro da Fazenda perfilha e de certo modo reforça essas observações, que, no “*Sim*” exarado por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, lograram aliás sanção normativa.

2. Sugerindo, s.m.j., o arquivamento do expediente, permito-me desaconselhar qualquer solução no sentido de redarguirmos aos referidos signatários, porquanto:

1) a menção à ausência de maiores esclarecimentos na exposição de motivos (os quais, dito de passagem, constavam da minuta originariamente preparada na D[ivisão do] O[rçamento]), além de figurar de modo apenas secundária e circunstancial na exposição do Diretor-Geral do DASP, não nos dá azo a uma cabal escusa;

II) nossas possíveis razões – alegação da premência com que o delegado em Nova York instava pela imediata aprovação das tabelas; e da demora na aprovação do Orçamento Geral da União, pelo Congresso Nacional – além de colherem só em parte, seriam bem vulneráveis, já que nada impediria preparasse o Itamaraty com útil antecedência as tabelas, ainda que sujeitas a ulteriores modificações (mantida porém a proporcionalidade), no caso de vir a sofrer redução no Orçamento Geral a respectiva dotação;

III) a arguição principal – de não ter sido convenientemente atualizada a tabela e de ter faltado para tanto um indispensável levantamento sistemático de todos os dados que devam informar os cálculos para seu reajustamento – é pertinente e procede.

3. Em tal sentido, aliás, já há tempos eu tivera ocasião de referir à Vossa Excelência a necessidade de estabelecer-se em forma ordenada e metódica a tarefa de elaboração das tabelas, isto é, de sua revisão anual, de modo a se atenderem rigorosamente os índices de custo de vida e demais condições objetivas, e reduzir ao mínimo, se não por completo eliminar, qualquer eiva de iniquidade ou pecha de arbítrio. E mesmo Vossa Excelência, dando plena aprovação ao alvitre, autorizara a D[ivisão do] O[rçamento] a estudar acuradamente o assunto e compendiar, por escrito, à guisa de sugestões para mais alto exame, as primeiras conclusões a que chegasse, cifradas em torno dos seguintes itens:

I) Os trabalhos de revisão anual das tabelas seriam dirigidos por uma *Comissão*, constituída, por exemplo, pelos Chefes do D[epartamento] de A[administração],

da D[ivisão do] P[essoal], da D[ivisão do] M[aterial] e da D[ivisão do] O[rçamento].

II) Fixação de data anual ou prazos para conclusão desses trabalhos.

III) Solicitação, às missões diplomáticas, de informações, suficientemente discriminadas e rigorosamente aprofundadas, sobre o custo de vida e o valor cambial do dólar, nas capitais dos respectivos países, bem como nas cidades sedes de repartições consulares. (A consideração desses dados, assim como de quaisquer outros esclarecimentos relativos à justeza da tabela – e cujo envio, a seguir, converter-se-ia em remessa normal periódica – não excluiria, da parte da Comissão, a consulta a fontes autorizadas na matéria, a exemplo das Estatísticas publicadas pelas Nações Unidas (Boletim Mensal), nas quais se basearia, principalmente, o reajustamento em questão.

IV) Juntamente com as novas tabelas, a Comissão distribuiria, cada ano, às missões diplomáticas e repartições consulares, pormenorizada explicação e justificação das modificações eventualmente procedidas.

4. Curioso, entretanto, é que, em minha entrevista com o Senhor Diretor-Geral do DASP, fui eu que tive ocasião de dizer-lhe do nosso propósito de, já este ano, realizarmos a sistematização e a revisão básica em apreço. Daí, a ligeira surpresa com que vi incluída na exposição de motivos nº 2.980 (§ 9º) a categórica indicação daquelas providências, como se constituísse consideração oriunda do DASP.

Felizmente, porém, o que nos importa não é reivindicar a paternidade da ideia, mas sim pôr oportunidade em prática, prestando ao Itamaraty um serviço, em meu fraco entender, não dos menores.

Respeitosamente,

J. Guimarães Rosa
Chefe da Divisão do Orçamento.

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MEMORANDUM PARA O SR. DIRETOR DO INSTITUTO RIO
BRANCO

Em 2 de junho de 1947

No requerimento anexo, é pleiteado o aumento do número de suplentes no Curso de Preparação à Carreira Diplomática de três para dez e enumeradas quatro razões que justificariam o pedido.

1. A primeira é de que os sete candidatos “*foram aprovados com boas notas*”. A exatidão pedagógica dessa afirmativa foi examinada pelo assistente técnico.

Quanto ao seu apoio estatístico, cumpre-me salientar que também o foram os alunos classificados imediatamente abaixo do último desses sete (colocado em 20º lugar), que obteve nota 66,00 para 65,93 do 21º, já não requerente, e 65,13 (diferença de 0,67) do 24º, os quais não seriam atingidos pelo benefício. Na verdade, foram aproveitados todos os aprovados com nota superior a 70 (sendo 60 o mínimo eliminatório), exceto o 15º colocado, Roberto Chalu Pacheco, cujo caso é estudado no parecer emitido sobre o seu próprio requerimento.

2. O segundo é de que *as eliminações no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira Diplomática podem reduzir de muito o número de alunos*, e não haver suplentes bastantes para substituí-los. O argumento parece razoável, mas não creio justifique a situação desproporcionada de haver 8 suplentes para doze alunos. Este item, aliás, foi sobejamente estudado pelo Sr. assistente técnico.

3. A terceira alegação é de que *o critério estatístico pelo qual foram calculadas as vagas futuras da carreira de diplomata e, por esse*

cálculo, fixado o número de alunos por serem admitidos no 1º ano do Curso de Preparação à Carreira Diplomática, não inclui prováveis alterações imprevistas, “de vez que nem só a aposentadoria determina” vagas. O argumento vale, porém, a favor e contra a pretensão dos requerentes, porque causas imprevistas podem determinar também uma considerável redução das vagas calculadas e, entre essas causas, se podem contar a volta ao quadro permanente dos funcionários aposentados pelo art. 177 da Carta de 1937 e as promoções de funcionários, que os livra da aposentadoria por limite de idade *na classe*.

4. A quarta justificativa é que *a concessão do que requerem não afetaria o direito dos alunos e suplentes já admitidos*. Há, no entanto, um aspecto do problema no qual a aceitação de mais 7 suplentes afetaria os direitos dos já admitidos: é no que diz respeito à frequência. Tendo já decorrido dois meses de aula e vários exercícios escolares, e não sendo permitido abonar faltas em nenhuma hipótese (portaria ministerial de 31 de janeiro de 1947), a inclusão dos requerentes determinaria: ou o absurdo de sua eliminação imediata por excesso de faltas, ou o privilégio de só lhes ser contada a frequência a partir do despacho em seu requerimento, ficando eles, pois, sujeitos a 25% menos de esforço do que os demais, muito embora disso não lhes cabendo a culpa.

5. Estão, assim, examinados os quatro pontos do requerimento anexo, cujo conteúdo de justiça e equidade fica submetido, como é de direito, à apreciação de Vossa Excelência, a quem o requerimento é dirigido.

Respeitosamente,

J. Guimarães Rosa
Chefe da Secretaria do
Instituto Rio-Branco.

TROCA DE CORRESPONDÊNCIA COM JORGE KIRCHHOFER CABRAL

Frankfurt, Novembro 12, 1940.

Meu caro cônsul Rosa,

Tenho reparado que diversos colegas deixam de remeter com regularidade um relatório mensal sobre a vida alegre, que levam neste belo país, desobedecendo assim ao que está claramente preceituado no artigo 1º da Consolidação da Boa Amizade.

A fim de sanar tão grave irregularidade, comunico aos colegas que, doravante, punirei severamente aos funcionários faltosos, enviando-lhes uma carta anônima cheia de desaforos.

Feita esta primeira admoestação regulamentar, passo a tratar de assuntos mais sérios.

Aqui vai tudo correndo muito bem, quer dizer que está tudo bem parado. Felizmente o sono do justo não é interrompido pelo grito estridente da sereia. De maneira que ninguém é tentado a descer ao porão para se encontrar com esse “monstro fabuloso metade mulher e metade peixe”, que também pode ser “apito de barco de vapor cujo som variado parece sair de um instrumento de chaves”, conforme nos ensina o dicionário. Tenho razões para crer, pela leitura dos mentirosos (relativamente) jornais neutros, que esse posto está sendo vítima noturnamente da lei da gravidade, essa “propriedade atrativa exercida pela terra sobre os graves”, que obriga uma bomba, abandonada no espaço por um aeroplano, a cair aceleradamente contra a crosta do globo terráqueo, procurando atingir de preferência um objetivo nitidamente caracterizado como civil. O melhor remédio para esse estado de coisas é procurar uma

tarefa que leve o indivíduo a sair do seu ego, isto é, um trabalho espiritual, vale dizer ainda: um trabalho espirituoso.

Anteontem à noite caíram aqui três bombas, abrindo três enormes crateras num terreno baldio, as quais serão aproveitadas para a plantação de couve gigante.

Gostaria de saber se esse CC tem podido remeter a renda. Aqui nada consegui, desde que tomei posse.

Com a moda econômica dos vestidos curtos, tenho tido ocasião de apreciar alguns pares de pernas, dignos de melhor sorte. É um verdadeiro “Beitum”.

Aguardo com interesse o seu relatório.

Abraços do

[a.] Cabral.

Cônsul Caro Colega Cabral,

Compareço, confirmando chegada cordial carta. Contestando, concordo, contente, com cambiamento comunicações conjunto colegas, conforme citada Consolidação Confraria Camaradagem Consular. Conte comigo! Comprometo-me cumprir cabalmente, cabalmente, condições compendiadas cláusulas contexto clássico código. (Contristado, cumpre-me cá conjeturar – cochicando, como convém –: conseguirá comezinha Consolidação coligar cordialmente conjunto colegas?... Crês?... Crédulo!... Considera:... “cobra come cobra!...” Coletividade de cônsules compatrióticos contém, correndo carne, contubérnios cubiçosos, clãs, críticos, camarilhas colitigantes... Contrastando, contam-se, claro corretos contratipos, capazes, camaradas completos.) Concluindo: contentemo-nos com correspondermo-nos, caro Cabral, como coirmãos compreensivos, colaborando com companheiros camaradas, combatendo corja contumaz!

Contudo, com comedida cólera, coloco-me contra certos conceitos contidos carta caro colega, cujas conclusões, crassamente cominatórias, combate, classificando-as como corolários cavilosos, causados conturbação critério, comparável consequências copiosa congestão cerebral. Caso concordes cancelá-los, confraternizaremos completamente, com compreensão calorosa, cuja comemoração celebrarei consumindo cinco chopes (cerveja composta, contendo coisas capciosas: corantes complicados, copiando cevada, causando cólicas cruéis).

Céus! Convém cobrar compostura. Censo contumélias, começando contar coisas cabíveis, crônicas contemporânea:

Como comprovo, continuo coexistindo concerto conviventes coevos, contradizendo crença conterrâneos cariocas, certamente contando com completa combustão, cremação, calcinação corpos cônsules caipiras cisatlânticos...

Calma completa? Contrário! Cessado crepúsculo, céu continuamente crepitante. Convergem cimo curvos clarões catanúvens, cobrindo campinas celestes, crivadas constelações. Convidados comparecem, como corujas corajosas, contra cidade camuflada. Coruscam céleres coriscos coloridos. Côncavo celeste converte-se cintilante caverna caótica, como casa comadre camarada. Crebro, cavernoso, colérico, clama colossal canhoneio. Canhões cospem cometas com cauda carmesim. Caem coisas cilindro-cônicas, calibradas, compactas, com carga centrífuga, conteúdo capaz converter casas cascalho, corpos compota, crâneos canjica. Cavam-se ciclópicas crateras (cultura couve-colosso...). Cacos cápsulas contra-aéreas completam carnificina. Correndo, (canta, canta, calcanhar!...) conjurando Churchill, conjeturando Coventry, campeão competente cobertura, convidativo cantinho. Coso-me com chão, cautelosamente. Credo! (Como conseguir colocar-me chão carioca – Confeitaria Colombo, CC., Copacabana, Catumbi???) Cubiço, como creme capitoso, consulados Calcutá, Cobija!... Calma, calma! conseguiremos conservar carcaças.

Contestando, comunico cá conseguimos comboiar cobre captado (colheita consular comum), creditando-o cofres consignatário competente. Calculo consegui-lo-ás, contanto caves corajosamente.

Conforme contas, consideras cós curtos como cômoda conjuntura, configuradora cinematográficos contornos carnes cubiçáveis. Curioso! Caso curtificação continue, conseguiremos conhecer coxas, calças?... Cáspite!

Continuarei contando. Com comoção consentânea com cogitações contemporâneas, costume compor canções. Convém conheças:

CANTADA

Caso contigo, Carmela,
caso cumpras condição:
Cobrareis casa, comida,
cama, cavalo, canção,
carinho, cobres, cachaça,
carnaval camaradão,
casino (com conta certa)
cerveja, coleira e cão,
chevolé cinco cilindros,
canja e consideração,
calista, cabeleireiro,
cinema, calefação,
chá, café, confeitaria,
chocolate, chimarrão,
casemira – cinco cortes,
cada compra – comissão,
conforto, comodidades,
cachimbo, calma, ... caixão.

Convém-te, cara Carmela?
Cherubim!... Consolação!...

(Caso contrário, cabaças!,
casarei com Conceição.)

Caso contigo, Carmela,
correndo, com coração!...

Chega. Caceteei? Consola-te:

Concluí.

Com cordial, comovido:

Colega, constante camarada,

[a.] J. Guimarães Rosa

(Cônsul, Capitão, Clínico conceituado.) –

Confirme chegada carta,
comunicando-me com cartão.

Frankfurt, novembro, 27, 1940.

Querido colega Guimarães (Rosa),

Para que fui mexer com casa de abelha? A sua carta colossal chegou como um enxame de marimbondos. Você esgotou o assunto completamente, e mereceu grau 10. Parodiando um francês, direi que você aliou a imaginação brasileira à “*Gründlichkeit*” alemã. Vou enviar a sua obra d’arte à Mimeografia do Itamaraty, para que seja distribuída às missões diplomáticas e consulares de carreira, como exemplo da capacidade de trabalho dos nossos cônsules. Enfim – confesso-me vencido, como a França, ou melhor, como os italianos de Koritz e só me resta pedir um armistício.

Gostei muito dos carimbozinhos, principalmente do aperto de mão. É invento seu, ou modelo da Harrison? Salva a gente de um grande embaraço, que é o de como terminar uma carta. Eu costumo sapecar um

abraço do
[a.] Cabral.

CADERNO DE FOTOS



Instalações do Consulado-Geral do Brasil em Hamburgo em 1939. João Guimarães Rosa atuou no posto de dezembro de 1937 a janeiro de 1942. O diplomata foi atípico na sua carreira por ter trabalhado por pouco tempo em postos no exterior. Esteve em Hamburgo de 1938 a 1942, em Bogotá de 1942 a 1944 e em Paris de 1948 a 1951. Passou, então, dezesseis anos ininterruptos trabalhando no Brasil, quase todo período na Secretaria de Estado do Itamaraty.

Mapoteca do Itamaraty. ICO 7386.



João Guimarães Rosa trabalhou como diplomata no Itamaraty de 11/07/1934 até 19/11/1967, data do seu falecimento. A foto foi provavelmente tirada quando chefiava a Divisão de Fronteiras, entre 1956 e 1962.

Mapoteca do Itamaraty. ICO 30.057.



Guimarães Rosa atuou diversas vezes na área-meio do Itamaraty. Foi auxiliar do chefe do Departamento de Administração em 1944, chefe do Setor de Documentação em 1945 e chefe da Divisão de Orçamento de 1953 a 1956. Na foto, aparece de gravata borboleta sentado ao lado do diplomata Aguinaldo Bolitreau Fragoso, que assumia a chefia do Departamento de Administração em outubro de 1953.

Mapoteca do Itamaraty. ICO 30.405.



Guimarães Rosa em seu gabinete no Ministério das Relações Exteriores.
Mapoteca do Itamaraty. ICO 30.057.



Guimarães Rosa em sua máquina de escrever.
Acervo do conselheiro Gustavo Guimarães.



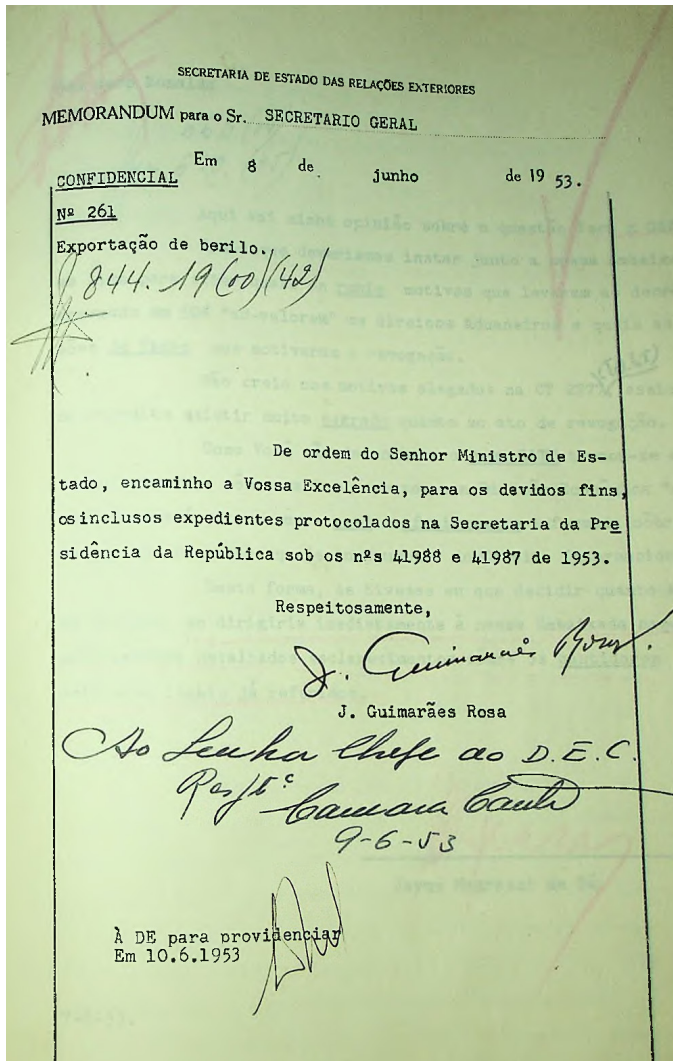
Guimarães Rosa com alguns dos seus animais de estimação.
Arquivo Público do Estado de São Paulo ICO.001.005955.012.



Guimarães Rosa em sua casa. O diplomata foi um dos maiores escritores brasileiros do século XX, com grande impacto na representação da linguagem do homem do sertão. Arquivo Público do Estado de São Paulo ICO.001.005955.020.



Guimarães Rosa em uma de suas viagens pelos sertões de Minas Gerais (21/07/1952). Foto de Eugênio Silva. Wikimedia Commons.



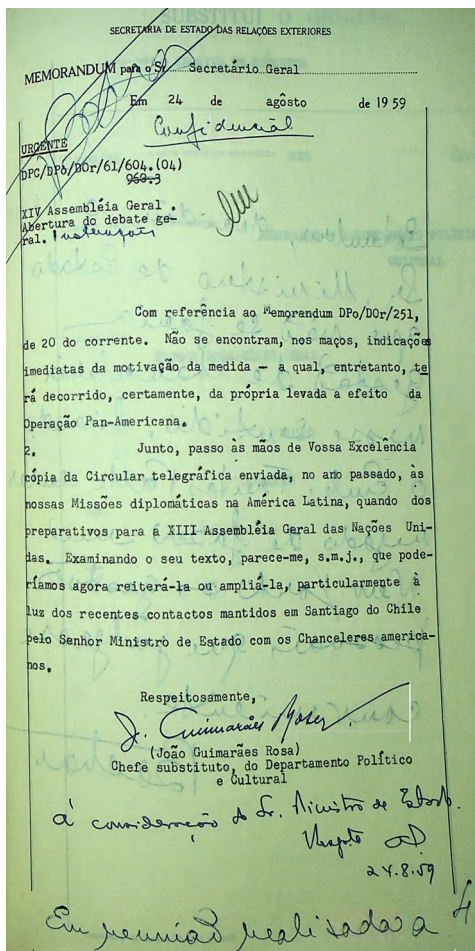
Como chefe de gabinete do ministro João Neves da Fontoura, de março de 1951 a outubro de 1953, Guimarães Rosa teve papel relevante na tramitação administrativa da política externa brasileira. No documento, ele encaminha para o secretário-geral do Itamaraty documentos relacionados ao tema dos minerais estratégicos.

Arquivo Histórico do Itamaraty, Brasília.



Guimarães Rosa, à direita, foi dedicado chefe do Serviço de Demarcação de Fronteiras de 1962 até sua morte em 1967. Ele aparece na foto, de 03/01/1964, em cerimônia de condecoração de um colega da área, o engenheiro Francisco Locan.

Mapoteca do Itamaraty. ICO 30.258.



Quando chefiou a Divisão de Fronteiras, Guimarães Rosa atuou como chefe substituto do Departamento Político e Cultural. Nessa posição, teve influência sobre os grandes temas da política externa brasileira. No documento, seus comentários sobre a posição brasileira para a XIV Sessão da Assembleia Geral da ONU.

Arquivo Histórico do Itamaraty, Brasília.



João Guimarães Rosa com um de seus gatos persas.
Arquivo Nacional. PH 0 FOT 40543 /002.

2.ª SEÇÃO

Correio da Manhã

DOMINGO
12 de Abril de 1966

NASCE UM ESCRITOR

LAURO ESCOREL

Neste país de talentosos e primários, em que a maioria dos que escrevem confla em por cento na inspiração e exprime o que tem a dizer sem qualquer preocupação com o problema do estilo — que eles confundem com a expressão direta do próprio temperamento, quando é — é fundamentalmente, uma "construção" artisticamente dirigida, através da qual a própria personalidade do escritor se compõe e se afirma — é surpreendente e consolador ao mesmo tempo, na medida em que denuncia um novo estado de espírito, depararmos com um livro da qualidade literária de "Sagarana", com o qual o sr. J. Guimarães Rosa entra victoriosamente na literatura brasileira, colocando-se firmemente entre os seus mais altos representantes, como um prosador de rara envergadura, tocado realmente pela fíatma demiúrgica da vocação artística.

"Sagarana" é essencialmente a revelação de um grande escritor. Os nove contos que o constituem, além do seu delicioso sabor regional, são verdadeiros mosaicos verbais, através dos quais todo o panorama do sertão mineiro se estampa na sua agreste poesia nativa, na rudeza e ingenuidade de

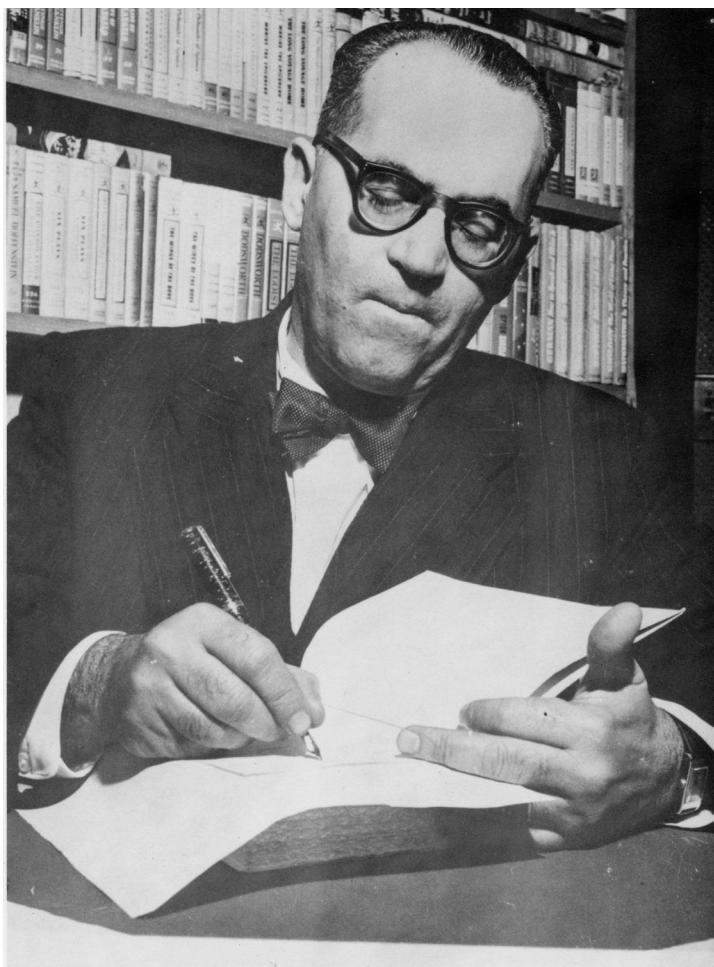
seus homens, no mistério de suas credências e assombrações, na forte presença de seus animais e na leve graça dançarina das aves que o povoam. Sente-se que uma conjugação substancial se processou no espírito do contista, entre a sua inspiração, nascida de uma convivência verdadeiramente amorosa com a zona mineira que descreve, e a expressão literária, trabalhada por ele com a consciência, o afino e o bom gosto de quem sabe que só a busca da perfeição estilística pode levar o escritor à plena posse de si mesmo. A revelação de suas riquezas mais reconditas — definidoras. Há nesse livro os dois elementos essenciais à autêntica criação literária: o conhecimento pleno, íntimo, do assunto, e o domínio perfeito e seguro da língua, que permite ao escritor ultrapassar a rotina expressional a que está sujeita a maioria dos não-artistas, para invadir, pelos caminhos da fantasia criadora, o próprio terreno da criação linguística. Este, aliás, o sinal que prova o verdadeiro escritor: a capacidade de anexar à língua, como resultado de seus imperativos psicológicos, originais e próprios, novos valores vocabulares, gramaticais e sintáticos. O sr.

J. Guimarães Rosa surge, mostrando possuir um profundo conhecimento poético das palavras e das suas possíveis utilizações artísticas; é ele as maneja com a mesma volúpia com que o escultor acaricia a argila da qual brotará o esplendor da estatura, sem cair nunca, porém, na grandiloquência verbalista ou no rebuscamento gratuito, de que o salva um bom gosto literário sempre vigilante e sempre pronto a impedir que a palavra se liberte da idéia e se enamore narcisisticamente de sua própria imagem... Por isso mesmo, a sua prosa apresenta um vigor descritivo nada comum entre nós e, mais do que isso, um poder de convicção bastante raro no gênero regionalista.

As suas descrições do sertão mineiro são sempre admiráveis, alterando uma grandiosa expressional, na qual se reconhecem por vezes fundos acentos euclidianos, como, por exemplo, no quadro da boiada fixada no primeiro conto, "O Burrinho Pedrés", com uma suavidade poética que amacia e remove as palavras, tornando-as aptas a traduzir os mais diversos matizes da natureza sertaneja. E que dizer então dos diálogos, de uma verossim-

(Continua na 2.ª pág.)

João Guimarães Rosa sempre compatibilizou suas atividades profissionais com a literatura. Após o lançamento de *Sagarana*, em 1946, contou com resenha muito elogiosa do crítico literário e também diplomata Lauro Escorel, no prestigiado suplemento dominical do *Correio da Manhã*.



Guimarães Rosa escrevendo dedicatória em um livro.
Mapoteca do Itamaraty. ICO 12.281.

- 6 -

outra reversal ou vir a constituir a sua matéria objeto de um novo tratado.

Respeitosamente,

[Signature]
(Lauro Escorel de Moraes)
Chefe da CAB

De sublinhar artigos em...
do Sr. Lauro Escorel.

a. e. b.

Aprovado. Desejo não obstante ouvir a DF, para que seja re vista de acordo com o método de exposição dos §§ 5 e seguintes até 13 inclusive. Roga devolução urgente.

Ao Senhor Chefe do DPC.

18.11.60

Nihil obstat. Sobre o marco do JACADIGO, talvez valha a pena deixar-se bem explicado, em nota adicional, que a doutrina tradicional brasileira (§ 3) se refere, evidentemente, aos marcos principais (chamados também de primeira ordem) — que são os que definem ou fixam "mudança de regime" (linha seca, reta ou geodésica; linha de um divisor de águas; linha fluvial). O do Jacadigo é apenas um marco secundário (ou de segunda ordem, ou intercalado), isto é, colocado entre dois marcos principais ou extremos, e servindo somente para assinalar a linha já fixada.

Respeitosamente,

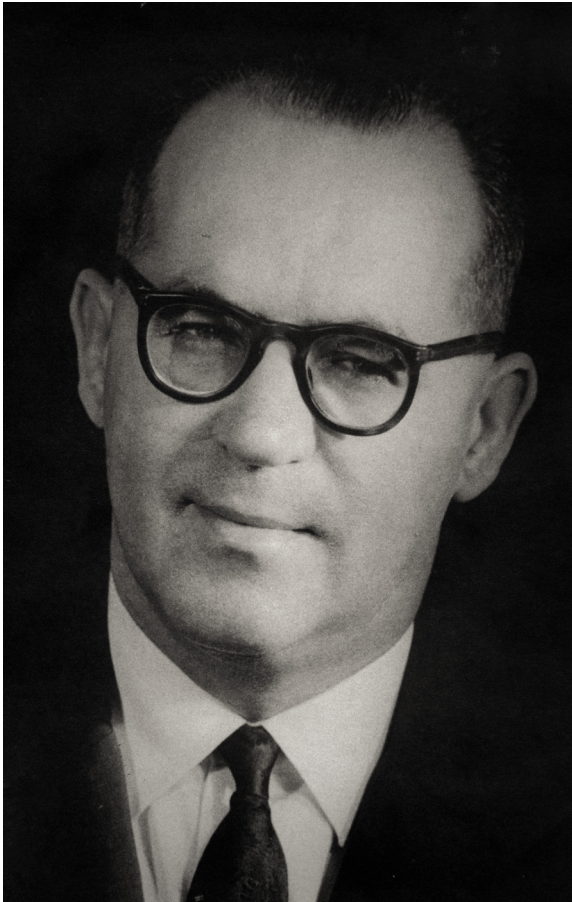
[Signature]
João Guimarães Rosa
Chefe da Divisão de Fronteiras

Em 18/11/60

Volta a CAB p: putar o expediente, levando em consideração o encaminhamento para a DF. 18.11.60

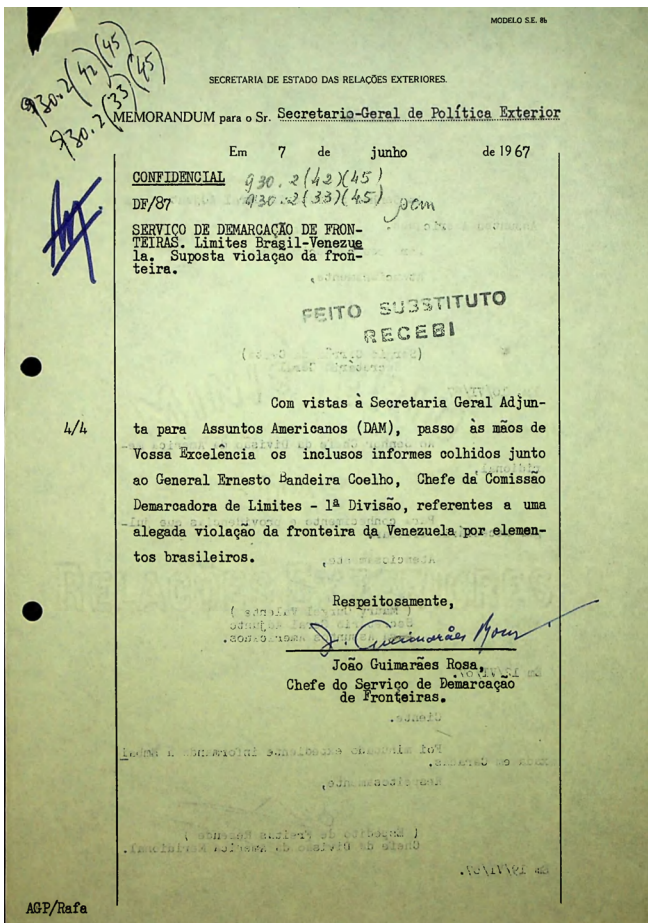
Nesse despacho de 1960 a um memorando assinado pelo crítico literário e diplomata Lauro Escorel sobre a fronteira entre Peru e Colômbia, Guimarães Rosa demonstra seu amplo conhecimento sobre a doutrina de fronteiras brasileira.

Arquivo Histórico do Itamaraty, Brasília.



A carreira de Guimarães Rosa demonstra o cuidado de sua linguagem também nas questões diplomáticas. Ele foi o responsável, por exemplo, por coordenar a redação da longa nota diplomática enviada ao governo paraguaio na questão do Salto Grande de Sete Quedas em 1965, que pavimentou o caminho da Ata das Cataratas (1966) e da construção da hidroelétrica de Itaipu. A nota é reproduzida nos anexos desta obra (página 125).

Mapoteca do Itamaraty.ICO 30.061.



Guimarães Rosa sempre foi atento a potenciais violações à soberania territorial brasileira, ainda que não-intencionais. O documento, de junho de 1967, talvez tenha sido o último sobre o assunto assinado pelo diplomata. Ele faleceu em novembro do mesmo ano. Arquivo Histórico do Itamaraty, Brasília.

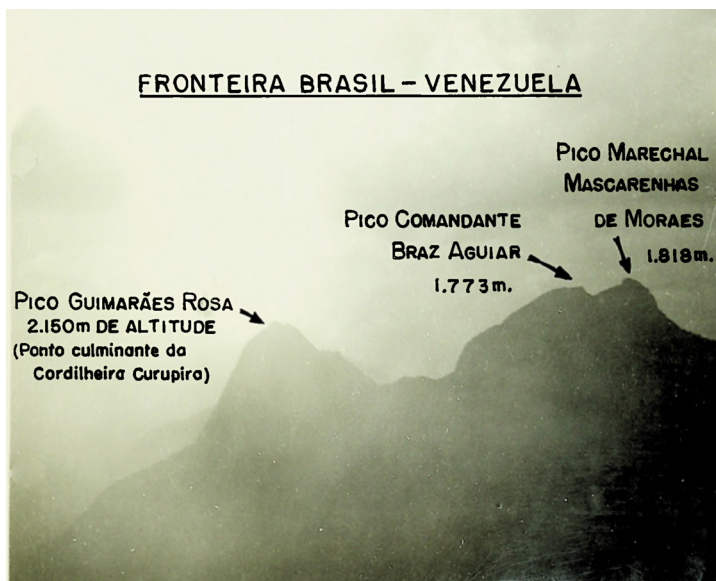


Apesar de ter sido eleito em 1963, Guimarães Rosa só proferiu seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras em 16 de novembro de 1967, poucos dias antes de sua morte. Na ocasião, fez grande elogio à gestão de João Neves da Fontoura no Itamaraty. Mapoteca do Itamaraty. ICO inv 12.279 (dir.).



No início da década de 1960, Guimarães Rosa já era um escritor consagrado. Na foto, de 14/08/1963, participa de almoço com colegas da Academia Brasileira de Letras alguns dias após ser eleito para a cadeira anteriormente ocupada por seu ex-chefe no Itamaraty, João Neves da Fontoura.

Arquivo Nacional. PH FOT 40543/015.



O ponto culminante da cordilheira Curupira, na fronteira entre o Brasil e a Venezuela, foi nomeado pico Guimarães Rosa, em homenagem aos serviços prestados pelo diplomata na área de demarcação de fronteiras.

InfoPre/70/53. Arquivo Histórico do Itamaraty, Brasília.

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão



Acompanhe nossas redes sociais

@funagbrasil



Marina Artes Gráficas e Editora

Papel da capa: cartão supremo 250g

Papel do miolo: pólen soft 80g

Este livro foi publicado originalmente em 1987, para marcar o vigésimo aniversário da morte de João Guimarães Rosa (1908-1967), como homenagem do Ministério das Relações Exteriores e da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) à memória desse tão singular diplomata brasileiro, que é considerado um dos maiores escritores nacionais. A autora, embaixadora Heloísa Vilhena de Araújo, já havia estudado profundamente a obra de Guimarães Rosa para sua tese de doutorado em Literatura Brasileira pelo King's College de Londres. Para esta obra, ela realizou ampla pesquisa nos arquivos do Itamaraty e junto a pessoas que conheceram e serviram com o diplomata.

O resultado dessa inédita pesquisa, uma das primeiras obras publicadas pela FUNAG, preencheu importante lacuna no conhecimento sobre Guimarães Rosa. Embora as análises de sua obra literária já fossem abundantes, não havia, até então, exame sobre este relevante aspecto de sua vida: a sua carreira diplomática, iniciada em 1934 e encerrada com sua morte, em 19 de novembro de 1967.

A autora analisa a carreira diplomática de Guimarães Rosa, assim como sua obra literária, a partir da atitude do homem justo, tal como descrita por Platão na *República*, no *Sofista* e no *Político*. Esse fio condutor platônico por vezes é enriquecido por outras posturas filosóficas e culturais, como o cristianismo, na análise da vida e da carreira diplomática de Guimarães Rosa. Essa rica análise não resulta em um estudo estritamente historiográfico, mas em uma tentativa mais profunda de empatia e de compreensão de uma personalidade complexa.

Nesta terceira edição da importante obra da embaixadora Heloísa Vilhena de Araújo, revisada com base no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, foi acrescentado, após os anexos, um caderno de fotografias do escritor e diplomata Guimarães Rosa.

